UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

MARCELA PEREIRA ROSA

Os sentidos do trabalho camponês na produção do tabaco e na agroecologia:
possibilidades de transformação e resistência

São Paulo

2017

MARCELA PEREIRA ROSA

Os sentidos do trabalho camponês na produção do tabaco e na agroecologia:
possibilidades de transformação e resistência

Dissertação apresentada ao Instituto de
Psicologia da Universidade de São Paulo
como requisito para a obtenção do título de
Mestre em Psicologia Social e do Trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Parodi
Svartman

São Paulo

2017

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Pereira Rosa, Marcela

Os sentidos do trabalho camponês na produção do tabaco e na agroecologia: possibilidades de transformação e resistência / Marcela Pereira Rosa; orientador Bernardo Parodi Svartman. -- São Paulo, 2017.

127 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2017.

1. Sentido. 2. Trabalho. 3. Camponato. 4. Tabaco. 5. Psicologia Histórico-Cultural. I. Parodi Svartman, Bernardo, orient. II. Título.

OS SENTIDOS DO TRABALHO CAMPONÊS NA PRODUÇÃO
DO TABACO E NA AGROECOLOGIA:
POSSIBILIDADES DE TRANSFORMAÇÃO E RESISTÊNCIA

MARCELA PEREIRA ROSA

BANCA EXAMINADORA:

Nome e assinatura

Nome e assinatura

Nome e assinatura

Dissertação defendida e aprovada em: __/__/__

*A crítica arrancou as flores imaginárias
que enfeitavam as cadeias, não para que o
homem use as cadeias sem qualquer
fantasia ou consolação, mas para que se
liberte das cadeias e apanhe a flor viva.*

Karl Marx

*Aos camponeses e camponesas que
resistem e persistem na beleza de
tecerem sua existência na lida da terra.*

AGRADECIMENTOS

Aos camponeses e camponesas participantes desta pesquisa por compartilharem comigo suas histórias, seu trabalho, sua terra e suas vidas. Pela paciência e abertura no encontro. Pelas lições de afeto e de resistência.

Aos meus pais, Marli e Carlos, e ao meu irmão Caio, que sendo sempre o meu chão, me permitiram bater asas desde muito cedo. À Amanda, que complementa docemente os vínculos de amor e cuidado desse nosso bonito existir em família.

Aos meus avós, Laura, João e Geniplo, por me lembrarem das raízes camponesas da nossa família e, em especial, à vó Maria, que me ensina a pureza do cuidado e do amor, que me presenteia com o riso solto e as histórias compridas.

Aos familiares de perto e de longe, pela torcida carinhosa e pelo cuidado afetuoso que enfeitam a vida.

Ao Bernardo, por compartilhar do desafio de pesquisar o campo e tentar contribuir para alargar os horizontes da Psicologia. Pelas contribuições cuidadosas, pela confiança que depositou nesse fazer pesquisa e pela liberdade que me permitiu nesse trajeto.

Às companheiras Sol e Vivi, que me ensinam diariamente a beleza do compartilhar a vida, do crescer junto, do regar os afetos nos detalhes do cotidiano. Pela parceria larga, pela amizade funda e viva.

À Cris, Lina, Naji e Thais, que trilharam comigo os primeiros caminhos na Psicologia. Que compartilharam daquele nosso construir e desconstruir cotidiano. Que me ensinaram as belezas do companheirismo, da amizade, da luta e da militância.

Ao Alê, que me abriu as janelas do mundo, por construir em parceria outros caminhos. Por mostrar que o horizonte era logo ali e que novos trajetos eram possíveis.

Aos professores Michele e Gustavo, que no exercício de uma práxis docente profundamente comprometida, me inspiraram os encantamentos e as paixões pela Psicologia Social e pelo fazer pesquisa.

Aos professores, Alayde, Ângela, Gilmar, Kátia, Rafa, e Rose, que me ensinaram um fazer crítico e comprometido. Que me mostraram a beleza da docência.

Ao Guillermo e ao Luis, pelas leituras sensíveis e pelas contribuições cuidadosas. Por me lembrarem sempre que a academia precisa estar a serviço da transformação social e da luta pela emancipação.

Ao CNPq, pela concessão de bolsa de pesquisa.

RESUMO

Partindo da temática central do trabalho camponês, nosso foco neste estudo foi investigar quais os sentidos atribuídos ao trabalho por camponeses que produzem tabaco e diversificam sua produção para a agroecologia. Nos apoiamos no referencial teórico-metodológico da Psicologia Histórico-Cultural. Centrando-nos nas contribuições de Lev Vygotski, compreendemos que os sentidos consistem em uma formação dinâmica, variável e complexa que nos revela o que um dado conteúdo ou aspecto da realidade significa para o sujeito, variando, portanto, de acordo com a interpretação de mundo e a estrutura interna da personalidade. As estratégias metodológicas adotadas na investigação foram a realização de observações participantes e de entrevistas semiestruturadas com três famílias camponesas que participaram do Projeto de Diversificação de Áreas Cultivadas com Tabaco, no município de Rio Azul, Paraná. O projeto tinha por objetivo oferecer assistência técnica para as famílias que buscavam diversificar a produção do tabaco para outras atividades. Além das famílias, também foram entrevistados a técnica de referência das famílias no âmbito do projeto e o ex-secretário de agricultura do município. Nossa imersão em campo foi realizada em dois momentos distintos, sendo que, em ambos, acompanhamos, através da observação participante, o cotidiano de trabalho das famílias e realizamos entrevistas semiestruturadas. A análise dos dados obtidos nos revela que, frente ao contexto de mudanças vivenciadas pelos camponeses no processo de diversificação agroecológica, os sentidos atribuídos ao trabalho também passaram por mudanças, apontando para uma ressignificação da experiência de trabalho para os camponeses. Um conjunto de transformações objetivas e subjetivas possibilitaram o arrefecimento dos processos de alienação do trabalho vividos na produção de tabaco, em direção a um trabalho mais autêntico e integralizador no contexto da agricultura agroecológica, aproximando os *sentidos* atribuídos ao trabalho de seu *significado* social: a satisfação das necessidades humanas e o próprio desenvolvimento do ser social. Verificamos, ainda, que o processo de atribuição de sentidos aparece ligado às *vivências* do sujeito, conceito que designa a unidade entre a personalidade e o meio social. Os sentidos nos revelam a dimensão ativa da apropriação do mundo pelos sujeitos e aparecem como aspecto fundamental na constituição do psiquismo humano.

Palavras chave: Sentido; Trabalho; Campesinato; Tabaco; Agroecologia; Psicologia Histórico-Cultural

ABSTRACT

Starting from the central theme of peasant work, our focus in this study was to investigate the senses attributed to work by peasants who produce tobacco and diversify their production to agroecology. We rely on the theoretical-methodological framework of Historical-Cultural Psychology. Focusing on the contributions of Lev Vygotsky, we understand that the senses consist of a dynamic, variable and complex formation that reveal to us what a determined content or aspect of reality means for the subject, thus varying according to a world interpretation and internal structure of the personality. The methodological strategies adopted in the research are participant observation and semi-structured interviews with three families that participated in the Projeto de Diversificação de Áreas Cultivadas com Tabaco, in the municipality of Rio Azul, Paraná. The project was developed for the purpose of offering technical assistance for families seeking to diversify tobacco production to other activities. In addition to the families, the reference technician of the families in the project plan and the former secretary of agriculture of the municipality were also interviewed. Our immersion in the field was carried out in two different moments. In both, we followed the families' daily routine through participatory observation and conducted semi-structured interviews. The analysis of the data reveals that, on the context of the changes experienced by the peasants in the process of agroecological diversification, the senses attributed to the work also underwent changes, pointing to a re-signification of the work experience for the peasants. A set of objective and subjective transformations allowed the decreasing of the processes of alienation of the work lived in tobacco production towards a more authentic and integrative work relating to agroecological agriculture. That brings the *senses* attributed to the work to its social *meaning*: the satisfaction of human needs and the development of the social being. We also verified that the process of attribution of senses appeared linked to the *experiences* of the subject, a concept that designates a unity between the personality and the social environment. The senses reveal to us the active dimension of the appropriation of the world by the subjects and appear as a fundamental aspect in the constitution of the human psyche.

Keywords: Sense; Work; Peasantry; Tobacco; Agroecology; Historical-Cultural Psychology

SUMÁRIO

Introdução.....	11
Capítulo 1. Concepções teóricas na Psicologia Histórico-Cultural.....	15
1.1. Trabalho e atividade na Psicologia Histórico-Cultural: compreensões a partir da Teoria da Atividade de Leontiev.....	15
1.2. A vivência como categoria básica do psiquismo humano: interpretações da obra de Vygotski.....	20
1.3. O conceito de sentido em Vygotski e Leontiev.....	25
Capítulo 2. Campesinato e fumicultura no contexto da agricultura brasileira.....	30
2.1. O campesinato e a questão agrária no Brasil.....	30
2.2. A produção do tabaco na região Sul do Brasil.....	38
2.3. O Projeto de Diversificação de Áreas Cultivadas com Tabaco e o enfoque agroecológico.....	42
Capítulo 3. Os caminhos e os sujeitos da pesquisa.....	48
3.1. Os caminhos da pesquisa.....	48
3.2. O encontro com o campo e os camponeses.....	52
3.2.1. Edinéia e Valdir.....	54
3.2.2. Penha, Omar, Henrique, Júlio e Guilherme.....	57
3.2.3. Juliana e Felipe.....	59
Capítulo 4. Os sentidos do trabalho na produção do tabaco.....	61
4.1. Trabalho e vida na fumicultura.....	61
4.2. Os sentidos desvelados.....	79
Capítulo 5. Os sentidos do trabalho na agroecologia.....	89
5.1. Diversificação agroecológica: trabalho e vida em processo de transformação.....	89
5.2. Mudanças possíveis, novos sentidos.....	104
Considerações finais.....	116
Referências.....	121

Introdução

*Enxergam borboletas apertando rios.
Escutam o luar comendo árvores.
Trazem no centro da boca pequenas canaletas por onde lhes
correm o lanho e o lodo.
O chão dá encosto para suas latas, seus trevos, seus apetrechos.
Arrastam no crepúsculo andrajos e moscas.
Criam peixes nos bolsos.
E vozes de rios e rãs em suas bocas.
Águas manuseiam seus azuis.
E, viver roça no corpo deles.*

Manoel de Barros – O Guardador de Águas

Quis começar com Manoel de Barros porque sinto que quando o leio visto um pouco a natureza. E vestir a natureza me parece ser um bom pontapé para iniciar a apresentação desse texto. A investigação aqui proposta surgiu de um encontro com a natureza, com o campo, quando eu ainda cursava a graduação.

Venho das terras paranaenses e nas terras paranaenses pude descobrir minha gente, os camponeses e camponesas que fazem da terra seu lugar de trabalho e de vida. Descobri-los tem exigido, desde então, desprendimento e um mergulho profundo no campo e nos encontros. No trecho da poesia citada, Manoel de Barros escreve sobre as palavras, mas, como nas palavras cabem sentidos diversos, penso que essas linhas cabem a essas pessoas do campo com quem tenho me deparado: é gente que entranha a natureza. Foi essa gente que me convocou ao encontro.

Tendo cursado a graduação em Psicologia em uma cidade no interior do Paraná, pude vivenciar experiências que me fizeram descobrir o campo e os camponeses e, ao mesmo tempo, um certo vazio teórico-prático no âmbito da Psicologia brasileira, que em sua tradição urbana vem deixando à margem a população camponesa. Dessas vivências quero aqui destacar duas em especial. A primeira foi uma experiência prática na disciplina de Psicologia Comunitária, em que realizamos um grupo com mulheres de uma comunidade rural. Foi a primeira vez em que pude ver o encontro da Psicologia com o campo e perceber que ele não só era possível, mas, sobretudo, necessário. A segunda vivência foi um estágio em Psicologia do Trabalho, já no último ano da graduação, em

comunidades rurais que participavam de um projeto de diversificação produtiva de áreas cultivadas com tabaco. Dessa experiência nasceram as inúmeras questões que resultaram nesta pesquisa de mestrado.

A produção do tabaco na região Centro-Sul do Paraná, onde cursei a graduação, é a fonte de renda de muitas famílias que vivem uma realidade de exploração e sofrimento decorrente das condições de trabalho a que estão submetidas. O projeto de diversificação do qual as famílias faziam parte, chamado Projeto de Diversificação de Áreas Cultivadas com Tabaco, buscava transformar em alguma medida essa realidade, prestando assistência técnica para que as famílias pudessem diversificar sua produção para outras atividades além da fumicultura¹. Dentre estas famílias estavam aquelas que buscavam a diversificação agroecológica. A agroecologia foi outro bom encontro que os espaços de militância acadêmica me trouxeram.

Há uma série de definições que podem ser apresentadas a respeito da agroecologia – como as que estão no segundo capítulo desse texto. Ficarei nesse momento com uma não muito convencional: entendo que agroecologia é coisa de gente que abraça a natureza com profundo respeito. Com as agricultoras e agricultores agroecologistas descobri um modo de vida tão bonito e tão profundo que só é possível ser vivido por gente de muita fibra, gente que se deixa capturar pela natureza e pelo cuidado e respeito que ela exige. Se a fumicultura estabeleceu um modo de cultivo predatório, em que o que importa é o lucro das grandes indústrias fumageiras às custas de toda a exploração a que estão submetidos os trabalhadores camponeses e a própria natureza, a agroecologia, ao contrário, constrói sobre as raízes da agricultura camponesa e do saber popular, novos modos de fazer agricultura, respeitando os limites e as possibilidades da natureza e do humano.

Quanto mais tempo eu passava em campo com as famílias, mais questões iam surgindo e mais claro ficava que as relações de trabalho na fumicultura e na agroecologia se constituíam de modos muito distintos. Daí foi surgindo a necessidade de compreender de maneira mais sistematizada a experiência de trabalho vivenciada pelos camponeses produtores de fumo que buscavam a diversificação agroecológica, temática que motivou a investigação desenvolvida nesta pesquisa de mestrado.

¹ Cabe destacar já nesse primeiro momento que o intuito do Projeto de Diversificação de Áreas Cultivadas com Tabaco é a diversificação produtiva e não a substituição do cultivo do tabaco por outras atividades. Como se verá adiante, essa característica do projeto é importante na contextualização da pesquisa.

Busquei levar a cabo esse trabalho partindo do referencial da Psicologia Histórico-Cultural, cujas bases se encontram no marxismo e em seu materialismo histórico-dialético. Compreendo, portanto, que o *trabalho* constitui-se como categoria indispensável à compreensão do desenvolvimento humano e que os fenômenos psicológicos devem ser compreendidos a partir de suas determinações históricas e culturais. Nesse sentido, entendo ser tarefa dos estudos psicológicos contribuir para a compreensão dos processos de constituição das singularidades dos sujeitos enquanto expressão de determinantes universais, situados histórica e culturalmente. A esse respeito, cabe destacar que tenho localizado no conceito de *sentido*, tal como definido na Psicologia Histórico-Cultural, uma importante via de acesso à constituição dessa singularidade, visto que o sentido expressa a relação subjetiva que o sujeito estabelece com e a partir da realidade, a maneira pela qual vivencia essa realidade.

Tendo isso em vista, o objetivo proposto nesse estudo foi o de investigar quais os sentidos atribuídos ao trabalho por camponeses que produzem tabaco e diversificam sua produção para a agroecologia. Algumas das questões que buscamos compreender com isso podem ser enunciadas da seguinte maneira: quais são os sentidos atribuídos ao trabalho por esses camponeses? De que maneira se dá esse processo de atribuição de sentido? Quais são os determinantes desse processo? Que vivências do trabalho tais sentidos nos revelam? Quais são as motivações envolvidas na passagem para a agroecologia? Quais são as dificuldades e realizações experimentadas nesse processo de diversificação?

Partindo do método do materialismo histórico-dialético compreendemos que a própria realidade objetiva, ou seja, o objeto mesmo da investigação, é que deve indicar quais devem ser os procedimentos metodológicos adotados. Tendo isso em vista, nosso desenho de pesquisa foi feito a partir de duas etapas, realizadas em momentos distintos. Ambas incluíram a realização de observações participantes do cotidiano de trabalho e entrevistas semiestruturadas com três famílias de agricultores camponeses inseridas no Projeto de Diversificação de Áreas Cultivadas com Tabaco, no município de Rio Azul-PR. Além das famílias, entrevistamos também a técnica do projeto por elas responsável e o ex-secretário de agricultura do município.

O presente texto foi organizado de modo a trazer no primeiro capítulo uma apresentação mais geral dos conceitos de trabalho, atividade, vivência e sentido na Psicologia Histórico-Cultural, com o intuito de apresentar o referencial teórico que embasa esta pesquisa e os conceitos que aqui aparecem como foco. No segundo capítulo

apresento algumas considerações sobre o campesinato e a questão agrária no Brasil; a produção do tabaco na região Sul; e por fim, apresento o Projeto de Diversificação de Áreas Cultivadas com Tabaco realizado no Estado do Paraná e as concepções de agroecologia nas quais nos apoiamos.

No terceiro capítulo trato dos caminhos metodológicos percorridos, apresento alguns dados sobre a realidade do município em que a pesquisa foi realizada e os sujeitos que dela participaram. No quarto e quinto capítulos estão os dados encontrados e a análise realizada. Neles busco apresentar a realidade do trabalho, os sentidos a ele atribuídos e alguns dos determinantes envolvidos nesse processo de atribuição de sentidos. O quarto capítulo refere-se ao trabalho na produção de tabaco, enquanto o quinto trata do trabalho no processo de diversificação agroecológica. Após o quinto capítulo seguem as considerações finais.

Buscamos com a realização desse estudo contribuir com a construção de uma Psicologia que, voltada à compreensão e à transformação da realidade dos povos latino-americanos, comprometa-se com os setores populares. Para isso é preciso iniciar o longo caminho a ser percorrido na busca por compreender a realidade camponesa brasileira. É preciso conhecer as necessidades reais dos trabalhadores e trabalhadoras do campo para que, assim, a Psicologia, enraizada em um compromisso ético e político com essa população, possa contribuir com a transformação das condições que a oprimem enquanto classe social. Essa é finalidade última na qual se enraíza a proposta de realização desse estudo.

Capítulo 1

Concepções teóricas na Psicologia Histórico-Cultural

Neste capítulo apresentamos algumas considerações gerais a respeito do conceito de *trabalho* nos escritos marxistas e sua apropriação pela Psicologia Histórico-Cultural através da categoria *atividade*. Apresentamos também o conceito de *sentido*, apontando suas concepções no âmbito da obra de Vygotski e, posteriormente, de Leontiev, que seguiu desenvolvendo-o como *sentido pessoal*. Nesse exercício consideramos indispensável abordar o conceito de *vivência* elaborado por Vygotski, sendo esta uma categoria central e basilar para a compreensão da formação e desenvolvimento do psiquismo humano, trazendo para a discussão o debate existente no interior da Psicologia Histórico-Cultural acerca desse conceito. Não temos por intuito esgotar ou nos estendermos nas considerações sobre esses conceitos, visto que há uma vasta produção e sistematização teórica a esse respeito que pode ser encontrada em outros trabalhos. Nos limitaremos a eles por considerá-los centrais em nossa proposta de pesquisa, mas ressaltamos que eles não podem ser retirados da totalidade da qual fazem parte e precisam ser compreendidos em sua relação com outras categorias – como consciência, personalidade, relações sociais, conceitos e significações, para citar apenas algumas –, na esteira dos princípios teórico-metodológicos da Psicologia Histórico-Cultural.

1.1. Trabalho e atividade na Psicologia Histórico-Cultural: compreensões a partir da Teoria da Atividade de Leontiev

Partindo dos pressupostos do materialismo histórico-dialético, a Psicologia Histórico-Cultural compreende o trabalho como categoria ontológica central no desenvolvimento do gênero humano. O trabalho consiste em uma categoria fundamental, da qual é preciso partir para compreender a totalidade do ser social. Para Marx e Engels (1846/2011) os homens começaram a distinguir-se dos animais, no momento em que iniciaram a produção de seus meios de existência. Em seu conhecido escrito sobre *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem*, Engels afirmou que o trabalho é a condição básica e fundamental de toda a vida humana, em tal grau que torna-se possível afirmar que o trabalho criou o próprio homem e o diferenciou dos animais (ENGELS, 1876/1999).

Seguindo os pressupostos marxianos temos a compreensão do trabalho como um processo entre o homem e a natureza, no qual o homem regula, medeia e controla por sua própria ação o seu metabolismo com a natureza. O trabalho é, portanto, uma condição da existência do homem, central em todas as formas sociais (MARX, 1867/2013).

A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio (p.255).

Nesse sentido podemos afirmar que o homem diferenciou-se da natureza sem dela separar-se, estabelecendo com ela uma relação de intercâmbio em que, ao transformá-la, transforma-se a si mesmo. Esse processo é fruto do trabalho, atividade especificamente humana que se diferencia da atividade animal ao estabelecer um modo radicalmente diferente de satisfação das necessidades. Enquanto os animais agem para satisfazer suas necessidades, o homem passa a agir para produzir os meios de satisfação de suas necessidades, ou seja, esse processo passa a ser mediado pelo uso de instrumentos.

Marx (1867/2013) define o processo de trabalho em três momentos: a atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; o objeto de trabalho; e os meios de trabalho. Em relação a esses últimos, afirma que, embora já existissem em germe em certas espécies animais, a criação e o uso de meios de trabalho são uma característica específica do trabalho humano. Cabe frisar que a produção dos meios de satisfação das necessidades humanas, acarreta, por sua vez, na produção de novas necessidades, ligadas à produção material da vida humana.

Em Lukács (1979) temos que o salto qualitativo do ser biológico ao ser social é dado fundamentalmente através do trabalho. Há aí o domínio crescente do comportamento consciente do homem sobre a espontaneidade instintiva que governa os demais animais. Ao passo que uma abelha constrói instintivamente sua colmeia e uma aranha tece da mesma maneira sua teia, o homem é capaz de controlar conscientemente seus atos e submeter a natureza ao seu domínio. A clássica passagem de Marx sobre o trabalho do arquiteto e da abelha nos coloca frente à concepção do autor de que é a capacidade de prévia-ideação que diferencia a atividade humana da atividade animal:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o

que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador, no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente (MARX, 1867/2013, p.255-256).

Para Lukács (1979) não só o objetivo da tarefa existe na consciência antes de realizar-se praticamente, mas cada um dos movimentos no ato de trabalho deve ser planejado antecipadamente pelo homem, que controla de maneira contínua e consciente a realização de seu plano. O trabalho pressupõe, portanto, um domínio consciente do homem sobre seus instintos.

O trabalho é a condição primeira e fundamental da existência do homem e é partindo dessa máxima marxista que a Psicologia-Histórico-Cultural se apropria da categoria trabalho para compreender o desenvolvimento humano. Martins e Eidt (2010) afirmam que essa categoria se expressa na Psicologia Histórico-Cultural do desenvolvimento como a *atividade principal* da idade adulta.

O conceito de atividade principal foi elaborado por Leontiev ao seguir desenvolvendo a Teoria da Atividade. Para ele, a atividade deve ser compreendida como uma unidade, um processo pelo qual ocorrem transições recíprocas entre sujeito e objeto, sendo que as condições que conduzem aos motivos e aos fins da atividade são encontradas na sociedade (LEONTIEV, 1978b). A atividade pode ser entendida como uma

[...] forma de relação viva através da qual se estabelece um vínculo real entre a pessoa e o mundo que a rodeia. Por meio da atividade o indivíduo atua sobre a natureza, sobre as coisas e sobre as pessoas. Na atividade, o indivíduo desenvolve e realiza suas propriedades internas, intervêm como sujeito em relação às coisas e como personalidade em relação às pessoas. Ao experimentar por seu turno as influências recíprocas, descobre assim as propriedades verdadeiras, objetivas e essenciais das pessoas, das coisas, da natureza e da sociedade (PETROVSKI, 1985, p. 142-143).

Ao lado da atividade, o conceito de consciência aparece como fundamental na Psicologia Histórico-Cultural, que busca compreender o psiquismo humano a partir das correlações entre os fenômenos psíquicos e o mundo material. Partindo das colocações de Leontiev, entende-se que o psiquismo, compreendido enquanto reflexo psíquico da realidade, imagem subjetiva do mundo objetivo, tem na atividade e na consciência os mediadores desse processo. Quer-se com isso dizer que o psiquismo não se trata de uma cópia mecânica do real, resultante do contato imediato com o objeto, mas constitui-se na

atuação e apropriação do sujeito sobre a realidade a partir de sua atividade e da unidade dessa atividade com a consciência – que ao mesmo tempo em que é produto da atividade, a orienta. Na definição de Martins (2011, p.29), “a teoria histórico-cultural, em consonância com o aporte filosófico materialista dialético, postula o psiquismo humano como unidade material e ideal construída filo e ontologicamente por meio da atividade, isto é, nos modos e meios pelos quais o homem se relaciona com a realidade, tendo em vista produzir as condições de sua sobrevivência e a de seus descendentes”.

Leontiev (1978b) esclarece ainda que ao se apropriar do objeto em sua atividade, o indivíduo transforma suas necessidades em motivos. A necessidade é apenas uma tendência, um impulso, que transforma-se em motivo da atividade quando se encontra com o objeto. O motivo tem por finalidade impulsionar o indivíduo por meio de suas ações. As ações, por sua vez, são parte da estrutura interna da atividade; cada ação que compõe a atividade orienta-se para um fim. Para explicar essa diferença entre a atividade e a ação Leontiev utiliza como exemplo a atividade de caça realizada por um grupo primitivo. O grupo poderia dividir-se em dois: parte dos caçadores ficaria em um lugar à espreita do animal para encurralá-lo e abatê-lo; a outra parte seria composta pelos batedores, que teriam por função espantar os animais para o local onde o restante do grupo estaria à espreita. Os batedores poderiam correr ou gritar para espantar os animais, esse seria o conteúdo de sua *ação*. Se essa ação fosse analisada de maneira isolada, ela nos pareceria desprovida de sentido, já que o que motiva a ação do batedor é a fome e a necessidade de se alimentar da carne do animal que ele teria espantado para longe de si. Essa ação, no entanto, é parte da *atividade* coletiva de caça e o que conecta a ação com o motivo são as relações sociais que existem entre o abatedor e o restante do grupo. A finalidade da ação não é o que a move; a ação é movida pelo motivo da atividade global.

Para Martins e Eidt (2010) o desenvolvimento do indivíduo ocorre através das diferentes formas que a atividade assume no decorrer desse processo, ou seja, da atividade principal. Leontiev (1978a) define a atividade principal como aquela cujo desenvolvimento governa as mudanças mais importantes nos processos psíquicos e traços psicológicos da personalidade da criança em cada estágio de seu desenvolvimento. Nesse sentido, o desenvolvimento psíquico deve ser compreendido em sua dependência em relação à atividade principal e não à atividade em geral. É preciso destacar ainda que a atividade principal não é aquela que ocorre de maneira mais frequente na vida da criança durante um estágio de seu desenvolvimento, não se reduzindo a índices puramente quantitativos. Leontiev define a atividade principal em função de três características

fundamentais. Primeiramente, é aquela atividade no interior da qual surgem outros tipos de atividade. Segundo, é aquela na qual se reorganizam ou se moldam os processos psíquicos particulares. Terceiro, dela dependem as principais mudanças psicológicas na personalidade infantil.

Trabalho e atividade não podem, portanto, ser compreendidos como categorias equivalentes, dado que não são sinônimos, e nem como categorias apartadas uma da outra. Ao contrário, a atividade humana engendra o trabalho que, por sua vez, a transforma. O trabalho é a atividade principal da idade adulta. Essas duas categorias só podem ser compreendidas em sua unidade (MARTINS; EIDT, 2010), o que, por sua vez, nos leva à necessária compreensão da dinâmica entre apropriação e objetivação, que caracteriza a atividade humana.

O processo de objetivação pode ser compreendido como aquele através do qual se materializam nos produtos do trabalho todo o conhecimento produzido e acumulado historicamente pela humanidade. Leontiev (1978a) define o processo de objetivação como a encarnação das forças e faculdades intelectuais humanas nos produtos de sua atividade. Como destaca Duarte (2004, p.50), “o processo de objetivação é, portanto, o processo de produção e reprodução da cultura humana (cultura material e não-material), produção e reprodução da vida em sociedade”. Esse processo não existe sem o seu oposto, que é processo de apropriação da cultura humana pelos indivíduos.

Leontiev (1978a) sublinha que o processo de apropriação é sempre ativo do ponto de vista do homem. “Para se apropriar dos objetos ou dos fenômenos que são o produto do desenvolvimento histórico, é necessário desenvolver em relação a eles uma atividade que reproduza, pela sua forma, os traços essenciais da atividade encarnada, acumulada no objeto” (p.268). O autor segue exemplificando esse processo a partir da aquisição do instrumento. O instrumento é o produto da cultura material que carrega consigo os traços característicos da criação humana; nele estão incorporadas as operações de trabalho historicamente elaboradas. Por isso apropriar-se do instrumento significa para o homem apropriar-se das operações motoras nele incorporadas.

Para Leontiev a principal característica do processo de apropriação consiste no fato de que ele cria no homem novas funções psíquicas e aí incide sua diferença em relação à aprendizagem animal. “Enquanto esse último é o resultado de uma *adaptação* individual do comportamento genérico a condições de existência complexas e mutantes, a assimilação no homem é um processo de *reprodução*, nas propriedades do indivíduo, das propriedades e aptidões historicamente formadas da espécie humana” (1978a, p.270).

Enquanto nos animais a transmissão das aptidões da espécie ocorre segundo as leis da hereditariedade, o homem precisa apropriar-se das funções desenvolvidas no decurso da história social. “Para se apropriar destes resultados, para fazer deles *as suas* aptidões, ‘os órgãos da sua individualidade’, a criança, o ser humano, deve entrar em relação com os fenômenos do mundo circundante através de outros homens, isto é, num processo de comunicação com eles” (p.272, grifos do autor). Aqui Leontiev nos coloca frente a outra característica do processo de apropriação: é um processo necessariamente social, mediatizado pelas relações humanas; é um processo de educação.

Nesse sentido, o trabalho, atividade principal da idade adulta, também é necessariamente uma atividade social. Para Leontiev (1978a) a atividade especificamente humana é caracterizada por dois elementos: o primeiro refere-se ao uso e ao fabrico de instrumentos; o segundo diz respeito ao fato de que o homem não entra em relação apenas com a natureza, mas também com outros homens. Além da produção de instrumentos essa atividade produz, portanto, relações sociais. Na história da cultura surge a linguagem, pela necessidade de comunicação entre os homens. É só a partir da necessidade que os homens sentem de dizer algo uns aos outros, que a linguagem pode ser compreendida. Engels (1876/1999, p.12.) nos diz:

Primeiro o trabalho, e depois dele e com ele a palavra articulada, foram os dois estímulos principais sob cuja influência o cérebro do macaco foi-se transformando gradualmente em cérebro um humano - que apesar de toda sua semelhança, supera-o consideravelmente em tamanho e em perfeição.

Como coloca Martins (2011), o desenvolvimento da atividade laboral associada às novas funções conquistadas pela complexificação das articulações entre mãos, cérebro e linguagem provocou profundas transformações na constituição psíquica humana. Como vimos, com base na Teoria da Atividade elaborada por Leontiev, compreende-se que o psiquismo humano é constituído por meio da atividade; a atividade funda o psiquismo. Aqui insere-se um importante debate no âmbito da Psicologia Histórico-Cultural, o qual será abordado no próximo item.

1.2 A vivência como categoria básica do psiquismo humano: interpretações da obra de Vygotski

Há um conjunto de autores, com os quais estamos de acordo, que, com base nas leituras de textos de Vygotski, têm enfatizado a *vivência* e não a *atividade* como categoria básica do desenvolvimento do psiquismo humano. Esse debate insere-se, ainda, na polêmica existente no interior da Psicologia Histórico-Cultural referente à continuidade ou não das proposições de Leontiev em relação à obra de Vygotski. Há dentre os intérpretes da Psicologia Histórico-Cultural aqueles que acreditam haver uma descontinuidade na obra dos dois autores, compreendendo que Leontiev distanciou-se significativamente da teoria elaborada por Vygotski no período stalinista. É o caso de Blank (2003) e Toomela (2000), por exemplo.

Outros intérpretes, como Duarte (2002) e Zinckenko (2006), afirmam que a obra de Leontiev dá continuidade e desenvolve a mesma corrente psicológica inaugurada por Vygotski. Para Duarte (2002), as tentativas de separar Leontiev de Vygotski são parte da estratégia ideológica de distanciamento da teoria vygotskiana do marxismo. Esses autores compreendem que embora haja divergências nas obras de Vygotski e Leontiev, isso não caracteriza uma ruptura entre eles. A respeito dessas divergências, Zinckenko aponta:

La principal diferencia estriba en que para la primera (la psicología histórico-cultural) el problema central era y continúa siendo la mediación de la psique y la conciencia, mientras que para la teoría de la actividad lo importante es la orientación al objeto, tanto en la actividad psicológica interna como en la externa. Por supuesto, en la teoría de la actividad también aparece el tema de la mediación, pero mientras que para Vygotski la conciencia estaba mediada por la cultura, para Leontiev la psique y la conciencia estaba mediada por instrumentos y objetos (ZINCKENKO, 2006, p.38).

Para o autor, tais divergências nos permitem apenas falar em duas tendências de investigação e não em duas escolas distintas, posicionamento com o qual estamos de acordo. Não pretendemos aqui discutir a fundo tal polêmica, o que demandaria um trabalho que não se insere no escopo dessa pesquisa. Ainda assim, consideramos ser indispensável apontar para sua existência e apresentar, ainda que de maneira breve, uma das diferenças entre as obras de ambos os autores, a qual consideramos crucial – a ênfase na *vivência* ou na *atividade* como categoria fundante do psiquismo –, pois entendemos que dela resultam compreensões diferentes acerca da formação e do desenvolvimento do psiquismo, tema central nos estudos psicológicos.

Beatón (2017), parte do conceito de vivência vygotskiano para explicar o desenvolvimento psíquico humano ou a formação da subjetividade. O autor apresenta sua compreensão a respeito da constituição do subjetivo e do psicológico a partir das

múltiplas vivências do ser humano. Para ele, as influências do meio cultural e social chegam ao sujeito e produzem experiências, que são por ele vivenciadas a partir de todo o conteúdo subjetivo já formado e desenvolvido em seu psiquismo até aquele determinado momento.

Toassa (2009), ao discutir em sua tese os conceitos de vivência e emoções na Psicologia Histórico-Cultural, bem como em artigo posteriormente publicado em coautoria com Souza (TOASSA; SOUZA, 2010), trata de apontar para as fontes epistemológicas do conceito de vivência e de suas raízes na língua russa, abordando os sentidos diversos que esse conceito tem em diferentes momentos da obra de Vygotski.

O primeiro texto de Vygotski em que o conceito de vivência aparece é escrito em 1916, intitulado *A tragédia do Hamlet, príncipe da Dinamarca*. Nele o termo é empregado para designar um estado mental de exceção, suscitado por impressões e sentimentos fortes, sendo quase coincidente com o sentido de emoção e opondo-se ao intelecto. Vivenciar seria participar de uma realidade impactante, apreendida pelo sujeito sem um julgamento *a priori*, sendo que as características pessoais do sujeito são um filtro para a maneira como ele vivencia determinada situação. Nesse momento da obra de Vygotski, as vivências têm um caráter irracional, marcado pelos sentimentos e sensações que demandam uma compreensão apenas após serem vivenciados (TOASSA; SOUZA, 2010).

Mais tarde, nos textos pedológicos² de 1930, as vivências ganham outro sentido na obra de Vygotski, deixando seu caráter irracional a partir da compreensão de que o pensamento não ocorre de maneira isolada das emoções. Os textos pedológicos rompem com a compreensão das vivências como contato irracional, imediato e emocional com o meio e mostram seu desenvolvimento como objeto de um processo de tomada de consciência. Isso porque a concepção vygotskiana de consciência que vai se configurando é a de um sistema psicológico que não se restringe às operações da razão. As vivências passam a ser compreendidas como unidade de análise da relação interna entre consciência/personalidade³ e meio (TOASSA, 2009; TOASSA; SOUZA, 2010).

Como define Vygotski,

A vivência é uma unidade na qual, por um lado, de modo indivisível, o meio, aquilo que se vivencia está representado – a vivência sempre se

² Referentes ao desenvolvimento infantil.

³ Como destaca Toassa (2009), os conceitos de personalidade e consciência aparecem de maneira sobrepostas em vários trechos da obra de Vygotski.

liga àquilo que está localizado fora da pessoa – e, *por outro lado, está representado como eu vivencio isso*, ou seja, todas as particularidades da personalidade e todas as particularidades do meio são apresentadas na vivência, tanto aquilo que é retirado do meio, todos os elementos que possuem relação com dada personalidade, como aquilo que é retirado da personalidade, todos os traços de seu caráter, traços constitutivos que possuem relação com dado acontecimento. Dessa forma, *na vivência, nós sempre lidamos com a união indivisível das particularidades da personalidade e das particularidades da situação representada na vivência* (VIGOTSKI, 1935/2010, p.686, *itálicos do autor*).

La vivencia debe ser entendida como la relación interior del niño como ser humano, con uno u otro momento de la realidad. [...] La vivencia posee una orientación biosocial, es algo intermedio entre la personalidad y el medio, que significa la relación de la personalidad con el medio, revela lo que significa el momento dado del medio para la personalidad (VYGOTSKI, 1933/1996, p.383).

As vivências englobam, portanto, a tomada de consciência, ou a compreensão dos acontecimentos, e a relação afetiva do sujeito com eles (TOASSA, 2009). Nesse mesmo sentido León e Calejon (2017) destacam que a vivência integra de maneira dinâmica o cognitivo e o afetivo, o externo e o interno, o biológico e o cultural, o interpessoal e o intrapessoal. As vivências são uma unidade dinâmica entre o meio e a personalidade. Além disso, adquirem um importante papel metodológico: tornam-se unidade da vida consciente (TOASSA, 2009).

La teoría moderna introduce la vivencia como unidad de conciencia, es decir, como unidad en la cual las propiedades básicas de la conciencia figuran como tales[...] La verdadera unidad dinámica de la conciencia, unidad plena que constituye la base de la conciencia es la vivencia. (VYGOTSKI, 1933/1996, p.383).

Para León e Calejon (2017) a vivência é a pedra angular para a compreensão do sistema vygotskiano. Entendê-la permite uma análise adequada das demais categorias, princípios e leis do enfoque histórico-cultural. Como afirma Vygotski, “La vivencia determina de qué modo influye sobre el desarrollo del sujeto uno u otro aspecto del medio[...] Lo esencial no es la situación por sí misma en sus índices absolutos, sino el modo cómo vive dicha situación el niño” (1933/1996, p. 383). Em outras palavras: “lo más esencial es renunciar a los índices absolutos del medio. (...) las fuerzas del medio adquieren significado orientador gracias a las vivencias del niño” (1933/1996, p.383).

Concordamos com Beatón (2017) ao afirmar que essa última citação é uma das formulações mais dialéticas e complexas das ciências psicológicas. Com base no conceito

de vivência elaborado por Vygotski, podemos concluir que não é o meio que influi única e diretamente no psiquismo, mas todo o desenvolvimento psíquico implica que as experiências sejam vivenciadas pelo sujeito a partir do que ele já desenvolveu anteriormente em sua subjetividade. Nos diz Vygotski:

[...] en la vivencia se refleja, por una parte, el medio en su relación conmigo y el modo que lo vivo y, por otra, se ponen de manifestó las peculiaridades del desarrollo de mi propio “yo”. En mi vivencia se manifiestan en qué medida participan todas mis propiedades que se han formado a lo largo de mi desarrollo en un momento determinado (1933/1996, p.383).

O desenvolvimento do psiquismo humano depende, portanto, de como o sujeito vivencia os conteúdos específicos do meio e, por isso mesmo, sua formação e desenvolvimento não podem ser concebidos de maneira linear, mecânica ou padronizada. Partindo dos fundamentos do materialismo histórico-dialético, a questão da formação e desenvolvimento da subjetividade liga-se intrinsecamente ao processo pelo qual o objetivo torna-se subjetivo, o material transforma-se em ideal. Esse processo não ocorre, no entanto, de forma mecânica. O sujeito não é reflexo passivo do contexto social e cultural. A transformação do objetivo em subjetivo é fundamentalmente um processo ativo por parte do sujeito, através de sua vivência.

A vivência é, então, considerada como unidade básica na formação e desenvolvimento do psiquismo ou da subjetividade. Para Beatón (2017, p.156) “As relações sociais, a atividade e a comunicação influem no processo de formação e desenvolvimento da subjetividade ou o desenvolvimento psíquico humano, segundo e de acordo com o modo que os sujeitos que nelas participam as vivem”. Para Martins (2017) essa assertiva anuncia um avanço qualitativo em relação ao aprofundamento da categoria *atividade* ao demonstrar que “a atividade é a gênese da vivência, mas é ela, a vivência, que confere a tonicidade afetivo-cognitiva própria à personalidade das pessoas” (p.17).

Beatón (2017) esclarece que desde sua produção intitulada *Psicologia pedagógica: um curso breve*, de 1926, Vygotski enfatiza que a fonte do desenvolvimento está no social e no cultural, mas esse desenvolvimento é produzido em consequência do acúmulo de experiência individual e no interior do sujeito. O autor destaca que as obras que introduzem essa ideia de que o processo interno permite a formação e o desenvolvimento dos conteúdos psicológicos são: *Sobre los sistemas psicológicos* (1930), *La psicología y la teoría de la localización de las funciones psíquicas* (1934); *La crisis de los tres y siete años* (1933) e *El problema del entorno* (transcrição de uma conferência

proferida antes de sua morte e publicada em 1935). Nesses textos Vygotski aponta para a vivência como a unidade básica de análise na formação psicológica (BEATÓN, 2017). Nesse sentido a consciência “não é um produto direto da atividade externa com os objetos, mas do modo como essa atividade, a comunicação e as relações sociais nela imersas, que se realizam entre as pessoas e com as coisas ou os objetos, é vivenciada e atribuída de sentido pelo sujeito, em razão de seu desenvolvimento psíquico até esse momento e produzido pelo mesmo mecanismo desde seu nascimento” (ibid., p.159). A vivência tem, portanto, um papel no processo da relação entre psiquismo e atividade. Para Beatón (2017), Leontiev outorga a função da vivência à atividade, pois define a atividade como unidade funcional básica da formação da consciência e da personalidade, diferentemente de Vygotski, para quem a vivência constitui essa unidade.

Concordamos com Beatón (id.) ao enfatizar que não se trata de uma perspectiva idealista ou subjetivista, pois a vivência é sempre vivência de algo e esse algo é necessariamente objetivo. Esse algo seria, portanto, o ponto de objetividade ou concretude de toda vivência, que não é expressão apenas de processos internos ou subjetivos do sujeito. Por isso “As vivências são essencialmente um produto desse algo que é o social e o cultural; a outra condição essencial que, em conjunto com o biológico, são produzidas, sendo o que definitivamente assegura a formação do subjetivo no desenvolvimento psíquico humano” (p.160).

A atividade e a comunicação, produzidas no âmbito das relações sociais, é que produzem no ser humano as experiências e vivências, pois produzem os próprios fatos que o sujeito experiencia e vivencia. Em outro ponto desse processo de mediação, os conteúdos psicológicos já formados no sujeito contribuem para a atribuição de sentido a esses fatos. Assim, através da vivência tais fatos e o “algo” que os gerou convertem-se em conteúdos da subjetividade e da consciência (BEATÓN, 2017). Como bem coloca Toassa (2009), os exemplos utilizados por Vygotski em sua obra remetem a uma análise profunda da vivência humana e dos sentidos a ela atribuídos. A esse respeito chamamos atenção para o conceito de *sentido*, central em nossa pesquisa de mestrado e sobre o qual nos deteremos no item seguinte.

1.3.O conceito de sentido em Vygotski e Leontiev

O conceito de sentido foi introduzido na Psicologia Histórico-Cultural por Vygotski (1934/2014) em sua obra *Pensamento e Linguagem*. Ao discutir as relações

entre pensamento e palavra, o autor aborda a questão da linguagem interna, onde trata do sentido da palavra, afirmando que uma das características da linguagem interna é a preponderância do sentido da palavra sobre o seu significado. Partindo das colocações do psicólogo alemão Paulhan, Vygotski diferencia *sentido* de *significado*:

[...] el sentido de la palabra es la suma de todos los sucesos psicológicos evocado en nuestra conciencia gracias a la palabra. Por consiguiente, el sentido de la palabra es siempre una formación dinámica, variable y compleja que tiene varias zonas de estabilidad diferente. El significado es solo una de esas zonas del sentido, la más estable, coherente y precisa. La palabra adquiere su sentido en su contexto y, como es sabido, cambia de sentido en contextos diferentes. Por el contrario, el significado permanece invariable y estable en todos los cambios de sentido de la palabra en los distintos contextos. [...] La palabra en su singularidad tiene solo un significado. Pero este significado no es más que una potencia que se realiza en el lenguaje vivo y en cual este significado es tan solo una piedra en el edificio de sentido (VYGOTSKI, 1934/2014, p.333).

Os significados são construções sociais relativamente estáveis, que revelam ideias e valores desenvolvidos em um contexto histórico e social. Eles são internalizados e transformados em sentidos, que, ao mesmo tempo em que são construções sociais e históricas (pois são constituídos a partir dos significados), são da ordem da singularidade. Os sentidos são mais diversificados e amplos, pois dizem respeito à maneira singular pela qual cada sujeito é afetado pelos significados e os apreende.

O sentido, nos diz Vygotski (1934/2014), procede do contexto e enriquece o significado da palavra. A palavra toma do contexto no qual se insere o seu conteúdo intelectual e afetivo, se impregna desse conteúdo e passa a significar mais ou menos do que significa fora do contexto: significa mais porque amplia o seu repertório de significado; e menos porque o contexto em questão limita o seu significado abstrato. “El sentido de la palabra, es un fenómeno complejo y móvil que, en cierta medida, cambia constantemente de unas conciencias a otras y de unas situaciones a otras para la misma conciencia. En este aspecto, el sentido de la palabra es ilimitado” (p.333). Além disso, destaca Vygotski, o sentido depende conjuntamente da interpretação do mundo de cada sujeito e da estrutura interna da personalidade.

Assim como o conceito de vivência, o conceito de sentido, apesar de significar um importante avanço no estudo do desenvolvimento do psiquismo, foi pouco desenvolvido na obra de Vygotski, interrompida por ocasião de seu falecimento no ano de 1934.

Leontiev, na tentativa de seguir aprofundando-o, chamou-o de *sentido pessoal*, compreendendo-o a partir da atividade e da consciência.

Como vimos, para Leontiev (1978a) atividade e consciência formam uma unidade dialética. Os elementos que constituem a consciência são o conteúdo sensível, o significado social e o sentido pessoal. O significado pode ser compreendido como o reflexo da realidade independentemente da relação individual ou pessoal do homem com ela.

A significação é a generalização da realidade que é cristalizada e fixada num vector sensível, ordinariamente a palavra ou a locução. [...] A realidade aparece ao homem na sua significação, mas de maneira particular. A significação mediatiza o reflexo do mundo pelo homem na medida em que ele tem consciência deste, isto é, na medida em que o seu reflexo do mundo se apoia na experiência da prática social e a integra (p.94-95).

Para Leontiev (1978a) o sistema de significações está pronto, elaborado historicamente, e ao encontrá-lo o homem apropria-se dele, assim como o faz com um instrumento. O fato propriamente psicológico é o de que o sujeito se aproprie ou não de uma dada significação, em que grau ela é assimilada e o que ela se torna para ele, para sua personalidade. Este último elemento depende do sentido que a significação tem para o sujeito.

O sentido é criado na atividade do sujeito e traduz a relação objetiva entre o motivo da atividade, ou seja, aquilo que a incita, e o seu fim, aquilo para o qual sua ação orienta-se como resultado imediato. Por isso para encontrar o sentido pessoal é preciso descobrir o motivo que lhe corresponde. “O sentido pessoal traduz precisamente a *relação* do sujeito com os fenômenos objetivos conscientizados” (ibid., p.98, grifos do autor). Segundo Leontiev, a relação entre o sentido e a significação caracteriza psicologicamente o reflexo consciente. Sentido e significado estão intrinsecamente ligados, sendo que a relação em que se expressam é a de que o sentido se exprime nas significações, tal como o motivo nos fins. Essa relação pode se dar através de uma dissociação entre sentido e significado. Essa seria, para Leontiev, uma das formas do processo de alienação da consciência no capitalismo.

Marx (1867/2013) aponta que quanto mais os homens se apropriam das objetivações historicamente produzidas, mais se desenvolvem. Ocorre, no entanto, que na sociedade de classes a propriedade privada dos meios de produção impede o acesso às riquezas socialmente produzidas na medida em que o trabalho é transformado em

assalariado, alienado e fetichizado. Por isso a efetivação do trabalho aparece como desefetivação do trabalhador (MARX, 1844/2010). Nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, Marx expõe as três determinações do trabalho alienado. Em primeiro lugar, o trabalhador, despossuído dos meios de produção e, por conseguinte, obrigado a vender sua força de trabalho como mercadoria, está alienado do produto de seu trabalho, que não mais lhe pertence, mas sim ao capitalista, dono dos meios de produção. Em segundo lugar, o trabalhador se vê ainda alienado de sua própria atividade. O trabalho, que era antes uma finalidade central, atividade vital do ser social, é convertido em mero meio de subsistência. Alienando-se da atividade que o humaniza ele aliena-se de si mesmo. Em terceiro lugar, deriva das duas determinações anteriores, que alienado do produto do seu trabalho e de si mesmo enquanto ser humano, o indivíduo aliena-se de sua espécie, de sua vida genérica. Alienado de seu ser genérico, o homem está alienado dos outros homens. Leontiev (1978a), ao discutir a questão da consciência humana na sociedade de classes, compreende que o processo de alienação ocorre de duas formas: pela impossibilidade de apropriação das riquezas materiais e não-materiais historicamente produzidas e pela dissociação entre o significado e o sentido da ação.

Para o autor, a alienação da vida do homem tem como consequência uma discordância entre o resultado objetivo da atividade e o seu motivo. Na produção capitalista o operário busca, através de sua atividade, a satisfação de suas necessidades de alimento, vestuário, habitação, etc. No entanto, o produto objetivo dessa atividade é diferente. Embora o homem possa tecer a seda ou construir palácios, não o faz para si mesmo; o que produz para si mesmo é o salário. Leontiev exemplifica a dissociação entre sentido e significado da ação da seguinte maneira:

A tecelagem tem, portanto, para o operário a significação objetiva de tecelagem, a fiação a de fiação. Todavia não é por aí que se caracteriza sua consciência, mas pela relação que existe entre estas significações e o sentido pessoal que têm para ele as suas ações de trabalho. Sabemos que o sentido depende do motivo. Por consequência, o sentido da tecelagem ou da fiação para o operário é determinado por aquilo que o incita a tecer ou a fiar. Mas são tais as suas condições de existência que ele não fia ou não tece para corresponder às necessidades da sociedade em fio ou em tecido, mas unicamente pelo salário; é o salário que confere ao fio e ao tecido o seu sentido para o operário que os produziu (ibid., p.123).

É certo que a significação social do produto de seu trabalho não está escondida para o operário, mas é estranha ao sentido que esse produto tem para ele. Essas

significações estranhas também se dão em relação ao capitalista, cujo sentido da tecelagem, por exemplo, reside no lucro que dela é possível tirar (LEONTIEV, 1978a).

Como podemos ver, há uma dissociação entre o significado social da atividade e o sentido que ela ganha para o trabalhador. Não é a utilidade social do que está sendo produzido que confere sentido ao seu trabalho, mas o salário que dele deriva. Por isso, nos diz Duarte (2004, p.57), “a atividade produtiva na sociedade capitalista é essencialmente movida pela lógica econômica de reprodução do capital. É isso que determina o sentido dessa atividade”. Como destaca o autor, a ruptura entre o sentido e o significado da ação humana tem como uma de suas consequências, no que se refere aos processos psicológicos, o cerceamento dos processos de desenvolvimento da personalidade humana.

Tendo apresentado as concepções a respeito do conceito de sentido em Vygotski e em Leontiev, cabe apontarmos nossa compreensão de que a diferença entre os dois autores a respeito da ênfase na vivência ou na atividade como centrais no processo de formação do psiquismo humano, reverbera na compreensão do conceito de sentido e da maneira pela qual o processo de atribuição de sentidos ocorre segundo um ou outro autor. Como bem coloca Beatón (2017, p.161), “essas posturas teóricas e metodológicas diferentes entre estes dois autores os fazem produzir explicações diferentes, ainda que inclusive partam de troncos filosóficos iguais e posturas psicológicas análogas”.

Partiremos aqui da compreensão vygotskiana acerca da vivência como elemento central na formação do psiquismo e de sua definição do conceito de sentido. Compreendemos que os sentidos aparecem fundamentalmente ligados às vivências, que, por sua vez, devem ser alvo de maior atenção nos estudos psicológicos. É a partir da vivência que o sujeito atribui sentido à sua experiência e ao “algo” que constitui o objeto dessa experiência; é esse algo objetivo que, atribuído de sentido, é transformado em subjetivo, em um processo que torna intrapsíquico o interpsíquico, que subjetiva o objetivo e constitui o psiquismo humano. Disso decorre que os sentidos constituem-se como categoria que nos permite ter acesso à vivência dos sujeitos, que, como afirma Vygotski (1933/1996) em citação anteriormente apresentada, é o que determina de que modo influem sobre o desenvolvimento do sujeito os aspectos do meio.

Capítulo 2

Campesinato e fumicultura no contexto da agricultura brasileira

Buscaremos apresentar no primeiro item do presente capítulo algumas considerações a respeito do campesinato e da questão agrária no Brasil, que nos marcos do capitalismo é marcada por suas relações com a indústria. Essas considerações gerais sobre a questão da agricultura nos permitem compreender de maneira contextualizada o modo pelo qual ocorre a produção do tabaco na região Sul do Brasil, tema abordado no item posterior. No último item, situaremos no contexto das políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) o Programa Nacional de Diversificação de Áreas Cultivadas com Tabaco e o Projeto de Diversificação de Áreas Cultivadas com Tabaco que dele deriva, projeto esse que vem sendo executado no Estado do Paraná e do qual participam as famílias que acompanhamos em nossa pesquisa. Abordaremos também nesse último item as concepções de agroecologia que nos servem de base para a realização desse estudo. Nosso intuito é tratar, ainda que de maneira breve, daqueles elementos mais centrais que compõe o cenário do campo brasileiro e da fumicultura no contexto do capitalismo, dado que esse é o contexto em que se materializam as relações de trabalho aqui em discussão e que conforma as condições objetivas da realidade a partir da qual os trabalhadores conferem sentido a sua atividade.

2.1. O campesinato e a questão agrária no Brasil

A discussão a respeito do termo “campesinato”, seus significados ou mesmo de sua existência é tema de amplo debate no âmbito dos estudos sobre a sociedade brasileira. Nesse sentido, é necessário demarcar que a compreensão do campesinato da qual partimos é a de sua existência enquanto classe social. Temos compreendido que o campesinato diz respeito a uma classe que produz e reproduz econômica, social, política e culturalmente um determinado modo de vida, que, ao mesmo tempo em que engendra valores que são compartilhados por grande parte daqueles que a integram, constitui-se de maneira heterogênea e assim deve ser compreendida, em suas singularidades.

De modo geral podemos dizer que o campesinato envolve uma maneira de organizar-se em torno de valores centrais, como o trabalho, a família e a terra. Os vínculos de solidariedade e a convivência comunitária baseada em relações de reciprocidade são

aspectos frequentes. O campesinato envolve o sentimento de pertencimento a um local, aspecto ligado à relação que se estabelece com a terra, que é concebida como lugar de vida e de trabalho, patrimônio familiar que não visa apenas à reprodução material. Estes valores e a maneira pela qual eles se expressam na vida cotidiana apresentam-se de maneira singular no modo de vida camponês. Com isso queremos dizer que não se deve buscar definir o campesinato conformando-o em um modelo homogêneo e idealizado do que possa vir a caracterizar essa classe.

Martins (1981) aponta que as palavras “camponês” e “campesinato” são recentes no vocabulário brasileiro, tendo sido introduzidas pelas esquerdas nos anos cinquenta, ligadas às lutas dos trabalhadores que irrompiam no país naquela década. Antes os trabalhadores que hoje são concebidos como camponeses recebiam denominações próprias, que variavam de acordo com cada região, como o *caipira* nas regiões de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Paraná e Mato Grosso do Sul ou o *tabaréu* no Nordeste. O mesmo acontecia com os hoje chamados *latifundiários*, que eram os *estancieiros* no Sul do país; os *fazendeiros* em São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Minas Gerais e Paraná; os *senhores de engenho* no Nordeste; e os *seringalistas* do Norte. Para Martins essas novas palavras – camponeses e latifundiários – são palavras políticas, que visam expressar a unidade de suas respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas camponesas.

Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico (ibid., p.22-23).

O termo camponês carrega, portanto, um forte conteúdo político e aparece frequentemente vinculado ao movimento camponês. Também por isso entrou em desuso no período da Ditadura Militar, pois esse movimento era considerado subversivo pelos governos militares. Nesse período a busca por uma expressão que fosse considerada mais neutra levou à adoção oficial de termos como “pequenos produtores”, “agricultores de subsistência” e “agricultores de baixa renda”, que, por sua vez, tinham um caráter depreciativo (WANDERLEY, 2015).

Já na década de 1990, com a formulação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o governo passou a adotar oficialmente o termo

“agricultura familiar”. Isso fez com que houvesse uma ressignificação do termo “campesinato” no sentido de negar a existência histórica da classe camponesa brasileira e de apontar para sua superação, diluindo o conteúdo histórico-político que essa categoria inspirava e esvaziando as reivindicações políticas e sociais do movimento camponês (CUNHA, 2012; WANDERLEY, 2015). Por esse motivo defendemos o uso dos termos camponês e campesinato nas produções críticas e reafirmamos tal uso no presente trabalho, sendo que apenas serão utilizados termos como “agricultura familiar” quando as citações originais o fizerem.

Martins (1995) nos chama atenção para o fato de que a exclusão do camponês não é, no entanto, uma mera exclusão política, mas também econômica e social.

Essa exclusão define justamente o lugar do camponês *no* processo histórico. A ausência de um conceito, de uma categoria, que o localize socialmente e o defina de modo completo e uniforme constitui exatamente a clara expressão da forma como tem se dado a *sua participação nesse processo* – alguém que participa como se não fosse essencial, como se não estivesse participando. O escamoteamento conceitual é o produto necessário, a forma necessária e eloquente da definição do modo como o camponês tem tomado parte no processo histórico brasileiro – como um excluído, um inferior, um ausente que ele realmente é: *ausente na apropriação dos resultados objetivos do seu trabalho, que aparece como se fosse desnecessário, de um lado, e alheio, de outro lado* (p.25, grifos do autor).

O campesinato deve, portanto, ser entendido como classe social historicamente excluída e oprimida no contexto da sociedade capitalista. Por isso mesmo, compreender o trabalho dessa classe demanda que se busque fazê-lo em suas determinações materiais, compreendendo de que forma o capitalismo vem atuando na agricultura e engendrando as condições de exploração da classe camponesa. A esse respeito é preciso ressaltar, como aponta Ieno (2013), que a história do Brasil se funda, desde o início, por uma forte e violenta luta pela terra. Por isso, a questão da propriedade, posse e uso da terra marca direta e indiretamente nossa história social, política, econômica e cultural.

O desenvolvimento do capitalismo na agricultura nos remete necessariamente às bases do processo de sua modernização, conhecido como Revolução Verde. As mudanças ocorridas na agricultura brasileira desde que tal processo foi posto em curso caminharam no sentido de consolidar, por meio de um forte processo ideológico, o ideário do agronegócio como símbolo do progresso e da eficiência produtiva e econômica que superaria o arcaico e atrasado modelo da agricultura camponesa que marcava aquele contexto até então. Por trás desse ideário ficam ocultos os problemas ambientais,

econômicos, sociais e políticos que derivam do agronegócio e que são em verdade sua essência.

[...] o que se oculta nessas relações é o fato dele sustentar-se em fatores como a concentração do latifúndio; a destruição ambiental e, consequentes alterações climáticas; a superexploração do trabalho, escravo ou análogo; a ameaça às futuras gerações (como é o caso dos recursos hídricos) ou ainda, a diminuição das áreas de produção de alimentos, o uso de agrotóxicos e de transgênicos, a mecanização, o desemprego, entre outros (SANTOS, 2016, p.42).

A Revolução Verde, gestada no pós II Guerra Mundial, permitiu, na verdade, escoar as sobras dos materiais de guerra das indústrias química e mecânica e aplicar os avanços tecnológicos resultantes desse período na agricultura. Isso resultou na utilização de máquinas, insumos e técnicas de produção empregadas com o intuito de ampliar a produtividade do trabalho e da terra através do uso intensivo de venenos, insumos químicos e da monocultura (NUNES, 2007; IEEP, 2010). No Brasil o processo de desenvolvimento da Revolução Verde teve seu pontapé inicial na década de 1950, ainda no governo de Juscelino Kubitschek, e ganhou ainda mais força durante a ditadura militar, quando se intensificou a integração entre agricultura e indústria, subordinando várias ramificações de setores produtivos à dinâmica agroindustrial (SANTOS, 2016). Como resultado do modelo convencional de desenvolvimento e de agricultura os problemas socioambientais foram surgindo e se acumulando (CAPORAL; COSTABEBER, 2015). Para Caporal (2008) os monocultivos têm sido responsáveis por uma crise socioambiental sem precedentes na história da humanidade. Os impactos da Revolução Verde são inúmeros: a continuada destruição dos diferentes biomas, o aumento das áreas em processo de desertificação, o aumento da erosão dos solos, a perda da água, a contaminação dos aquíferos, dos rios, dos mares e também dos alimentos. A Revolução Verde e seu projeto de modernização da agricultura são os projetos gestados no seio do modo de produção capitalista, que ao chegar no campo destrói aquelas formas sustentáveis de agricultura que caracterizavam o campesinato. Avança cada vez mais a entrada da grande indústria no campo, compondo o cenário da agricultura brasileira no capitalismo.

No âmbito do marxismo, o estudo da agricultura brasileira sob o modo capitalista de produção tem ocorrido no cerne de uma série de embates entre as várias correntes de pensamento que vêm se debruçando sobre esta temática. Oliveira (1987; 2004) divide em três as abordagens teóricas que buscam interpretar a realidade do campo. Para o autor, é

possível dizer que todos os estudiosos da questão agrária concordam que vem ocorrendo um processo de generalização progressiva do assalariamento em todos os ramos e setores, relação de produção específica do modo de produção capitalista. No entanto, há discordância em relação à interpretação de como ocorre esse processo. Para alguns, ele levaria inevitavelmente a uma homogeneização que formaria um proletariado único de um lado e a classe burguesa do outro. Para outros, esse processo ocorre de maneira contraditória, o que permitiria criar e reproduzir, no interior do processo de expansão do assalariamento no campo, as relações não capitalistas de produção, como é o caso do trabalho camponês.

A primeira abordagem a que se refere Oliveira (1987; 2004) defende como feudais ou semifeudais as relações de produção no campo brasileiro. Esses “restos feudais”, que teriam se originado a partir da extinção do trabalho escravo, deveriam ser alvo da luta por sua extinção, pois para que o campo pudesse se desenvolver seria preciso acabar com essas relações e ampliar o trabalho assalariado no campo.

O grupo de autores reunidos na segunda abordagem compreende que o campo brasileiro já vem se desenvolvendo do ponto de vista capitalista e que esse desenvolvimento levará ao inevitável desaparecimento dos camponeses que, ao tentarem produzir para o mercado, irão à falência e perderão suas terras, tornando-se proletários. Além disso, a modernização do latifúndio e sua transformação em empresas rurais capitalistas também culminaria na extinção dos camponeses. Essa compreensão de que os camponeses estariam desaparecendo fundamenta-se no pressuposto de que a chegada ao socialismo apenas seria possível caso a sociedade capitalista tivesse apenas duas classes sociais antagônicas: o proletariado e a burguesia.

Já os autores da terceira abordagem defendem a tese da criação e recriação do campesinato e do latifúndio. Para eles, o desenvolvimento do modo de produção capitalista deve ser entendido como um movimento desigual e contraditório, o que permite que o próprio capital engendre e reproduza relações não capitalistas de produção (OLIVEIRA, 1987; 2004). Isso faz com que nos deparemos no campo brasileiro com a existência, tanto de relações de trabalho capitalistas - o trabalho assalariado -, quanto de relações não-capitalistas - como o trabalho camponês, por exemplo (OLIVEIRA, 1996). Há um conjunto de contradições que marcam o processo de desenvolvimento capitalista em nosso país, no qual sua expansão passa pelo predomínio do trabalho assalariado nas grandes e médias propriedades e do trabalho camponês nas pequenas propriedades. Resulta das contradições inerentes ao capital que a expansão do trabalho assalariado no

campo traga consigo a expansão do trabalho camponês (OLIVEIRA, 1996). É com esse conjunto de autores que nos alinhamos para desenvolver o estudo aqui proposto.

Essa terceira vertente entende

[...] as relações não-capitalistas de produção no campo hoje como criadas e recriadas pelo próprio processo contraditório de desenvolvimento do modo capitalista de produção, ou seja, seria o próprio modo capitalista de produção dominante que geraria relações capitalistas de produção e relações não-capitalistas de produção combinadas ou não, em função do processo contraditório intrínseco a esse movimento (desenvolvimento) (OLIVEIRA, 1996, p.46).

Os autores desse grupo compreendem também que as três grandes classes da sociedade capitalista moderna são constituídas pelos assalariados, pelos capitalistas e pelos proprietários de terras, como explicitou Marx no terceiro livro d'O Capital (MARX, 1894/1974).

Como analisa Martins (1981), não é necessário que as forças produtivas se desenvolvam em cada estabelecimento, seja ele agrícola ou industrial, a ponto de impor relações caracteristicamente capitalistas de produção, para que o capital estenda suas contradições aos diversos ramos da produção no campo e na cidade. Embora por certo esteja em curso o processo de expropriação de trabalhadores do campo com vistas a transformá-los em massa proletária, a sujeição desses trabalhadores ao capital também vem ocorrendo de outras formas, através de relações não-capitalistas de produção, como no caso do campesinato.

A terra sob o capitalismo deve ser entendida como renda capitalizada. Assim, compreende-se que o desenvolvimento do capitalismo ocorre no sentido de sujeitar a renda da terra ao capital, que pode subordinar a produção de tipo camponês, pode especular com a terra ao comprá-la e vendê-la e pode, por isso, sujeitar o trabalho que ocorre na terra. A sujeição da renda da terra ao capital é, portanto, o mecanismo básico do processo de expansão do capital no campo (OLIVEIRA, 1987). Por isso é possível afirmar que a produção camponesa não se desenvolve sob a forma especificamente capitalista, mas está submetida ao capital e contribui para manter as relações capitalistas de produção (ETGES, 1991).

Como destaca Martins (1981), a terra é um instrumento fundamental da produção no campo. Em muitas das análises feitas no Brasil ela é considerada, de maneira errônea, como capital. O capital, no entanto, é produto do trabalho assalariado; é o trabalho acumulado pelo capitalista sob a forma de meios de produção produzidos pelo trabalho. A terra, ao contrário, não é produto do trabalho assalariado. Ela é um bem natural e finito

que não pode ser criado pelo trabalho, é um instrumento de trabalho qualitativamente diferente de outros meios de produção. A terra, que não é produto do trabalho nem do capital, pode ser dominada por esse último. No entanto, da mesma maneira que o capitalista precisa pagar um salário para apropriar-se da força de trabalho, ele deve pagar uma renda para se apropriar da terra.

Sem a licença do proprietário da terra, o capital não poderá subordinar a agricultura. Como o capital tudo transforma em mercadoria, também a terra passa por essa transformação, adquire preço, pode ser comprada e vendida, pode ser alugada. A licença para a exploração capitalista da terra depende, pois, de um pagamento ao seu proprietário. Esse pagamento é a renda da terra (MARTINS, 1981, p.160-1).

Martins conclui, portanto, que a terra não apenas não é capital, como contrapõe-se a ele. Quando o capitalista paga pela utilização da terra, converte uma parte de seu capital em renda, ou seja, imobiliza improdutivamente essa parte do capital, justamente porque esse é o preço necessário para remover o obstáculo que a propriedade da terra representa à reprodução do capital na agricultura. O preço pago, no entanto, não é suficiente para promover a extração de riqueza da terra, de modo a efetivar a produção agrícola. O capitalista deverá ainda empregar ferramentas e força de trabalho: “os instrumentos e os objetos de trabalho, além da própria força de trabalho, é que são o verdadeiro capital, capaz de fazer a terra produzir sob o seu controle e domínio” (ibid., p.162). Assim, a apropriação capitalista da terra permite que o trabalho que nela ocorre seja subordinado ao capital. Embora a terra pareça capital, ela de fato não o é. Assim como o capital produz lucro e o trabalho produz salário, a terra produz renda. É preciso atentar, para o fato de que “a propriedade da terra não é exatamente um empecilho à expansão do capital no campo; ela é fundamentalmente uma das contradições do capitalismo[...]” (ibid., p.170).

Quando o capitalista e o proprietário da terra são personagens distintos, o capitalista entrega a renda da terra ao proprietário, transferindo-a. Quando ambos estão unificados em uma mesma pessoa, ele embolsa tanto o lucro médio quanto a renda. Ao contrário do que possa parecer, essa situação não elimina a contradição entre terra e capital, apenas a mascara. Assim, quando o capitalista compra a terra, ele está comprando renda da terra (OLIVEIRA, 2010).

Como afirma Martins (1998), no caso brasileiro o capital tem se apropriado de maneira direta de grandes propriedades ou promovido a sua formação em setores econômicos cuja renda da terra é alta, como no caso da cana, da soja e da pecuária de

corte. Já onde a renda é baixa, como no caso dos setores de alimentos de consumo interno, o capital não se torna dono da terra, mas cria as condições para extrair o excedente econômico. É o que ocorre no caso da propriedade camponesa, em que a sujeição da renda da terra ao capital se dá sem a expropriação dos meios de produção. A esse respeito, faz-se importante notar que não se trata aqui da sujeição formal do trabalho ao capital.

Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando somente o seu trabalho e o de sua família, ao mesmo tempo em que cresce a sua dependência em relação ao capital, o que temos não é a sujeição formal *do trabalho* ao capital. O que essa relação nos indica é outra coisa bem distinta; estamos diante da *sujeição da renda da terra ao capital* (MARTINS, 1981, p.175, grifos do autor).

Tendo isso em vista, Oliveira (2010) afirma que o processo de produção de relações não-capitalistas de produção no Brasil tem ocorrido inicialmente pela intensificação das relações comerciais, que têm drenado toda a renda diferencial para esse setor através da circulação da mercadoria de origem agrícola. Assim, é possível afirmar a respeito da agricultura brasileira que ela está, de um lado, subordinada à indústria e, de outro, aos proprietários de terra. Da mesma maneira, ora a circulação está subordinada à produção, ora a produção está subordinada à circulação. No atual estágio de expansão capitalista no Brasil, o que assistimos é o predomínio, quase completo, do capital industrial ou comercial atuando na circulação e sujeitando a renda da terra produzida na agricultura.

No caso da circulação subordinada à produção temos como exemplo a agroindústria açucareira, em que cada vez mais a mercadoria sai da produção com o preço de venda estipulado. Trata-se aqui do processo de *territorialização do capital monopolista*. Nele, capitalista da indústria, capitalista da agricultura e proprietário de terras se fundem numa só pessoa/empresa. Para produzir, fazem uso do trabalho assalariado. Já a produção subordinada à circulação tem sido a prática recorrente do capital industrial e comercial no campo. “Estabelecendo o monopólio na circulação, o capital subjuga, de um lado, grandes e pequenos agricultores e, de outro, os consumidores, com seus preços monopolistas” (ibid., p.23). Aqui temos o processo de *monopolização do território*.

Como coloca Martins (1981, p.51),

Nestes casos, embora as grandes empresas não expropiem diretamente o lavrador, elas subjagam o produto do seu trabalho. Tem sido assim com grandes empresas de industrialização de leite, uva, carne, fumo, tomate, ervilha, laranja, frutas em geral. Na verdade, os lavradores

passam a trabalhar para essas empresas nos chamados sistemas integrados, embora conservando a propriedade nominal da terra. Só que, nesse caso, a parcela principal dos ganhos fica com os capitalistas. É comum os consumidores desses produtos nas cidades queixarem-se do preço exorbitante, que têm que pagar por eles, preços que crescem continuamente. Essa queixa está em contradição com as queixas dos lavradores, de que recebem cada vez menos por aquilo que produzem. É o que podem constatar facilmente comparando a elevação dos preços dos insumos de que necessitam nas suas tarefas, como o adubo, a semente, o inseticida, etc. Na verdade, estamos diante de uma clara transferência de renda da pequena agricultura para o grande capital.

O processo de monopolização do território é pontualmente o que ocorre, como coloca Martins (id.), no caso da fumicultura brasileira, através do sistema de integração entre as indústrias fumageiras e as famílias camponesas que cultivam o tabaco. Como discutiremos adiante, esse é um dos mecanismos através do qual ocorre a sujeição do trabalho camponês à indústria capitalista. No item seguinte apresentaremos em que consiste o sistema de integração e traremos alguns dados a respeito da fumicultura brasileira.

2.2. A produção do tabaco na região Sul do Brasil

O tabaco, planta há tempos utilizada pelas tribos indígenas, era cultivado na costa brasileira quando da chegada dos europeus. Nesse momento os portugueses obtinham o fumo através do escambo praticado com os indígenas. Já as primeiras lavouras de tabaco cultivadas pelos colonos surgiram com o intuito de garantir o consumo próprio e, na medida em que o mercado desse produto foi se formando na Europa, os colonos portugueses passaram a cultivar o tabaco visando o abastecimento desse mercado. Com o estabelecimento definitivo dos portugueses no Brasil, surgiram as primeiras legislações que regulavam a atividade. Em 1674, foi estabelecido o monopólio português do tabaco, que estabelecia o início de uma pesada tributação sobre o fumo, que passou a ter como destinos principais a exportação para Portugal e outros países da Europa, além de servir como moeda de troca no comércio de escravos com a África no período colonial. O restante destinava-se ao consumo interno. Do fim do período colonial até o início do século XX, o fumo brasileiro diversificou-se, tanto em relação às áreas cultivadas, quanto ao processo de industrialização e comercialização (BONATO, 2007).

Já no século XIX o cultivo do fumo, que antes concentrava-se nos Estados de Pernambuco e Bahia, passou a ser realizado em outros locais, expandindo-se para o Maranhão, Rio de Janeiro, Minas Gerais e, mais tarde, para os Estados do Sul do país. Foi decisivo nesse processo a chegada dos imigrantes europeus, sobretudo alemães e italianos, nas regiões montanhosas da serra gaúcha. O caráter manual do cultivo do fumo permitia que ele fosse feito em regiões em que o relevo não era planificado, regiões essas que por esse mesmo motivo não eram propícias à agricultura mecanizada. Com a chegada da empresa Souza Cruz no início do século XX ao município de Santa Cruz do Sul, a cidade e a região começaram a transformar-se em um polo nacional da indústria fumageira (ETGES, 1991). Na década de 1960, quando a indústria fumageira nessa região enfrentou um período de crise, iniciou-se de maneira mais efetiva seu processo de expansão para outras regiões, como é o caso do Estado do Paraná. Nesse caso, a estagnação econômica e o grande número de pequenas propriedades favoreceram a penetração do fumo na região (CRAVO, 1982).

Boeira (2006) aponta que a indústria de tabaco consolidou-se no contexto mundial a partir do século XIX, sendo desde então um setor dominado pelas multinacionais estadunidenses e britânicas. Buscando investir em novas estratégias de mercado, as empresas diversificaram seus investimentos impulsionando seu mercado na América Latina. Dentre os principais países latino-americanos produtores de fumo estão o Brasil, Argentina, Colômbia, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai e República Dominicana. Em 2011 a produção conjunta desses países representou 96,9% do total da produção latino-americana e 16% da produção mundial (TOVAR, 2013). O Brasil ocupa o segundo lugar no *ranking* dos principais países produtores do fumo em folha, estando atrás apenas da China, e é o maior exportador mundial (BONATO, 2007; DESER, 2013a). A extensão de terras cultivadas com tabaco no Brasil representa 11% do total de áreas destinadas a esse cultivo no mundo, sendo que em 1990 havia um total de 274mil hectares, passando para 545mil hectares de terras brasileiras em 2011 (TOVAR, 2013). O número de famílias produtoras de tabaco em nosso país na safra de 2015/2016 foi de 144.320 distribuídas em 574 municípios, o que aponta uma diminuição em relação à safra anterior, de 2014/2015, que era de 153.730 famílias em 619 municípios diferentes (AFUBRA, 2016a). Bonato (2013) atrela essa diminuição às significativas mudanças nas tecnologias de produção do tabaco, as quais tendem a reduzir a quantidade de trabalho e possibilitar maior produção e produtividade com menos mão-de-obra e em menos tempo.

O mercado brasileiro é dominado por grandes empresas, dentre as quais quatro são principais: Souza Cruz, Philip Morris Brasil, Universal Leaf Tabacos e Alliance One. Ainda merecem atenção a Japan American Tobacco (JTI), a Continental Tobaccos Alliance S.A. (CTA) e a Brasfumo, única empresa de capital nacional do setor. Especificamente na confecção de cigarros, o predomínio é da Souza Cruz e da Philip Morris, que trabalham com toda a cadeia, ou seja, desde a produção do tabaco até a comercialização do cigarro (DESER, 2013b). Destaca-se que a quase totalidade dos cigarros ou outros produtos manufaturados (cigarrilhas, charutos, etc.) produzidos no Brasil são destinados ao consumo interno, sendo que a média entre os anos de 2005 a 2012 foi de apenas 1% desses produtos no valor das exportações do tabaco. Em 2012 os produtos manufaturados representaram apenas 0,02% desse valor (DESER, 2013a). O grande montante das exportações refere-se ao tabaco em folha. Das 525.221 toneladas plantadas no ano de 2016, 388.526 foram destinadas à exportação, ou seja, quase 74% do total (AFUBRA, 2016a).

A região responsável pela maior parte da produção em nosso país é a região Sul, com 97,5% do total, segundo dados da Afubra da safra de 2015/2016. No Paraná a produção concentra-se na região Centro-Sul, seguida das regiões Sudoeste e Metropolitana de Curitiba, sendo que os principais municípios produtores são Rio Azul, Ipiranga, Piên e São João do Triunfo (BONATO, 2007). Nessa região a produção de fumo se dá, em sua maior parte, em pequenas propriedades que fazem uso do trabalho familiar e eventuais contratações no período da colheita. Segundo dados da Afubra sobre a distribuição fundiária na fumicultura temos que 63,7% do total de famílias possuem menos de 10 hectares, sendo que dessas, 28,1% não possuem terras – são as famílias que trabalham em sistema de parceria – e 35,6% possuem de 1 a 10 hectares (AFUBRA, 2016a).

A produção do fumo é desenvolvida pelo sistema de integração entre indústrias e fumicultores. Nele a indústria garante aos fumicultores o fornecimento das sementes e dos fertilizantes, o financiamento para a construção das estufas, assistência técnica e o transporte da produção desde a unidade de produção até à empresa. Em contrapartida, os fumicultores garantem de forma integral e exclusiva a venda de sua produção à empresa integradora, produzindo o volume de fumo contratado. Este sistema é formalizado através do “contrato de compra e venda do fumo em folha”. Além disso, o contrato de integração entre fumicultores e agroindústrias prevê que estas avalizem e intermedeiem o financiamento junto aos bancos.

Como discutiremos mais detalhadamente adiante, o sistema de integração é, na verdade, a estratégia encontrada pelas empresas para garantirem o controle de toda a produção desde o início do cultivo do tabaco. Nesse sistema são as empresas que definem antecipadamente a cada ano o preço a ser pago pelo fumo e que realizam a classificação final da folha do tabaco. Assim, a classificação torna-se mais uma estratégia de controle da qualidade do fumo a ser comprado e da definição do preço a ser pago aos agricultores. Cria-se por fim, um elo de dependência do camponês em relação à empresa, fator agravado sobretudo quando a produção se baseia na monocultura, levando as famílias a terem no tabaco sua única fonte de renda.

Bonato (2007) afirma que, se por um lado, o fumo é um dos maiores propulsores da economia dos municípios produtores, por outro, a cultura do fumo não tem se constituído como um fator de seu desenvolvimento, já que a maioria desses importantes produtores situa-se na metade dos municípios com menor índice de desenvolvimento de cada Estado. Além disso, é preciso chamar atenção para os malefícios causados pela cultura do tabaco, tanto ao meio ambiente, quanto à saúde dos consumidores do produto final e dos agricultores que o cultivam.

O processo de produção do tabaco, desde o plantio até a secagem das folhas em estufa dura aproximadamente nove meses, tendo início no mês de junho e sendo finalizado entre os meses de fevereiro e março. Esse processo envolve várias etapas, como o plantio e o cultivo das mudas em canteiros, o preparo do solo na lavoura, o transplante das mudas para a lavoura, o controle de pragas e doenças através da aplicação de agrotóxicos, irrigação das plantas, capação ou quebra da flor, colheita, cura em estufa e classificação das folhas. Como veremos adiante, o trabalho nessas várias etapas envolve uma série de riscos à saúde, decorrentes de fatores como a intensa exigência física, que o torna um trabalho extenuante, o uso intensivo de agrotóxicos e o manejo do próprio tabaco, que contém uma vasta quantidade de componentes químicos prejudiciais à saúde.

O Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais aponta que pesquisas e estudos sobre a realidade da saúde dos produtores de tabaco assinalam alguns problemas graves, como a intoxicação por agrotóxicos, problemas de saúde mental, depressão, suicídios, problemas decorrentes de postura no trabalho, intoxicação por nicotina e problemas específicos relacionados à saúde da mulher e das crianças (DESER, 2015). Em uma pesquisa realizada pelo DESER com 1.128 fumicultores, 73% afirmaram que, se dependesse deles e suas famílias, deixariam de produzir tabaco. Dentre os motivos apontados estão o trabalho excessivo e/ou a falta de mão-de-obra; a utilização de

agrotóxicos que acarreta em danos e doenças; e problemas de doenças na família (DESER, 2015). Ao mesmo tempo, são muitas as dificuldades enfrentadas pelas famílias que se lançam nas tentativas de diversificação ou mesmo de transição do cultivo do tabaco para outras culturas, o que tem evidenciado cada vez mais a necessidade de assistência técnica que possa orientar os agricultores nesse sentido. A esse respeito, destacamos aqui os projetos inseridos no Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, do qual trataremos no item seguinte.

2.3. O Projeto de Diversificação de Áreas Cultivadas com Tabaco e o enfoque agroecológico

O Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco foi lançado no Brasil em outubro de 2005 e tem suas origens ligadas ao contexto da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (CQCT), proposta em 1999 durante a 52^a Assembleia Mundial da Saúde. Tendo por objetivo principal a preservação das gerações futuras das consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas do consumo e da exposição à fumaça do tabaco, a CQCT foi o primeiro tratado internacional de saúde pública da história, adotado por unanimidade pelos 192 Estados-Membros da Organização Mundial da Saúde (BONATO, 2007).

Dentre as obrigações da Convenção-Quadro podem ser destacadas: a elaboração e atualização de políticas de controle do tabaco; o estabelecimento de um mecanismo de coordenação nacional e cooperação com outras partes; e a proteção das políticas nacionais contra os interesses da indústria do tabaco. Levando em conta que a prevista redução do consumo global do tabaco pode afetar a estabilidade econômica daqueles que dependem de seu cultivo e/ou comércio, dentre as medidas para a implementação da Convenção está a elaboração e execução de estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável implicadas na diversificação do cultivo do tabaco para outros cultivos, visando garantir alternativas de geração de renda para o conjunto das famílias envolvidas com a produção de fumo (BONATO, 2007; CASTRO; MONTEIRO, 2015; BRASIL, 2010). Assim, foi criado no Brasil o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, que tem por objetivo apoiar a implementação de projetos de extensão rural para desenvolver estratégias de diversificação produtiva em propriedades de agricultores familiares que produzem fumo (BRASIL, 2010). O Programa faz parte da Política

Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) – da qual trataremos adiante –, integrando também ações da Política Nacional de Controle do Tabaco.

O Programa Nacional de Diversificação é implementado através de chamadas públicas, por meio das quais teve início no ano de 2014 no Estado do Paraná o Projeto de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, do qual participam as famílias camponesas que acompanhamos em nossa pesquisa. A execução do projeto é feita pelo Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (DESER), pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Sul do Brasil (FETRAF) e pelo Instituto de Cooperação da Agricultura Familiar (ICAF). O projeto tem duração de três anos e acontece em onze municípios da região Centro-Sul do Estado: Irati, Mallet, Rio Azul, São João do Triunfo, São Mateus do Sul, Palmeira, Ivaí, Ipiranga, Imbituva, Guamiranga e Prudentópolis. A equipe que compõe o projeto é formada por quinze profissionais de diferentes áreas (técnico em agroecologia, técnico em agropecuária, biologia, agronomia, psicologia, geografia, engenharia ambiental e engenharia florestal), sendo que cada profissional é responsável por 80 famílias de comunidades próximas. O objetivo principal é auxiliar os agricultores a diversificarem sua produção para outras culturas além do tabaco, com destaque para a produção agroecológica.

Como trata de enfatizar o próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o programa nacional tem por foco a “diversificação sustentável” do cultivo do tabaco e não a sua substituição, tendo por base a produção orgânica e agroecológica (BRASIL, 2010). Dessa maneira, a produção agroecológica vem sendo um dos enfoques de destaque no programa. Em fevereiro de 2007 ocorreu em Porto Alegre o I Seminário Nacional sobre o “Programa Nacional de Diversificação Produtiva e a Convenção Quadro do Tabaco”. Lá os participantes debateram e apresentaram propostas para dar continuidade e viabilidade ao programa. Uma das diretrizes propostas foi a de que a diversificação possa efetivamente potencializar a implementação de um modelo sustentável da agricultura familiar, preferencialmente com base na produção agroecológica, vinculando-se ao propósito de uma alimentação mais saudável e dando visibilidade à estratégia da segurança alimentar (BONATO, 2007).

Segundo Guzmán (2015) a agroecologia surgiu na América Latina em fins dos anos setenta do século passado, resultante de distintas formas de resistência praticadas por grupos camponeses e indígenas em resposta às manifestações da crise ecológica e social no campo gerada pela intensificação do desenvolvimento do capitalismo na agricultura. A partir da aliança entre esses grupos e técnicos dissidentes do manejo

industrializado, foram sendo construídas reflexões teóricas e avanços epistemológicos que culminaram na compreensão de uma necessária complementaridade entre o conhecimento científico e a epistemologia popular. Assim, para o autor, a agroecologia é uma construção popular surgida da aliança entre setores camponeses e indígenas e técnicos de diferentes áreas.

Para Caporal e Costabeber (2015) a agroecologia consiste em um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para modelos sustentáveis. Ela constitui um enfoque teórico e metodológico que lança mão de diversas disciplinas científicas no intuito de estudar a atividade agrária sob uma perspectiva ecológica. Assim, mais do que uma disciplina específica, a agroecologia apresenta-se como uma nova ciência em construção, um campo de conhecimento que reúne várias reflexões teóricas e avanços científicos, provenientes de distintas disciplinas. Nesse mesmo sentido Guzmán e Montiel (2009, p.35) afirmam que “la agroecología es, simultáneamente, un enfoque científico para el análisis y evaluación de los agroecosistemas y sistemas alimentarios y una propuesta para la praxis técnico-productiva y sociopolítica en torno al manejo ecológico de los recursos naturales”.

Na agroecologia a natureza é vista de forma integrada, como um todo interdependente e complexo. O solo, as plantas, os animais, a água, o próprio homem e tudo o que dela faz parte devem ser compreendidos em suas inter-relações, possibilitando um manejo que vise o equilíbrio ecológico (MUTUANDO, 2005). As práticas agroecológicas baseiam-se em princípios ecológicos como a preservação da vida do solo, a gestão dinâmica da biodiversidade e a conservação de energia em todas as escalas (VIA CAMPESINA, 2015).

Além disso, a agroecologia não se restringe aos aspectos da produção, mas tem uma abrangência que envolve as relações sociais, mesclando ciência, conhecimento popular, preservação ambiental e inclusão social. Quando falamos em agroecologia estamos tratando “de uma orientação cujas contribuições vão muito além de aspectos meramente tecnológicos ou agronômicos da produção, incorporando dimensões mais amplas e complexas, que incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ambientais, como variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade” (CAPORAL; COSTABEBER, 2015, p.268). A agroecologia não consiste em uma mera proposta de tecnologias ou práticas de produção, mas é um modo de viver, é a própria linguagem da natureza (VIA CAMPESINA, 2015).

Caporal e Petersen (2012) destacam como característica marcante da agroecologia no Brasil o seu vínculo inextrincável com a defesa da agricultura familiar camponesa como base social de estilos sustentáveis de desenvolvimento rural. Assim, o movimento agroecológico brasileiro coloca-se em defesa de mudanças estruturais no campo, aliando-se aos históricos movimentos camponeses. Além disso, defendendo o acesso a alimentos como direito universal, a agroecologia no Brasil diferencia-se dos modelos convencionais orgânicos, que têm por foco atender a nichos de mercado e consumidores com maior poder de compra.

A participação popular é outro aspecto relevante na agroecologia. O seu desenvolvimento depende da troca de experiências entre agricultores, do repasse de conhecimento às gerações mais novas e do grau de organização dos agricultores para que possam manter-se frente ao modelo convencional de produção. Há aí um necessário resgate do agricultor como agente do processo de geração de conhecimento. A agroecologia tem suas raízes na prática tradicional camponesa e por isso o saber tradicional deve ser valorizado e fortalecido. O desenvolvimento desses conhecimentos ocorre através do diálogo, em processos de aprendizagem horizontais (MUTUANDO, 2005; VIA CAMPESINA, 2015).

A agroecologia, além de expressar a resistência da agricultura camponesa, consiste em uma alternativa de agricultura socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável (IEEP, 2010). Ela nos coloca frente à possibilidade de reorientar o curso dos processos de uso e manejo dos recursos naturais, ampliando a inclusão social, reduzindo os danos ambientais e fortalecendo a segurança alimentar e nutricional a partir da oferta de alimentos saudáveis e de qualidade para todos (CAPORAL, 2008).

Embora, em alguma medida, a agroecologia venha avançando e ganhando espaço na implementação de políticas públicas, há uma série de dificuldades que se impõem nesse processo. Um dos exemplos que merece destaque é a exclusão da agroecologia da Lei de ATER, sancionada em 2010. Como define a própria lei, a ATER consiste em um “serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais” (BRASIL, 2010).

A Lei de ATER, Lei nº12.188/10, instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o

Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER. Caporal (2011) analisa alguns dos pontos desta lei e chama atenção para a ilegitimidade sociopolítica da iniciativa governamental que culminou nesse processo. O governo federal menosprezou a participação popular que serviu de alicerce para a elaboração da PNATER de 2003, instituiu mudanças de caráter técnico-burocrático e eliminou do texto a agroecologia, o que significa um retrocesso no campo da extensão rural. A PNATER de 2003, gestada a partir de um amplo processo democrático, que contou com a participação de mais de cem entidades, havia incorporado importantes mudanças e assegurado alguns avanços, como a orientação de que a ATER atuasse no sentido da promoção do desenvolvimento rural sustentável com base nos princípios da agroecologia. A Lei 12.188/10 excluiu a agroecologia do conjunto de suas orientações e, cedendo às pressões da sociedade civil, incluiu em seus princípios a “adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis”. Para Caporal (2011), esse princípio não trata do paradigma agroecológico em sua amplitude conceitual, mas presta-se apenas a orientar algo sobre o processo de produção.

Compreendemos que os avanços e retrocessos no âmbito da Política Nacional de ATER são expressões de um amplo processo de disputas em que ocorre a construção das políticas públicas como um todo, fruto das contradições intrínsecas ao próprio capitalismo. Concordamos com Lessa (2013) ao afirmar que no modo de sociabilidade capitalista as políticas públicas sempre terão um caráter de classe, sendo determinadas pelos interesses do capital, visto que elas ocorrem no bojo de uma contradição fundamental: devem-se permitir as condições necessárias à reprodução da classe trabalhadora para que ela possa ser expropriada e explorada. Não pretendemos, com tal afirmação, invalidar a luta dos trabalhadores pela implementação de políticas públicas que atendam seus interesses. Queremos apenas atentar para o caráter de classe que tais políticas carregam em última instância, o que, no entanto, não invalida os avanços conquistados nesse sentido no interior do próprio sistema capitalista. Sob o modo de produção capitalista as políticas públicas tornam-se expressão das contradições do próprio capital, da disputa de interesses entre as classes e das tentativas de mediação muitas vezes levadas a cabo pelos governos. É nesse contexto que a questão das políticas públicas deve ser analisada e é a partir dele que abordaremos nesse trabalho o Projeto de Diversificação de Áreas Cultivadas com Tabaco no Estado do Paraná, inserido, por sua vez, nas políticas de ATER.

Buscamos nesse segundo capítulo abordar aspectos que consideramos fundamentais para o estudo proposto. Compreendemos que os pontos aqui abordados são essenciais para o processo de investigação empírica que compõe esse trabalho. Tais aspectos vão compondo o pano de fundo sobre o qual se delineia o objeto central de nossa investigação: os sentidos do trabalho camponês no processo de diversificação da produção do tabaco para a agroecologia.

Capítulo 3

Os caminhos e os sujeitos da pesquisa

3.1. Os caminhos da pesquisa

Como apontado no capítulo de introdução, a proposta desta pesquisa surgiu a partir da realização de um estágio em Psicologia do Trabalho no Projeto de Diversificação de Áreas Cultivadas com Tabaco no município de Rio Azul-PR. Essa vivência, ao me colocar frente à dura realidade das famílias camponesas que cultivam o tabaco, permitiu atentar para a urgente necessidade de contribuir com a produção de conhecimento crítico a respeito desse tema que, via de regra, tem ficado à margem dos estudos psicológicos. Foi nos encontros cotidianos com aqueles camponeses e camponesas, nas conversas que tínhamos ao pé do fogão à lenha ou durante as andanças pelas propriedades, que o contexto de exploração a que estavam submetidos ia sendo revelado. Ao lado dessa difícil realidade também iam se esboçando na vida das famílias os contornos da possibilidade de transformação a partir da agroecologia. Acompanhar esse processo de diversificação agroecológica em algumas das propriedades fez surgir uma série de questionamentos a respeito do trabalho camponês nesse contexto de profunda transformação. Como as famílias vivenciavam essa significativa mudança em sua atividade após trabalharem anos a fio na produção do fumo? De que maneira isso reverberava nas relações que estabeleciam no contexto familiar e na comunidade? O que as fazia migrar para a produção agroecológica dentre tantas outras atividades de diversificação possíveis? Após tantos anos de trabalho na agricultura convencional, esse processo de diversificação agroecológica podia transformar a relação dos camponeses com a própria agricultura, com a terra e a natureza? Quais eram os determinantes objetivos e subjetivos das inúmeras transformações vivenciadas nesse processo? De questões como estas surgiu a necessidade de compreender de maneira sistematizada a vivência do trabalho camponês no processo de diversificação agroecológica da produção de fumo.

Como explicitado anteriormente, compreendemos que o *sentido* atribuído a uma determinada experiência apresenta-se como uma importante via de acesso à maneira pela qual o sujeito a vivencia. Os sentidos, portanto, nos permitem ter acesso a essa unidade dialética entre sujeito e meio, que é a *vivência*. Tendo isso em vista tivemos como objetivo central nesta pesquisa investigar quais os sentidos atribuídos ao trabalho por camponeses

que implementam a diversificação da produção do tabaco para a agroecologia. Para tanto, buscamos também identificar quais são os determinantes do processo de atribuição de sentido ao trabalho; compreender de que maneira se dá esse processo de atribuição de sentido; compreender as vivências do trabalho das quais derivam os sentidos; investigar quais são as motivações para a diversificação agroecológica e as dificuldades e realizações experimentadas nesse processo de diversificação.

O curso desta investigação contou com a realização de duas etapas. Ambas incluíram a realização de observações participantes e entrevistas semiestruturadas com três famílias de agricultores camponeses inseridas no Projeto de Diversificação de Áreas Cultivadas com Tabaco no município de Rio Azul-PR. A escolha do município está atrelada ao desenvolvimento do estágio anteriormente referido nessa localidade e ao fato desse município estar entre os maiores produtores de tabaco do Estado do Paraná, conforme apontado por Bonato (2007). A definição das três famílias participantes foi feita através da indicação da técnica do projeto, Silmara⁴, responsável pela área de abrangência do município em questão. Ao solicitarmos a indicação nosso único critério era o de que as três famílias tivessem a produção agroecológica incluída em suas atividades de diversificação.

Ainda no mês de dezembro de 2016, acompanhados por Silmara, visitamos as três famílias indicadas por ela com o intuito de apresentar a proposta da pesquisa e convidá-las a participar. Esclarecemos nossos objetivos e a metodologia a ser empregada. Como alguns dos membros familiares não estavam presentes, sugerimos que o assunto fosse discutido com todos e acordamos que entraríamos em contato novamente no mês seguinte. Todo esse processo foi mediado pela técnica, com quem as famílias já possuíam algum vínculo. No mês seguinte fui informada por Silmara que as famílias haviam aceitado participar da pesquisa. Assim, demos início à observação participante no mês de fevereiro de 2017.

A observação participante precedeu a realização das entrevistas semiestruturadas, pois compreendemos, como nos indica Gonçalves Filho (2003), que as entrevistas devem basear-se em muitas observações e conversas para só então realizar-se o recolhimento dos depoimentos. Para o autor, a observação participante designa uma experiência radical, que coloca o pesquisador em circunstâncias de estar pessoalmente exposto ao fenômeno que se vai pensar: “indica a situação do cidadão e pesquisador que se deslocou para bem

⁴ Todos os nomes dos participantes da pesquisa são fictícios.

perto daqueles sobre quem o fenômeno cai ostensivamente, deslocou-se em corpo e alma para bem perto daqueles em que o fenômeno pega por dentro” (p.194).

As três famílias foram acompanhadas por um período de três semanas com o intuito de conhecermos seu cotidiano de trabalho. Nesse período permaneci quatro dias com cada uma delas, acompanhando e participando de todas as atividades realizadas. Pude participar da colheita de fumo, acompanhar o processo de depósito das folhas na estufa para a secagem e, depois, a realocação das folhas já secas no depósito, carpir a horta, malhar feijão⁵, plantar hortaliças, limpar as instalações do aviário, cuidar das crianças, acompanhar o feitiço dos pães, lavar a louça, fazer bolachas caseiras, descascar madeira de pinus, colher amendoins e sementes de girassol: atividades cotidianas que permitiram me aproximar da realidade do trabalho camponês e dos próprios camponeses. Era nesses momentos em que compartilhávamos o fazer de uma mesma atividade que o espaço dialógico e afetivo ia sendo construído e as conversas iam revelando suas histórias, suas vivências, suas dores e suas esperanças.

Nessa etapa fiz uso do *diário de campo*, onde anotava as atividades acompanhadas, minhas impressões pessoais, o resultado de conversas informais e falas dos camponeses que me chamavam atenção. As anotações do diário serviam de base para os *relatos estendidos*, escritos na maioria das vezes ao final de cada dia de observação, na tentativa de amenizar os efeitos dos lapsos e esquecimentos. Na primeira semana fiquei hospedada em uma pousada no centro da cidade, assim, passava o dia com as famílias e ao anoitecer seguia para a pousada, onde redigia os relatos. Nos dias seguintes me hospedei na casa de uma das famílias e da técnica do projeto, o que me fez priorizar a convivência com elas em determinados momentos, sem que restasse tempo hábil para a escrita dos relatos, que acabavam sendo feitos no dia seguinte.

Nos últimos quatro dias desta etapa as entrevistas semiestruturadas foram realizadas. A observação foi fundamental nesse sentido, pois foi a convivência próxima com as famílias e a participação nas atividades de trabalho ao lado delas que forneceram subsídios para a elaboração do roteiro de entrevista. Além disso, esse período de convivência permitiu a criação de um forte vínculo afetivo com as famílias. Aos poucos elas foram se acostumando com a presença da “menina da cidade” e se permitiram compartilhar de fato, não só suas atividades de trabalho, mas suas histórias, sua casa, sua terra, suas vidas. Nesse ato de compartilhar adentrávamos um espaço do conviver que se

⁵ Debulhar o feijão, separando os grãos da bainha.

delimita fora da suposta neutralidade existente entre pesquisador e objeto de pesquisa – mesmo porque não há aqui objetos de pesquisa, mas esse encontro entre sujeito pesquisador e sujeitos pesquisados. A observação participante torna-se, pois, o convívio entre esses sujeitos, demanda esse “deslocamento de corpo e alma” de que nos fala Gonçalves Filho (2003). É esse deslocamento e a criação desse laço que permite a realização de uma boa entrevista. “Da qualidade do vínculo vai depender a qualidade da entrevista”, ensina Bosi (2003, p.60).

A entrevista ideal é aquela que permite a formação de laços de amizade; tenhamos sempre na lembrança que a relação não deveria ser efêmera. Ela envolve responsabilidade pelo outro e deve durar quanto dura uma amizade. [...]Se não fosse assim, a entrevista teria algo semelhante ao fenômeno da mais-valia, uma apropriação indébita do tempo e do fôlego do outro (ibid., p.60-61).

O período anterior de convivência com as famílias permitiu que o momento da entrevista fosse efetivamente uma conversa. Estabelecemos ali um sincero diálogo, uma troca profunda em que não só questionei, mas fui também questionada. Nessa primeira etapa da pesquisa foram realizadas quatro entrevistas: a primeira com duas das famílias participantes, que optaram por realizá-la conjuntamente. Nesse momento estavam presentes Valdir e Edinéia (família 1) e Penha e Henrique (família 2), camponeses que serão apresentados na sequência. A segunda entrevista foi realizada com Juliana e Felipe (família 3). As outras duas entrevistas foram realizadas com Silmara, a técnica de referência das famílias participantes no âmbito do projeto, e com Lúcio, ex-secretário de agricultura do município.

As entrevistas com as famílias tiveram por foco compreender suas vivências do trabalho no cultivo do fumo e no processo de diversificação agroecológica. A entrevista com a técnica do projeto teve por intuito compreender aspectos relacionados à execução e organização do projeto, bem como ao trabalho de diversificação agroecológica. E a entrevista com o ex-secretário de agricultura do município também foi realizada no sentido de nos permitir compreender aspectos relacionados ao projeto, pois a partir dos depoimentos das famílias localizamos nele um importante ator político e social envolvido em sua implementação.

A segunda etapa da pesquisa consistiu em um retorno ao campo de pesquisa para a realização de novas entrevistas com as famílias. Em um breve período de três dias durante o mês de setembro de 2017, pudemos realizar novas observações e aprofundar

questões relacionadas aos sentidos do trabalho a partir de novas entrevistas semiestruturadas. Foram realizadas duas entrevistas, uma delas com Edinéia, Valdir e Henrique e outra com Juliana e Felipe. Também tratamos de apresentar às famílias as hipóteses que havíamos construído até aquele momento com base nos dados já obtidos, buscando dialogar com elas a esse respeito, o que nos permitiu confirmar a análise preliminar que havíamos feito. As três famílias participantes serão apresentadas no próximo item.

3.2. O encontro com o campo e os camponeses

A cidade de Rio Azul, onde residem as famílias participantes, está localizada na região Sudeste do Estado do Paraná. É um pequeno município interiorano, desses em que visitante é logo identificado e os moradores se conhecem por nome e sobrenome. É dessas cidades em que o típico clima paranaense faz a geada pintar a grama nos meses de inverno e o sol queimar o rosto durante o verão. A população totaliza 14.093 habitantes, dos quais 64,4% residem no campo (IBGE, 2010). A cultura é marcada pelos costumes e tradições de poloneses e ucranianos dos quais grande parte da população é descendente. Dados do IBGE referentes ao ano de 2015 apontavam que o fumo em folha era a segunda cultura mais cultivada em termos de área e a que mais gerava valor no município. Foram 6.246 hectares colhidos, totalizando uma produção de 14.552 toneladas e R\$116.416 (IPARDES, 2017).

Esses dados nos revelam um município predominantemente rural, em que a produção do tabaco tem grande importância e constitui-se como a principal fonte de renda de muitas das famílias camponesas. Um breve passeio pelas estradas rurais do município revela as inúmeras plantações de fumo que tomam conta da paisagem. Já de longe se pode enxergar próximas às plantações duas importantes construções que fazem parte da propriedade e da vida das famílias: a casa e a estufa de fumo. Cenários do cotidiano, territórios de vida.

Das andanças pelas estradas do município lembro que em minha primeira ida a campo para iniciar as observações, foram necessárias pelo menos três paradas para pedir informações de como chegar até a casa da primeira família. “*Segue reto toda a vida. Vai virar à esquerda na estrada principal*”, eram as indicações dos agricultores da vizinhança que para mim não faziam ainda muito sentido. A chuva forte que havia caído nos dias

anteriores havia atrasado minha ida à campo para o início da etapa de observação. Havia um trecho da estrada, bem próximo à propriedade de uma das famílias, que ficava sempre enlameado nos dias de chuva, formando um atoleiro, como chamavam os camponeses. Os alertas de Silmara quanto à condição da estrada e minha inexperiência em dirigir nas estradas de terra me fizeram esperar. Tudo ali carregava um pouco de novidade e, de alguma forma, me lembrava da condição de “outro” que eu ocupava naquele contexto, o que exigia um profundo exercício de deslocamento e de abertura para adentrar aquela realidade.

Esse exercício de adentrar e compartilhar do cotidiano das famílias me colocava nesse lugar contraditório que ocupa o pesquisador que é alheio à realidade que pesquisa, mas que tenta se aproximar dela interiormente (com todas as limitações que esse “interiormente” carrega): esse estar a todo tempo nos limites de um dentro-fora que possibilitam os estranhamentos de quem desconhece e, logo em seguida, as aproximações que o movimento do conhecer exige. É a sensação de estar no centro de um turbilhão de coisas que acontecem a nossa volta e se ver, de alguma maneira, alheio a elas pelo desconhecimento que se tem, ao mesmo tempo em que essas mesmas coisas que nos empurram para o espaço do externo, como que nos puxam e nos convocam ao exercício da proximidade, porque é, afinal, esse o lugar que queremos e tentamos ocupar ali.

Calçar botinas, dirigir no barro, usar chapéu de palha para se proteger do sol, aprender as palavras ainda desconhecidas, se adaptar a um outro ritmo, um outro tempo, um outro modo de organização das atividades cotidianas. Eram novos exercícios diários que me traziam pequenos desafios, deslocamentos físicos e afetivos em direção a uma realidade distinta da minha. Eu não hesitava em expor meus desconhecimentos e ignorâncias e reafirmar minha condição de aprendiz naquele contexto, o que exigia ainda mais disponibilidade dos camponeses e um deslocamento da parte deles também. Esse encontro entre sujeito pesquisador e sujeito pesquisado se inscreve sempre no campo de uma necessária disponibilidade de ambos os lados para efetivar a profunda troca que ele traz desde o início como possibilidade. São recíprocos deslocamentos que permitem ir em direção ao outro, ouvir, narrar, aprender e ensinar. Isso tudo exige uma profunda abertura, desimpedimentos, um deslocamento do já visto que permite romper com a estereotipia.

Quando entramos em um ambiente novo, de estimulação completa, passamos por instantes de atordoamento. Tudo é uma mancha confusa que hostiliza os sentidos. Aos poucos as coisas se destacam desse borrão e começam a nos entregar o seu significado, à medida da nossa

atenção. É o trabalho perceptivo que colhe as determinações do real, as quais se tornam estáveis para o nosso reconhecimento, durante algum tempo (BOSI, 2003, p.115).

Esse trabalho perceptivo implica um exercício de simpatia, como nos lembra Bosi: a simpatia é “uma afinidade pré-categorial do sujeito com seu objeto, traz em si já uma intuição de ordem superior, que começa com a negação do óbvio e do já visto” (2003, p.116). É preciso “habitar as coisas do mundo” (p.116), deslocar-se para elas no intuito de apreendê-las não apenas em sua aparência, mas em sua essência e não se chega à essência das coisas quando se parte de estereotípias. No encontro com os camponeses eu era convocada à essa abertura desimpedida. A tarefa de habitar e se encontrar com o novo exigia atenção e vigilância constante contra os deslizos de percebê-las através dos estereótipos. Era preciso também ter disponibilidade para tentar romper com os estereótipos dos camponeses em relação a mim: “gente da cidade”, “visita chique”, “a psicóloga”. As primeiras tentativas foram no encontro com Edinéia e Valdir, a primeira família que acompanhei.

3.2.1. Edinéia e Valdir

Valdir tinha 33 anos e Edinéia 31. O casal morava em uma pequena propriedade há aproximadamente 30 quilômetros do centro da cidade. Em 1 alqueire de terra construíram sua casa, a estufa de fumo e, mais recentemente, uma estufa de verduras para o cultivo dos alimentos agroecológicos e um aviário. A casa ficava há poucos metros da estrada que dava acesso à propriedade. Ao lado da casa havia um tanque de peixes e em frente ficava o quintal e o chiqueiro dos porcos. Atrás estava a antiga casa de madeira, que agora servia de paiol para estocar o fumo.

Edinéia e Valdir estavam juntos há 11 anos. À sombra das árvores do quintal ela me contava sobre as dificuldades de sua infância ao lado de seus pais e seus oito irmãos. Edinéia havia enfrentado vários problemas de saúde ainda quando criança, o que levava seu pai a vender a criação de animais para conseguir arcar com os custos das hospitalizações e dos medicamentos necessários. Filha de fumicultores, ela contava que ficou muito feliz ao conhecer Valdir, que pensava diferente de seus pais e queria buscar outras coisas além do fumo.

Valdir, também filho de fumicultores, era o quinto de seis filhos. O agricultor falava sempre com grande entusiasmo de seus planos enquanto ia me mostrando a

propriedade. Contava sobre os planos de construir um aviário e um biodigestor para a produção de gás, os planos para organizar a produção de alimentos na estufa de verduras e o plantio de árvores frutíferas na propriedade. Os relatos eram sempre carregados de entusiasmo e iam revelando os sonhos e desejos do casal. As palavras firmes reafirmavam continuamente que aos poucos eles conseguiriam se organizar e executar as mudanças planejadas, o que vinha efetivamente acontecendo. Quando retornei à propriedade do casal para realizar a segunda etapa da pesquisa, o aviário já havia sido construído e uma nova parte do terreno fora destinada ao plantio de alimentos agroecológicos.

A propriedade do casal veio como herança da família de Edinéia. Quando seu pai faleceu, a propriedade dos pais foi dividida entre os nove filhos, cada um ficando com 1 alqueire. A parte das terras que agora pertence ao casal foi desdenhada pelos outros irmãos, pois o terreno não era plano. Em contrapartida, era o único em que havia fonte de água, o que acabou por lhes favorecer. O casal construiu ali sua primeira casa, feita de madeira. Mais tarde, através do programa Minha Casa, Minha Vida⁶ construíram uma nova casa, de alvenaria. Algum tempo depois desta segunda casa ficar pronta, cansados das dificuldades enfrentadas na fumicultura, os dois mudaram-se para a cidade, onde permaneceram por quatro anos. Inicialmente conseguiram trabalho em um supermercado da cidade, até que Valdir começou a trabalhar em uma madeireira no turno da noite, mas não conseguiu se adaptar. Em seguida os dois foram trabalhar na borracharia do irmão, mas os produtos que utilizavam faziam mal para a saúde de Edinéia, por isso decidiram voltar ao campo. O casal, então, mudou-se para a chácara de um proprietário da região, onde passaram a trabalhar, permanecendo lá por dois anos, até que Valdir decidiu sair do emprego porque seu patrão lhe mandava derrubar mata nativa, trabalho que realizava em desacordo. Os dois, então, retornaram para sua propriedade, onde voltaram a produzir fumo.

Valdir e Edinéia relatavam não gostar do trabalho na fumicultura. O casal sempre quis deixar essa atividade, o que começou a ser planejado e executado a partir de sua participação no Projeto de Diversificação. Na safra de 2016/2017, que estava em curso quando realizei a primeira etapa da pesquisa, o casal havia reduzido o plantio do fumo, já produziam alimentos agroecológicos para o autoconsumo e estavam se organizando para implantar o aviário. Os dois haviam plantado 30mil pés de fumo, o que segundo Valdir era considerado pouco. Além disso, eles haviam reduzido à metade o uso de agrotóxicos

⁶ Programa do Governo Federal que subsidia o financiamento de casa ou apartamento próprio.

no cultivo do tabaco. Edinéia e Valdir estavam integrados à empresa Alliance One, com a qual haviam financiado a construção da estufa de fumo que ainda estavam pagando. A redução da planta de fumo naquela safra foi uma opção do casal, que buscava ter mais tempo para investir nas atividades de diversificação, como o cultivo de alimentos agroecológicos. Além disso, parte do terreno próximo à casa, que antes era destinado ao plantio de fumo estava em conversão para ser utilizado no cultivo agroecológico.

A estufa de verduras do casal foi construída em uma das oficinas oferecidas no Projeto de Diversificação para capacitar as famílias no trabalho com o cultivo agroecológico. Assim como as outras duas famílias participantes da pesquisa, Edinéia e Valdir obtiveram a certificação de produção agroecológica através de sua participação no Organismo de Controle Social (OCS) “Viver Bem”. Os OCS’s compõem uma modalidade de certificação que permite aos camponeses comercializar os produtos diretamente com o consumidor ou em programas governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Os próprios participantes são responsáveis por fiscalizar os demais, o que facilita a obtenção da certificação. Para isso os camponeses realizam reuniões mensais na propriedade de uma das famílias participantes, momento em que visitam toda a propriedade e fazem a fiscalização.

Valdir e Edinéia vinham se organizando para aumentar a produção de alimentos agroecológicos e comercializá-los nos programas governamentais (PAA e PNAE). Anteriormente eles haviam produzido tomates orgânicos para comercialização direta com o consumidor e vinham cultivando alimentos para o autoconsumo, o que havia reduzido seus gastos com compras de mantimentos no supermercado.

Quando retornei à propriedade na segunda etapa da pesquisa, já na safra de 2017/2018, o casal trabalhava na transferência das mudas de tabaco para a roça. Edinéia e Valdir haviam aumentado a quantidade de pés de fumo plantados naquela safra para 40mil pés. Seus planos eram conseguir quitar as dívidas aumentando a planta de tabaco para que pudessem abandonar de vez a fumicultura: *“Se tudo der certo no próximo ano a gente já não planta mais” (Edinéia)*. O casal iria, então, se dedicar à criação de aves para o abate e à produção de alimentos agroecológicos.

Em relação à organização do trabalho, várias atividades eram compartilhadas pelo casal, como a colheita e secagem do fumo, o plantio das hortaliças, o capino da horta e o trato dos animais. Outras atividades eram divididas, como a repicagem das mudas de fumo, a limpeza da casa e o preparo da comida, que eram da responsabilidade de Edinéia.

Já a aplicação de agrotóxicos na lavoura de fumo e os serviços de reparos na propriedade ou no carro cabiam a Valdir. O casal também trocava dias de trabalho com Hélder e Penha, irmãos de Valdir. A família se ajudava nas atividades de trabalho, como era o caso da produção do fumo, e realizavam entre si o empréstimo de ferramentas e maquinários necessários. Hélder, a esposa e os dois filhos viviam com os pais em uma propriedade próxima a de Valdir e a de Penha, o que favorecia o convívio cotidiano da família, que os mantinha próximos. A família de Penha é a segunda família participante da pesquisa.

3.2.2. Penha, Omar, Henrique, Júlio e Guilherme

A família de Penha morava há 15 anos em uma propriedade que ficava ao lado da de Edinéia e Valdir. As casas eram bem próximas e não havia cerca entre as propriedades. Com 41 anos, Penha, a irmã mais velha de Valdir, era casada com Omar e mãe de cinco filhos: Henrique, o mais velho, tinha 22 anos e era o braço direito da mãe; Edivan, de 20 anos, não morava mais com a família, assim como Milena, de 18 anos; Júlio tinha 12 anos e o mais novo, Guilherme, 3 anos.

A propriedade da família tinha uma área de 6 alqueires, ocupando os dois lados da estrada que dava acesso a ela. A casa também havia sido recentemente construída através do programa Minha Casa, Minha Vida. Anteriormente a família morava em uma casa de madeira, que passou a servir de paiol e de abrigo para os carneiros. Havia também duas estufas de fumo, o chiqueiro dos porcos, dois tanques de peixes, uma área de pasto orgânico para a criação, um aviário, áreas de cultivo de alimentos agroecológicos e a área da lavoura de fumo. Além dos animais domésticos a família tinha uma pequena criação de carneiros, três cavalos e cinco porcos.

A safra de 2016/2017 foi a primeira em que a família não havia cultivado tabaco. A opção por parar com a atividade foi motivada pelos prejuízos à saúde causados pelo uso de agrotóxicos e pela infertilidade do solo gerada pelo próprio cultivo do fumo durante anos seguidos. Além da produção de alimentos agroecológicos a família estava se organizando para trabalhar com a criação de frangos. Um aviário já havia sido construído e estava aguardando a instalação dos equipamentos necessários.

A atividade de criação dos frangos veio também através do Projeto de Diversificação. Lúcio, o ex-secretário de agricultura do município entrevistado na pesquisa, em sociedade com seu irmão e com Silmara, a técnica do projeto, estavam abrindo uma empresa de abate e comercialização de frangos orgânicos. O projeto da

empresa envolvia a participação de dez famílias do Projeto de Diversificação. As famílias receberiam os frangos ainda pequenos e a ração para alimentá-los, ficando responsáveis pelos cuidados dos animais até que eles atingissem o tamanho ideal para o abate, período que dura em média 60 dias. As famílias receberiam o equivalente a R\$2,00 por frango, sendo que cada uma delas seria responsável por dois aviários, que comportam 1.000 frangos cada. Valdir e Edinéia também estavam inseridos nesse projeto.

Penha não havia conseguido obter financiamento junto ao banco para a construção do aviário, o que gerou um gasto extra para a família. A saída encontrada foi trabalhar para outras famílias fumicultoras durante a colheita, recebendo um pagamento por dia trabalhado, prática comum entre as famílias que produzem tabaco. O valor recebido é acordado entre a família e o contratado, que é chamado de “camarada”, e em geral pode variar de R\$70,00 a R\$100,00 por dia. O trabalho de Penha e Omar como camaradas naquela safra acabou por prejudicar a organização das atividades necessárias à produção de alimentos agroecológicos, como a construção da estufa de verduras.

Na primeira etapa da pesquisa, a família estava cultivando alguns alimentos agroecológicos para o autoconsumo e pretendia comercializar o excedente no PNAE. Após a construção da estufa de verduras eles planejavam ampliar a produção para venda nos programas governamentais. A família também planejava obter a certificação de alimentos orgânicos que permite a comercialização de produtos para supermercados e outros tipos de estabelecimentos, já que a certificação pela OCS permite apenas a comercialização direta para o consumidor e para programas governamentais. Todo o planejamento das atividades de diversificação era feito por Penha e Henrique.

Henrique havia trabalhado em uma chácara de um proprietário da região por um período de seis meses e também em um supermercado na cidade. Não tendo se acostumado à rotina da cidade, ele preferiu retornar para o campo e ajudar nos projetos da família. Henrique iria iniciar um curso técnico em Agroecologia ofertado pelo Instituto Federal do Paraná em uma escola rural da região. O curso era destinado a agricultores e previa duração de dois anos, com duas aulas presenciais durante a semana e elaboração e execução de projetos na propriedade. Com o curso Henrique pretendia aprender técnicas de manejo agroecológico e aplicá-las na propriedade, contribuindo com o desenvolvimento da produção agroecológica pela família.

A família estava construindo uma casa na propriedade de um tio de Penha, tendo acordado que o tio cederia parte do terreno para a construção e Penha ficaria responsável por cuidar dele, que já demandava alguns cuidados de saúde e não tinha filhos ou parentes

mais próximos que pudessem auxiliá-lo. A propriedade do tio de Penha ficava na rota do ônibus escolar que levava Júlio para a escola, o que favoreceria seus estudos e, futuramente, os de Guilherme. Júlio cursava o ensino fundamental em uma escola rural da região e suas faltas à escola eram frequentes devido à falta de transporte escolar. Para arcar com os gastos da construção da casa, a família voltou a plantar fumo na safra de 2017/2018, tendo a expectativa de parar novamente no próximo ano. Assim como Edinéia e Valdir, a família de Penha se dedicaria à criação dos frangos e à produção de alimentos agroecológicos.

Penha, Omar e Henrique eram os membros familiares que executavam as atividades de trabalho. Júlio ajudava a família na execução de algumas atividades pontuais na propriedade. Guilherme, o filho mais novo, estava quase sempre acompanhando Penha em suas atividades. Nos dias em que Penha e Omar trabalhavam como camaradas ele ficava sob os cuidados da avó ou de Edinéia e Valdir. Sempre se envolvendo nas atividades através da brincadeira, ele gostava de acompanhar Penha na roça. Guilherme caçava joaninhas entre as flores e mosquitos que pousavam sobre a mesa, corria atrás dos gatos para abraçá-los e fazia dos montes de pedra seu pequeno castelo. Era uma infância que vestia a natureza, por dentro e por fora, e ia me ensinando um pouco do que é crescer no campo.

3.2.3. Felipe e Juliana

Casados há pouco mais de dois anos Felipe e Juliana moravam em uma pequena propriedade localizada há 10 quilômetros da cidade. Juliana tinha 24 anos e Felipe 28. Os dois eram filhos de fumicultores e namoravam desde a adolescência. Felipe era o mais novo de cinco filhos, dois homens e três mulheres, e Juliana tinha um irmão e uma irmã, ambos mais novos que ela. Desde que eram crianças seus pais cultivavam fumo, atividade a que deram sequência quando se casaram.

O terreno de 2 alqueires em que moravam pertencia ao pai de Felipe e ficaria de herança para ele. A área não era utilizada até então e o casal precisou abrir e limpar o terreno para construir sua casa. Atrás dela ficava a estufa de fumo e o chiqueiro dos porcos. Havia também uma área destinada ao plantio de alimentos agroecológicos, onde ficava a estufa de verduras. O terreno em que o casal plantava o fumo ficava mais distante dali e pertencia aos pais de Felipe, com quem trocavam dias de trabalho. Integrados à empresa Phillip Morris, em sua primeira safra o casal havia plantado 40mil pés de fumo,

mas decidiram aumentar a quantidade para 55mil pés na safra seguinte na tentativa de obter um retorno financeiro melhor.

Sua entrada no Projeto de Diversificação ocorreu alguns meses depois que Juliana e Felipe se casaram e começaram a morar naquela propriedade. Desde o início de sua participação no projeto o casal pretendia diversificar sua produção para o cultivo de alimentos agroecológicos e comercializá-los nos programas governamentais, mas até o início do ano de 2017 não haviam conseguido se organizar efetivamente para isso. Inicialmente tiveram dificuldades com o solo, que, por nunca ter sido utilizado para o plantio, precisava passar pelo processo de correção. Além disso, com o trabalho intenso na colheita do fumo o casal não dispunha de tempo para trabalhar em outras atividades, o que os fez deixar o cuidado com as verduras e legumes que haviam plantado. A escolha pela produção agroecológica como atividade de diversificação no âmbito do projeto veio pelo fato de o casal gostar de cultivar alimentos. Eles relataram que mesmo antes de se casarem, suas famílias sempre produziram alimentos para o autoconsumo e, embora utilizassem adubo químico, esse cultivo nunca era feito com o uso de agrotóxicos.

Juliana e Felipe também faziam parte do OCS Viver Bem. No período em que estive com eles durante a primeira etapa da pesquisa, os dois haviam terminado a colheita e secagem do fumo e estavam trabalhando na limpeza da área em que cultivavam os alimentos para dar início a um novo plantio. Assim como as outras duas famílias, o objetivo era cultivar alimentos agroecológicos e comercializá-los no PNAE, o que já vinha sendo efetivado quando retornei à propriedade no mês de setembro.

Juliana, Felipe, Edinéia, Valdir, Penha, Henrique, Omar e também Júlio e Guilherme são os camponeses e camponesas que se dispuseram a compartilhar seu cotidiano e suas histórias. Seus relatos, que são aqui nossa fonte de análise, retiram sua seiva da própria vida e, sendo vida, são sempre movimento. Não se pode olhar para esses dados como se fossem algo reificado. Eles nos revelam o que é próprio do humano, em todas as suas particularidades e singularidades.

Capítulo 4

Os sentidos do trabalho na produção do tabaco

4.1. Trabalho e vida na fumicultura

Tudo ali era desenhado em relevos. Nos traços curvos da paisagem se alargava o verde das plantações de fumo e da mata nativa. Iam preenchendo as subidas e descidas até as margens de onde a vista alcançava. O sol escaldante do mês de fevereiro fazia o suor escorrer na terra e a pele queimar. Usava-se chapéu de palha e roupas compridas. Rotas roupas compridas, já gastas e amarelecidas, surradas pela lida rija. O chapéu, esse pequeno ponto amarelecido que despontava por sobre o verde da plantação, avisava logo a quem vinha chegando de longe: era tempo de colheita.

O processo era quase que mecânico: com uma das mãos o talo da folha era quebrado e as folhas retiradas do caule iam sendo seguradas sob um dos braços; as folhas arrancadas eram colocadas todas juntas sobre um pedaço de fita estirado no chão; o processo se repetia até o monte de folhas sobre as fitas estar bem grande; o monte era amarrado com a fita, formando uma “bola” e um dos homens a levava até a carroça do trator. Entre uma parada e outra para beber água o dia seguia assim até que a carroça estivesse cheia. O som que se ouvia era o do constante barulho dos talos sendo quebrados, entrecortados pelas conversas sobre qualquer coisa que permitisse preencher o tempo e compartilhar algumas risadas.

O cheiro do fumo era forte e o sol alto fatigava ainda mais o trabalho árduo. Quando participei da colheita com a família de Valdir, Edinéia e Penha, em pouco tempo as dores de cabeça começaram e minha garganta estava seca, provocando muita tosse. Enquanto colhíamos, a família contava sobre as vezes em que o fumo estava orvalhado. Assim que o sol começava a esquentar as folhas, o vapor que subia dali chegava a queimar seus lábios e narinas devido à grande quantidade de agrotóxicos aplicada. Isso lhes causava dificuldades para dormirem à noite, sentiam a garganta seca queimar. Eram várias as reclamações e relatos de desgaste no trabalho com o fumo. *“Tem gente que quer trabalhar muito e plantar bastante fumo pra deixar os filhos bem, mas na verdade é uma desgraça alguém crescer no meio disso. O jovem que cresce no meio do fumo só quer saber de ir embora depois”*, dizia Valdir enquanto seguia colhendo as folhas.

Quando a tarde ia caindo e o dia se aproximava do fim, o trabalho era encerrado. Dali seguíamos de trator, sentados sobre as folhas na carroça, até a estufa. Os homens iam descarregando as pesadas “bolas” de fumo e, dentro da estufa, as mulheres iam desamarrando as fitas e depositando as folhas sobre fileiras sobrepostas de estrados de madeira. As folhas ficavam secando por um período que variava de 5 a 7 dias, o que exigia cuidado constante dos camponeses para alimentar a estufa com lenha em um intervalo médio de duas horas. A temperatura precisava ser mantida para que a secagem fosse bem sucedida, caso contrário a qualidade do fumo era comprometida. Na maioria dos casos havia camas próximas às estufas, onde os camponeses passavam a noite nesse período de secagem. Em geral os membros da família se revezavam nesse trabalho.

A etapa da colheita e secagem do fumo são tidas pelas famílias como as mais penosas em todo o processo. Essas duas etapas são feitas entre os meses de dezembro e fevereiro. O processo de cultivo tem início nos meses de junho e julho, quando as sementes são semeadas em bandejas em sistema de *float*, sistema de produção de mudas sobre bandejas de poliestireno divididas em pequenos compartimentos quadriculados, chamados células. As células são preenchidas com substrato e sementes e as bandejas são então alocadas sobre uma lâmina de água em um pequeno tanque ou “piscina”, onde ficam cobertas com plástico transparente, formando uma espécie de microtúnel. Quando as mudas crescem e estão com aproximadamente duas folhas, é realizada a chamada repicagem, que consiste em redistribuir as mudas nas células, já que algumas vezes duas mudas crescem juntas.

As mudas ficam nas bandejas por volta de três meses e no mês de setembro são transferidas para a lavoura. Antes da colheita é feito o processo de quebra das ponteiros, que consiste em quebrar as flores que brotam no topo da planta para que as folhas continuem crescendo. Todo esse processo, desde o cultivo das mudas nas bandejas até a colheita, envolve a aplicação de agrotóxicos.

As altas temperaturas do verão e a exposição contínua ao sol tornam o intenso trabalho na colheita ainda mais cansativo. Em contrapartida, os dias de chuva são outro agravante, já que a nicotina presente nas folhas, por ser hidrossolúvel, é facilmente absorvida pela pele em contato com a água, o que provoca dores de cabeça, náuseas, tonturas, vômito e fadiga, a chamada Doença da Folha do Tabaco Verde. Felipe relata:

“O problema é mais quando é época de colheita, o resto até que é tranquilo. A parte da colheita que é mais complicado por causa da

questão... chove, molha, você tem que tá se protegendo. Mas é tudo fase. Tem uma fase que é mais tranquilo, uma fase que é mais complicado. Que nem agora, é uma fase que é mais tranquilo, vai classificar, aí vender. Tem umas fase que é bem crítica, a parte da colheita é bem puxado” (Felipe).

Além do desgaste na etapa da colheita, eram frequentes nos relatos das famílias os malefícios causados à saúde pelo uso intensivo de agrotóxicos na lavoura do fumo.

“Hoje quem trabalha no fumo a qualidade de vida tá pior do que quem trabalha na cidade de questão de saúde. Lá você tem poluição de gás, de combustível, o ar, essas coisa, mas aqui você tá inalando veneno puro direto” (Valdir).

“O fumo você passa o veneno e você sabe que você não vai comer. Você não come, mas tá comendo veneno na hora que tá passando” (Henrique).

Em uma das conversas com Edinéia e Valdir, o casal me mostrou uma tabela com as indicações da empresa em relação aos agrotóxicos que deveriam ser aplicados no fumo. Eram sete tipos diferentes de agrotóxicos enquanto as mudas ainda estavam sendo cultivadas nas bandejas: Rovral, Dithane, Infinito, Cobre Atar, Nomolt, Evidence e Confidor Supra. Quando as mudas eram transferidas para a lavoura, eram dez tipos: Boral 500, Gamit 360, Nomolt, Dipel, Evidence, Actara, Talstar, Confidor Supra, Primeplus e Cobre Atar. A tabela continha o nome dos agrotóxicos, a dose a ser aplicada, as pragas controladas e o momento e frequência da aplicação. Para a aplicação preventiva alguns eram de aplicação única, outros deveriam ser aplicados semanalmente ou quinzenalmente. Quando a aplicação era curativa ela passava a ser feita a cada três dias. Eu perguntava espantada: *“Mas tudo isso aqui vai?”*. A resposta era afirmativa e os relatos seguiam:

Edinéia: Primeplus. Eu vou quebrando [a ponteira da planta], pego uma luva e vou quebrando e o Valdir vai com a máquina de veneno, ponhando veneno, cheirando aquele veneno. Pense numa dor de cabeça que dá o cheiro desse veneno.

Valdir: O Prime e aquele outro que vai no canteiro são faixa vermelha, que são os mais forte. E dá uma dor, uma dor de cabeça. O cheiro dele dá dor de cabeça.

Edinéia: E dá fome, a cada passo eu tenho que tá comendo, porque dá uma gastura no estômago.

Valdir: Eu ia passar veneno e sempre passava mal.

Edinéia: Não sei porque que nós plantamo fumo. Ia com uma raiva pra roça.

Valdir lembra também dos prejuízos do uso dos agrotóxicos ao meio ambiente e do trabalho das empresas em convencer os agricultores que esse uso não causa danos:

“Eu acho que as coisa da natureza não prejudica ninguém. A não ser os veneno que as empresa grande tão fabricando e tão iludindo os pequeno dizendo que isso é bão. A gente usa por burro, já vamo dizer assim. Porque se for analisar, tem que recolher os rótulo, as embalagem, os pacotinho, não pode deixar jogado porque contamina. E os veneno que é passado na terra, onde que vai? Quando chove não vai pros rio? As pessoa acabam acreditando, sabe? Acreditando que o Confidor não faz mal, dá pra passar em comida e comer porque sai no suor. Então tem gente que eu não sei se é inocente ou o que que é isso” (Valdir).

Nessa fala, ao citar o uso do Confidor, Valdir refere-se a um episódio anterior em que nos encontramos na estrada com um agricultor da região. Durante a conversa ele afirmou que o uso do Confidor na produção de alimentos não era prejudicial à saúde, pois após ingerido o alimento, o agrotóxico nele contido é eliminado através da transpiração.

Todos os agrotóxicos utilizados são indicados pela empresa fumageira e comprados diretamente dela, assim como as sementes do tabaco e todos os insumos necessários. Como apontamos, isso ocorre através do sistema de integração entre indústria e camponeses. Através dele a empresa vende às famílias produtoras o chamado pacote tecnológico, oferece assistência técnica, equipamentos de proteção individual e se compromete a comprar a quantidade de fumo contratada, se responsabilizando pelo transporte do produto desde a propriedade da família até a indústria. O custo do pacote é descontado das famílias quando o fumo é comprado.

Através do sistema de integração as empresas conseguem controlar toda a produção do tabaco, desde as sementes e insumos utilizados até o manejo no cultivo, cabendo ao produtor a tarefa de apenas executar o trabalho segundo as prescrições da empresa. Além disso, a venda do pacote tecnológico sustenta toda uma cadeia das grandes multinacionais que produzem as sementes e insumos. Valdir nos fala desse processo:

“Hoje eu tava comentando, desde o fumo tão inventando semente lá e polinizando em laboratório. A gente compra a semente, paga louco de caro. Se deixar três pé de fumo na roça e colher a semente, dá um monte de semente, só que você planta e não produz. E antigamente tudo mundo semeava a mesma semente. Você deixava os pé mais bonito lá, semeava a semente, colhia e produzia fumo. Então eles tão fazendo um jeito de só sugar o dinheiro. Você viu, um pé de fumo quantas semente produz. E era de graça. Cuidava, semeava” (Valdir).

As sementes são produzidas por essas empresas de modo que tenham um curto prazo de fertilização e não possam ser reutilizadas, fazendo com que o agricultor precise sempre comprar novas sementes e, junto com elas, todo o pacote necessário para o cultivo. Para Henrique o sistema de integração é um modo das empresas fumageiras manterem o produtor dependente:

“Eu acho que é um jeito deles, eles conhecem tudo de adubo e de você plantar, é um jeito deles de amarrar o produtor. O produtor tá nas mão deles, vamo dizer. Eles forneceram adubo, forneceram semente, tudo, dão assistência técnica, na verdade você tá amarrado com eles. Fez o pedido, tem que cumprir” (Henrique).

Esse processo fica ainda mais evidente pelo fato de ser a própria empresa a responsável por definir a classificação final do fumo entregue pelas famílias e o valor a ser pago por ele. A negociação em torno do preço do tabaco é feita anualmente com a participação de representantes das principais indústrias fumageiras e de uma comissão de representantes dos fumicultores formada pelas federações da Agricultura (Farsul, Faesc e Faep) e dos Trabalhadores Rurais (Fetag, Fetaesc e Fetaep) dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e a Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra). Para o Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais, a Afubra sempre manteve uma estreita relação com as indústrias nessas negociações, em especial com a empresa Souza Cruz. Isso pode ser verificado no trecho de uma notícia veiculada no site da Afubra a respeito das negociações do preço do tabaco para a safra de 2016/2017:

É de 8,35% o percentual de reajuste do preço do tabaco para a safra 2016/2017. O percentual foi firmado com a empresa Souza Cruz na manhã de hoje (23), com a assinatura do protocolo entre as entidades representativas dos fumicultores e a indústria fumageira. “Nossa primeira proposta havia sido 10,9% de reajuste, considerando a nossa variação do custo de produção de 7,3%. Desta forma, o percentual de 8,35%, além de repor a variação do custo de produção, garante um ganho real aos fumicultores, o que consideramos um avanço”, explica a representação. As demais empresas recebidas - Alliance One, Philip Morris, JTI, Universal Leaf e China Brasil Tabacos – não apresentaram proposta. “Com a assinatura do protocolo com a Souza Cruz, esperamos que as demais empresas pratiquem este reajuste e nos procurem para a assinatura do protocolo, até 15 de dezembro” (AFUBRA, 2016b).

Vemos aí que a Souza Cruz é quem comanda as negociações nesse setor e que a produção do tabaco fica submetida aos interesses das empresas. Assim, toda a produção aparece subjugada à comercialização, desde a determinação da área a ser cultivada até os tipos de tabaco, como fica evidente no trecho final da mesma notícia citada acima:

TABACO MADURO – Diante do cenário do mercado da atual safra de tabaco, as sete entidades representativas dos fumicultores orientam os produtores para colherem o tabaco maduro. “A tendência do mercado é de preferência por tabaco do tipo O e de dificuldades na comercialização dos tipos L. Portanto, o produtor deve seguir a orientação e colher seu tabaco maduro para atender ao mercado e garantir lucratividade” (Afubra, 2016b).

Além de definirem o preço a ser pago e o tipo de fumo a ser produzido, as empresas realizam a classificação final das folhas. Seguindo os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa Nº10 de 13 de abril de 2007, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o tabaco em folha é classificado em categorias, subcategorias, grupos, classes, subclasses e tipos, segundo os processos de cura e beneficiamento; modo de arrumação ou apresentação; comprimento; posição na planta, cor e qualidade (BRASIL, 2007). As famílias produtoras devem fazer uma classificação prévia. Nessa etapa as folhas são separadas e amarradas em maços que formam as chamadas “bonecas”, que depois são agrupadas em fardos maiores para serem transportados até à empresa. Lá essa classificação é refeita por um funcionário especializado.

A classificação é feita de acordo com os interesses das empresas, constituindo-se em mais uma estratégia para exercerem o controle e a subordinação das famílias produtoras. Se o objetivo é aumentar a área de cultivo, as indústrias classificam bem o fumo, incentivando o aumento da produção e do número de produtores. Isso é também apontado por Etges (1991), que estudou as relações entre os camponeses e a indústria do fumo no Estado do Rio Grande do Sul. Para a autora é notório o acontecimento de vantagens momentâneas para os produtores quando há interesse das empresas em expandir a produção, como o aumento ou mesmo a fixação dos preços a serem pagos pelo fumo. Da mesma maneira, Silveira, Dornelles e Ferrari (2011) afirmam que em períodos de grande oferta de tabaco, a tendência é de que as empresas pratiquem uma classificação mais rigorosa do produto entregue pelos agricultores, determinando a desvalorização da produção. Quando há uma oferta menor de tabaco, a classificação tende a ser menos rigorosa, favorecendo o pagamento de valores maiores aos agricultores. São as empresas,

portanto, que definem, de acordo com seus interesses, o rigor a ser adotado na classificação. Os agricultores relevam esse aspecto em suas falas:

“O fumo um ano dá bem, dois ou três dá mal. (...) Se faltou fumo daí é uma loucura, o que eles pagam não vale, daí tudo é BO1⁷. Às vezes quando dá pedreira, dá granizo, dá peste, ou seca, essas coisa assim e o fumo dá pouco, daí é uma loucura” (Valdir).

“O ano passado eles pagaram tão bem, tão bem que esse ano a turma aumentou a planta e agora eles não querem fumo” (Edinéia).

Na safra anterior, de 2015/2016, a grande quantidade de chuvas havia prejudicado a produção e a qualidade do fumo produzido na região, gerando, segundo Felipe, uma quebra de aproximadamente 50% da safra. Isso fez com que a classificação pelas empresas fosse menos rigorosa e o preço pago aos produtores fosse maior. É comum na fumicultura que isso gere no ano seguinte o aumento da produção. Caso não haja nenhuma interferência climática, com uma maior oferta do produto as empresas passam a ser mais rigorosas na classificação, o que vinha ocorrendo na safra de 2016/2017.

“Tantos ano, que nem a gente, plantando fumo, a gente sabe o que é o fumo. O produtor nunca exigiu o valor que não é. Agora imagine: O BO1, que é o melhor fumo que tem, tá quase 12 real e agora tem gente vendendo a 8, 7 real. Porque tem conta, né? Então por que que eles não pagam aquilo? Eles dizem que tá ruim pra comprar, mas daí os picareta que comprem por fora vai e paga. É coisa que você não entende, fica sem entender” (Henrique).

Os camponeses se veem sem saída e se obrigam a vender o fumo de acordo com a classificação feita pela empresa. Ocorre que nesse sistema as famílias recebem sua renda principal anualmente, quando vendem o fumo, e próximo à época da venda da nova safra muitas delas estão quase sem dinheiro e com dívidas a pagar. É nesse período, por exemplo, que há um aumento considerável na conta de luz, devido ao próprio processo de secagem do fumo.

Edinéia: Se você for lá reclamar eles diz que o fumo é teu, pode levar. E daí você vai fazer o quê?

Valdir: Pagar frete?

Edinéia: Você se obriga de vender no preço que eles querem comprar.

Henrique: Se você não vende os fardo você tem que pagar pra trazer pra casa de novo. O fumo já vem estragado. Se você vai vender de novo,

⁷ BO1 é o código que designa o fumo com melhor classificação.

nunca que você pega o que era. Então na verdade quem controla é a firma.

Caso os produtores optem por não vender o fumo à empresa, eles devem arcar com os gastos do transporte da produção até a propriedade e saldar todas as dívidas que possuem com a empresa, resultantes do pacote adquirido para o cultivo e, muitas vezes, dos financiamentos que a empresa faz para a construção das estufas. Para Valdir e Henrique o endividamento do produtor é outra estratégia utilizada pelas empresas para subordiná-los:

Valdir: Se eu quero fazer cinquenta mil pé [de fumo], se tiver avalista, eles, independente, não importa se o cara tem condição ou não tem, se vai plantar ou não vai, eles tão financiando. Tinha que ter um pensamento assim: ele vai conseguir cuidar de vinte mil pé ou de trinta mil pé pra ele ter tempo de cuidar de outras coisa, das hortalíça, alguma coisinha assim pra diversificar? Então, na verdade, eu acho que a firma pensa assim: o importante é nós encher eles de dívida, encher eles de fumo, que daí nós podemos comprar barato. Porque daí ia sobrar fumo. Eles não tão nem aí com os produtor.

Henrique: Você fez o pedido, você já tá comprometido. Aquela conta você tem que pagar.

Valdir: Eles dizem que apoiam diversificação e tudo. Apoiam coisa nenhuma, eles querem saber do deles, querem imprensar os produtor de fumo. Amarrou, fez dívida, tem que ficar ali.

Valdir: “Se eu plantar mais, eu faço mais dinheiro”, mas não vê que faz mais dívida e vai se enterrando, vai se enterrando.

Henrique: Daí você põe outra estufa, compra um trator, aí é prestação de estufa, prestação de trator e você tem que aumentar o fumo. A medida que você vai aumentando ali o que você tem, o tempo que você tem que ter pra manter aquilo é maior. Você fez uma estufa, fez outra, você tem que plantar mais tanto pra manter. Daí vai virando uma bola de neve que quando você vê, você tá trabalhando pra pagar conta. O teu lucro é menos do que se plantasse pouquinho por conta própria.

Valdir: Tem que se arrebrantar de trabalhar pra manter aquilo.

Uma das estratégias empregadas pelas famílias é atrasar a venda para as empresas na tentativa de receber um valor maior pela produção. No entanto, isso só é possível quando a família tem uma reserva financeira, o que dificilmente acontece no caso das famílias que não são grandes produtoras.

Se eles não quiserem pagar o preço que a gente quer e você desviar tudo o fumo, você leva embora e vende pra outro, daí vem o boleto. Agora você vai ter que pagar tudo nesse ano. Por exemplo, financiamos a estufa. Se eu não entregar fumo pra eles e vender pra fora, vem o boleto (Valdir).

A estratégia de atrasar a venda foi empregada por Valdir e Edinéia na safra de 2016/2017. O casal relatou que as folhas de tabaco que eles haviam classificado como BO1, cujo preço estabelecido⁸ era de R\$11,57/kg, foram classificadas pela empresa como CO1, que tinha o preço fixado em R\$10,30/kg. Diante da baixa classificação, eles optaram por não realizar a venda naquele momento. Valdir e Edinéia tiveram que arcar com os custos do frete para levar o tabaco de novo até à propriedade e fizeram um empréstimo dos pais de Valdir para quitar as dívidas que estavam vencendo. Por volta de um mês depois o fumo foi melhor classificado pela empresa e os dois realizaram a venda.

Para Etges (1991) a definição do preço do fumo é o momento mais importante de toda a relação de subordinação. Através dos preços pagos aos produtores todo o trabalho não remunerado é transferido às empresas. A esse respeito destacamos o baixo preço pago pelo fumo ao camponês no Brasil em comparação com outros países. Segundo dados do DESER (2007), no Brasil, o preço recebido pelo produtor é 4,5 vezes menor que nos Estados Unidos, 7,5 vezes menor que na Europa e 13,5 vezes menor que no Japão. Sendo as únicas conhecedoras da cadeia e não havendo mecanismos de controle sobre as empresas, elas adquirem um poder imensurável frente aos agricultores, utilizando-se de mecanismos diversos para controlar todo o processo da produção do tabaco (DESER, 2013a).

Toda essa exploração fica evidente ao nos depararmos com os dados acerca do lucro obtido pelos diferentes atores sociais na cadeia do tabaco. Com base em informações da Receita Federal e da Afubra, o DESER (2013c) aponta que entre os anos de 2010 e 2012 ocorreu uma diminuição na margem bruta e líquida dos agricultores que produzem tabaco em 33% e do Estado, que arrecada com os impostos, em 23%, enquanto houve um aumento de 233% nessa margem para a indústria.

Em 2012 a Souza Cruz, obteve um lucro líquido de R\$1,6 bilhão; a British American Tobacco de US\$24,5 milhões; a Philip Morris Internacional de US\$77,3 milhões; a Universal Leaf Tabacos apresentou lucro líquido de US\$100 milhões; a Alliance One de US\$29,4 milhões e a Japan Tobacco International de US\$31,8 milhões (DESER, 2013a). Enquanto isso, 37,9% dos fumicultores tinham uma renda de até 2 salários mínimos (SM) mensais, que equivale em média à 0,5 SM/per capita; 33,9% tinham uma renda entre 2 e 4 SM, equivalente a aproximadamente 1 SM/per capita; e

⁸ Preço fixado pela empresa Alliance One, de acordo com os dados do site da Afubra. Disponível em: <https://afubra.com.br/fumicultura-brasil.html>

28,3% declararam receber acima de 4 SM, que equivale em média a 1 SM/per capita ou mais (DESER, 2007).

É notório que os maiores ganhos com a produção do tabaco não são os dos agricultores. Como aponta Etges (1991), o produtor não é remunerado nos níveis que o preço que o produto atinge no mercado permitiria. Isso demonstra um claro processo de transferência de renda do produtor para as empresas. Através do sistema de integração a indústria explora os trabalhadores, não pela venda da sua força de trabalho, mas pelo produto de seu trabalho que contém todo o trabalho não remunerado, apropriado pelo capitalista. É na possibilidade de comprar o fumo ao seu preço mais baixo possível, qual seja, ao nível de sobrevivência dos produtores e reprodução dos meios de produção, que se situa a maior lucratividade do capital (CASTRO et al, 1979 apud OLIVEIRA, 2010). A indústria se apropria do excedente econômico gerado pelo agricultor. Esse processo de exploração é constatado pelos próprios agricultores:

“Quando a gente trabalha de empregado a gente reina: “Não, eu fiz tantas hora a mais, eu quero receber por isso”. Quando a gente trabalha pra gente, a gente tá fazendo hora extra três vez no dia e não tá nem aí, tá achando que tá dando lucro. Na minha opinião os colono, os fumicultor são explorado pela firma e ninguém se toca” (Valdir).

Como apontamos no segundo capítulo, há aí um processo de subordinação da renda da terra ao capital industrial monopolista. Para Oliveira (2010) esse processo ocorre em dois momentos: o primeiro é aquele em que a indústria fornece insumos agrícolas ao camponês e o segundo é o da venda da produção agrícola à indústria. Ou seja, há um duplo movimento de subordinação que ocorre primeiro pela circulação de insumos agrícolas do setor industrial para o setor agrícola e, depois, pela circulação da matéria-prima do setor agrícola para o setor industrial. É assim que o sistema de integração define a posição subordinada dos agricultores no processo de produção e comercialização do fumo.

Com atrativos como a garantia de venda do produto e assistência técnica, as indústrias mantêm sob controle rígido os ganhos dos fumicultores: definem antecipadamente os preços pagos, determinam a meta de volume de produção, a aquisição de insumos e impedem os agricultores de venderem para outros compradores por preços melhores (DESER, 2009, p.2).

Nesse sistema, vemos manifestar-se no trabalho das famílias as dimensões da alienação apontadas por Marx (1844/2010). Embora, diferentemente do trabalhador

assalariado, os camponeses sejam os donos dos meios de produção e da matéria-prima que produzem, os mecanismos criados pelas empresas para controlar toda a produção e estabelecer os preços do tabaco os alienam do produto de seu trabalho. Um trecho da entrevista com Henrique explicita esse aspecto:

“Você controla, faz tudo certinho, produz, mas quem controla o preço é eles. Na verdade você produz, o produto é teu, mas você não vende pelo que você quer” (Henrique).

Na opinião de Felipe toda essa estrutura bem organizada do sistema de integração é um dos fatores que faz com que as famílias permaneçam nele.

“É por isso que não acabou ainda, não acabou ainda porque a empresa é muito organizada. Desde a variedade do fumo que você vai usar, eles já verem se tem algum problema na tua área, eles falam qual variedade que vai melhor. O instrutor é o técnico que acompanha desde o começo até o fim, até a hora de venda. A questão de financiar a produção também. Às vezes você não tem dinheiro, eles financiam tua produção e depois você vai pagar com a tua própria produção. Na questão de manejo de agrotóxico, hoje tem que ter um curso da NR, eles ensinam as medida, essas coisa, tudo. Então eles dão muito apoio. Essa questão de organização que faz com que as pessoas fiquem. As pessoas têm uma segurança. Você sabe que tem ano que é boa a venda, tem ano que não é boa, tem ano que produz mais. Essa questão varia bastante, mas tem a segurança que você vai produzir, você vai vender. É difícil ver alguém que fique com fumo estocado. Eu na verdade nem lembro de ter visto isso. Você tem a venda garantida. Você tem contrato. Nós temos um contrato de 6.800 quilos, tá contratado. Se eu produzir, eles vão comprar” (Felipe).

Na fala de Felipe aparecem outros dois pontos importantes, também destacados pelos outros camponeses da pesquisa: a assistência técnica fornecida pela empresa e a garantia da venda da produção. A assistência técnica aparece como um ponto de segurança importante para o agricultor e, ao mesmo tempo, gera o que os próprios camponeses chamam de “comodismo”.

“Na firma vem tudo prontinho o que você tem que colocar de adubo, de salitre, veneno” (Henrique).

“O instrutor, se a gente tem uma dúvida, a gente liga pra ele, ele vem aí. E em outras cultura, vai plantar comida, onde que tem um instrutor, um técnico pra hora que você precisa? Não tem ninguém” (Valdir).

Juliana: A gente é muito acomodado na verdade por causa que no fumo vem o instrutor e fala: olha, faz assim.

Felipe: O insumo também, ele diz: vai tantas grama por pé.

Juliana: A gente recebe tudo muito pronto, sabe? O povo aqui tá desacostumado.

Felipe: E o próprio costume, você tem uma dúvida, alguma coisa, você só liga pro cara e ele já vem aí e te explica.

Essa questão aparece também na fala de Silmara. Para ela, as facilidades do sistema de integração na fumicultura fizeram com que os camponeses desaprendessem a fazer a gestão de sua própria propriedade e a comercializar sua produção, já que o escoamento da matéria-prima produzida é garantido.

“O que mantém eles no fumo é a renda, garantia de renda. Porque, o que acontece? A fumageira é uma integradora. Como toda integradora, dá assistência técnica, dá insumos, financia e comercializa. Eles só produzem. O produtor acostumou tanto que ele não quer sair vender outras coisas que ele produz na propriedade. Tem alguns que colocam um pouquinho pro consumo próprio e se tiver comércio entra, mas o comércio tem que tá garantido. O comodismo se tornou muito grande. O produtor rioazulense sabe produzir, mas gestar a propriedade, ter uma visão melhor e comercializar o produto deles, eles não sabem. Desaprenderam” (Silmara).

A assistência técnica oferecida pelas integradoras acaba por transformar o agricultor em um mero executor das atividades necessárias à produção do tabaco, cerceando sua autonomia e mantendo-os dependentes. Após anos de trabalho nesse sistema, os camponeses passam a ter dificuldades para fazer a gestão das atividades da propriedade e da produção agrícola resultante. O processo era pensado e organizado pelos instrutores, cabendo aos agricultores colocá-lo em prática. Vemos aí uma clara cisão entre as atividades de planejamento e execução, fenômeno estruturante da organização do trabalho na sociedade capitalista. Cada trabalhador passa a realizar uma função específica, por um processo de divisão do trabalho que lhe é imposto.

[...] a própria ação do homem torna-se um poder que lhe é estranho e que a ele é contraposto, um poder que subjuga o homem em vez de por este ser dominado. Logo que o trabalho começa a ser distribuído, cada um passa a ter um campo de atividade exclusivo e determinado, que lhe é imposto e ao qual não pode escapar; o indivíduo é caçador, pescador, pastor ou crítico, e deve permanecer se não quiser perder seu meio de vida (MARX; ENGELS, 1846/2011, p.37-38).

No campo o processo de divisão do trabalho vai crescendo com os avanços da monocultura. Os camponeses, que antes cultivavam uma grande diversidade de alimentos, passam a restringir suas atividades e concentrar sua produção. Na região em

que realizamos nossa pesquisa, esse movimento ia se intensificando e delineando o processo de constituição do tabaco como monocultura. Não era incomum encontrar camponeses que haviam deixado de cultivar alimentos para o próprio consumo, optando por ampliar a área de cultivo do tabaco, aumentando sua renda e comprando os mantimentos de que necessitavam nos centros urbanos.

“Aí o cara diz bem assim pra mim: ah, eu com cinco mil pé de fumo eu compro tudo o que eu quero de verdura no mercado, com cinco mil pé a mais eu tô tranquilo” (Lucas).

Esse processo foi vivenciado e narrado pelas próprias famílias:

Valdir: Antigamente não era tanto fumo. O pai até trigo semeava. Tinha moinho perto ali em cima, moía e saía aquela farinha bruta, escura, com toda a vitamina.

Henrique: Levava arroz pra descascar.

Valdir: Agora até pouco tempo tinha uma caixona de madeira, bem fechadinha e guardava dum ano pro outro. Ficava até dois, três ano o arroz com casca quando produzia bem. Guardava ali e ficava. Aí levava e ia descascando aos pouco. Pro gasto⁹.

Marcela: E aos poucos isso foi se perdendo?

Valdir: Foi perdendo por causa que foi aumentando o fumo.

Henrique: Plantava um pouquinho mais de fumo e comprava o arroz.

Valdir: Ilusão.

Edinéia: Achava que é mais vantagem.

Henrique: Aumentava o fumo pra comprar uma coisa que pode produzir.

Marcela: E por que vocês acham que começaram a pensar assim?

Valdir: Por causa que a gente não vê que que é feito nas comida que a gente compra. Quanto veneno. Agora nós pensamo diferente. Qualquer coisinha que a gente planta, a gente come com satisfação. Sabe que a gente plantou, foi do suor da gente. Sabe o que tá comendo, sem veneno, sem adubo. E os outro pensa que planta um pouquinho de fumo, você compra já prontinho, embaladinho, facinho.

Penha: Nós plantava batatinha, essas coisa, mas com o tempo que fomo aumentando a planta de fumo, chegou um tempo que comprava tudo.

Henrique: Daí não sobra tempo.

Valdir: Por causa do fumo não consegue lidar com outras coisa.

Henrique: Hoje na roça ou na cidade você tá do mesmo tipo, você vai buscar tudo na cidade, desde comida até o gás, tudo, tudo. Do jeito que tá é muito capitalismo.

A intensa carga de trabalho e o grande dispêndio de tempo que a fumicultura exige são importantes aspectos que contribuem para aprofundar a redução de atividades diversificadas na propriedade. O trabalho com o fumo, sobretudo na época da colheita,

⁹ A expressão “pro gasto” é utilizada para referir-se ao autoconsumo.

faz com que não reste tempo para os camponeses realizarem outras atividades, como relata Juliana:

“Você não tem muita opção. Que nem agora, se você quiser tirar uma semana pra mexer no quintal, você pode fazer isso. Mas na hora de você colher o fumo na roça não tem como, você abandona e vai acudir o fumo” (Juliana).

Valdir também relata as dificuldades que tiveram no trabalho com o cultivo de alimentos na época da colheita:

Valdir: Todo mundo dizia “você não vão vencer lidar nos fumo e lidar nas verdura”. Nós dissemos que sim, imo vencer. Pelo menos vamos tentar, se morrer no mato é porque não deu tempo, vou plantar e acabou. Fizemo, fazia as coisa e daí às vez corria porque tinha que colher o fumo. (...)começou a madurar os fumo e aí foi direto, toda semana colhendo. Não sobrou tempo.

Edinéia: Você não aguenta, você cansa.

Valdir: Então o fumo atrapalha bastante esse tipo de coisa e não tem como parar com ele por causa das dívida.

É interessante notar que o trabalho de Virgínia Etges com fumicultores gaúchos na década de 90, revelava um processo divergente ao da constituição da monocultura do fumo. No caso dos camponeses de sua investigação, o cultivo diversificado de alimentos lhes permitia continuar na fumiultura. Revelava-se aí um processo contraditório em que a condição camponesa viabilizava a condição de produtor de fumo. Para a autora isso ocorria porque era fundamental para as empresas que o produtor de fumo produzisse sua subsistência. Isso reduzia seu custo de vida e da reprodução da força de trabalho, barateando, conseqüentemente, o valor a ser pago pelo trabalho camponês objetivado no fumo enquanto matéria-prima comprada pela empresa. Ao tornar-se fumicultor, contraditoriamente, era preciso continuar sendo camponês, ou seja, continuar produzindo seus alimentos (ETGES, 1991).

No município de Rio Azul, no entanto, notamos que, em muitos casos, estava em curso um processo de constituição da monocultura do fumo mesmo nas pequenas propriedades, transformando os camponeses em fumicultores. Grande parte da economia do município girava em torno da fumiultura, como evidencia o relato de Silmara:

“Aqui tudo gira em torno do fumo. A feira municipal, faz anos que existe, mas só tem uma barraquinha que vende verdura na feira e falta. Tu acredita? O cara não vence produzir, não vence entregar.

Dependendo do horário que você chega na feira já não tem mais” (Silmara).

Chama atenção o fato de que em um município em que a maior parte da população residia em pequenas propriedades no campo, a comercialização de verduras na feira da cidade fosse tão restrita. Esse fato também revela a perda de importantes traços da cultura camponesa pela forte incidência da fumicultura na região. Silmara segue falando a esse respeito durante a entrevista:

Silmara: O pessoal perdeu a noção de que pode produzir com esterco, que pode utilizar os insumos da própria propriedade. Então os filhos que vão vir nessa nova geração não sabem como é. E os avós só lembram daquilo que faziam, mas não conseguem repassar pros filhos. Então precisa buscar resgatar isso aí, porque antes não existia adubo, não existia veneno, não existia nada disso e o pessoal colhia. A questão do autoconsumo, eles conseguem resgatar a horta de casa que já era esquecida. Resgatar aquilo, trabalhar bastante o autoconsumo. É um resgate histórico, é um resgate de cultura se for analisar. Então é tornar o solo a ter vida novamente e isso é um desafio muito grande porque é muito mais fácil, menos trabalhoso pra eles usar o adubo, usar o veneno, não precisar capinar. Mas aí vai muito da consciência, vai muito da conversa, vai muito deles quererem, vai muito deles entenderem que dá pra fazer.

Marcela: E por que você acha que eles não estão conseguindo repassar pra outra geração?

Silmara: Porque o fumo toma muito tempo e eles acabam se fechando no fumo. É aquela história: melhor produzir mais renda que eu vou e compro no mercado, não preciso ter tempo de fazer. Ao invés de eu deixar um cantinho pra produzir alguma verdura, eu vou plantar mais fumo. A área já é pouca e ele quer usar mais ainda pro fumo.

Em sua fala Silmara nos remete a outro aspecto de grande relevância acerca do trabalho no campo: o aprendizado e a cultura que vão sendo passados de uma geração para outra e que envolvem os saberes ligados à agricultura. Com a instalação da cultura do tabaco na região, as gerações mais novas já são aquelas que têm suas histórias de vida entrelaçadas ao cultivo do tabaco. É a geração daqueles que cresceram vendo seus pais na lida cotidiana do fumo e que tiraram daí seus aprendizados sobre os saberes e fazeres que hoje constituem seu ofício.

Felipe: Hoje a gente faz porque é instintivo.

Juliana: Cresceu fazendo isso já, né? Faz parte da tua vida, você cresceu vendo os teus pais trabalhar, teus avós. Então você já vai meio no automático. Uma pessoa de fora vim, às vezes até pensa “nossa, quanta etapa que tem pra chegar e pegar o dinheiro do fumo”, mas a gente, de tanto que tá acostumado, isso já é normal.

“É geral. Todo mundo planta fumo, então você se acostuma com aquilo. Chega aquele tempo é plantar, outro tempo você vai colher, é aquilo, é a rotina” (Henrique).

Ocorre aí um processo de certa naturalização do fumo na região. Muitas vezes os camponeses sequer vislumbram outras possibilidades, pois o fumo já lhes aparece como algo dado, futuro consumado e definido, como se seus destinos já estivessem de antemão traçados: serão fumicultores. Valdir comenta esse aspecto comparando o trabalho dos camponeses com o de um cavalo de carpideira.

“É o caso nosso, a gente já se criou no fumo. É a mesma coisa uma criação, se acostuma naquele tipo. Um cavalo de carpideira você toca, vai, vira e volta. Passou um tempo, um mês de trabalho ele já vira na leira sozinho e vai. O que que ele ganha? Acostumou a rotina dele empurrado. A vontade dele era de tá pastando” (Valdir).

A significativa analogia utilizada por Valdir revela um trabalho alienado, em que os agricultores se “acostumaram” com uma atividade que não lhes agrega maiores benefícios que não a renda. O trabalho na produção do tabaco é comparado à condição do animal que executa uma tarefa à contragosto. Nas palavras de Marx (1844/2010), em suas funções humanas, o trabalhador se reduz a um animal e só se sente livremente ativo em suas funções animais: “O animal se torna humano e o humano se torna animal” (p.83).

Nesse contexto, muitos dos camponeses desacreditavam na viabilidade de outras atividades e colocavam em descrédito qualquer iniciativa de diversificação.

“Os de fora do grupo [do projeto de diversificação], a maioria deixa a gente pra baixo, desencabeça a gente. Fala que não dá nada porque é muito baratinho, porque não vende. (...) A gente vai na igreja, a prosa antes de entrar, se você ir e ficar parada do lado, não precisa nem você fazer pergunta nenhuma, é só você ir escrevendo. Vai um lá: “Ah, eu plantei tanto, esse ano deu bem, fiz tantos quilos, de tal qualidade deu melhor”. Uma coisa puxa a outra sabe? Vá lá nós e comece a conversar: “eu vou plantar fumo orgânico, verdura”. Todo mundo fica... capaz que não falem nada, mas no olhar todo mundo te condena” (Valdir).

“O fumo escravizou num sentido que fechou até a mente deles. Tem que plantar fumo porque nada dá. Tem muitos que pensam assim: se não plantar fumo não tem dinheiro. Esquecem que talvez tenha outras possibilidades” (Silmara).

Felipe: É engraçado de ver meus amigo de infância que tão enterrado no fumo, ficam querendo dar risada da gente. Os cara só tem o fumo na cabeça.

Juliana: É um negócio que parece que só pensa naquele tipo de coisa.

Felipe: Os cara tão se ferrando junto ali, sabe que tá ruim. A gente começa a querer puxar pra dar uma melhorada e fazer outra coisa, os cara ficam desincentivando. Os cara tá sofrendo ali plantando fumo.

Outro aspecto a ser destacado é o processo de individualização do trabalho na comunidade, resultante do sistema de integração, que vai minando as relações comunitárias e a organização social das famílias. A assistência técnica individualizada elimina a necessidade de trocas comunitárias e acaba por manter as famílias dentro dos limites de sua propriedade. Os agricultores nos revelam esses aspectos ao falarem da perda de antigas práticas comunitárias:

Henrique: Até roçar nas beira de estrada, hoje ninguém roça mais, é só passado veneno. É tudo fácil. Vai com o trator ali. No tempo do vô fazia uns mutirão de gente, cada um roçava uma parte.

Valdir: E não era muito tempo atrás, eu me lembro. Bastante gente roçando.

Marcela: E hoje tem isso ainda?

Valdir: Cada um que faça na frente do seu terreno.

Penha: Os mutirão, eles se reuniam lá na bodega na frente da igreja. Todo mundo se reunia numa hora só e daí pegava tudo aquele povo e vinham roçando. Agora não, cada um roça o seu do jeito que quer.

Henrique: Na verdade foi ficando muito fácil, virou um individualismo. Antes a turma se ajudavam mais, era um grupo. Agora cada um faz o seu ali. Até pra trabalhar junto, mesmo no fumo, nós sempre trabalhava junto, em família. Hoje porque o dinheiro é fácil cada um prefere trabalhar pra si e pagar um outro pra trabalhar.

No contexto da produção do fumo a troca de conhecimentos e também de trabalho, como acontecia nos mutirões, torna-se desnecessária, pois cabe ao instrutor da empresa integradora o conhecimento a respeito de todo o processo de produção e à própria família a execução do trabalho. Para Lúcio, a atuação das integradoras nesse processo de individualização é intencional e perversa, pois elas empregam determinadas estratégias com o intuito de gerar competição entre as famílias.

“E outra coisa que a empresa é muito sacana é que ela criou uma competição entre as famílias, ela quebra a lógica comunitária que era de cooperação, que era de faxinal¹⁰. Mato um porco e dou um pedacinho, eu ajudo o vizinho e tal. A empresa quebrou isso. O que é

¹⁰ Os faxinais são comunidades camponesas caracterizadas principalmente pelo uso comum da terra e dos recursos florestais e hídricos disponibilizados na forma de criadouro comunitário.

que ela faz? Esse ano tá ruim a safra, mas ela vai lá e paga bem pra uma família. E começa a propagandear pras outras: ah, mas o fulano vendeu o fumo a dez, o teu é oito porque você não seguiu certinho. Vira uma competição na comunidade, sabe? Você arrebenta a comunidade” (Lúcio).

Assim, as empresas integradoras vão minando aspectos que são próprios do campesinato, como a produção agrícola diversificada e as práticas comunitárias. Ao mesmo tempo, no entanto, a fumicultura vem viabilizando a permanência das famílias no campo através da renda que lhes garante. Contraditoriamente, a produção do fumo, de um lado, permite aos trabalhadores manterem-se na condição de camponeses, na terra, e, de outro, vai solapando importantes traços do campesinato. O capital não expropria o camponês da terra porque lhe interessa mantê-lo nessa condição, a qual viabiliza, no final da cadeia, extrair dele o excedente econômico através da compra do produto por ele produzido. Nas palavras de Oliveira (2004, p.42), “quando monopoliza o território, o capital cria, recria, redefine relações camponesas de produção familiar. Abre espaço para que a economia camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social. O campo continua povoado e a população rural pode até se expandir”.

A esse respeito é importante destacar que a maioria das famílias produtoras de tabaco possuem a propriedade da terra. Os dados da Afubra referentes à safra de 2015/2016 sobre a distribuição fundiária na fumicultura apontam que 71,9% dos produtores são proprietários. Como apontamos no segundo capítulo, do total de produtores, 28,1% não possuem terras e 35,6% possuem de 1 a 10 hectares. Somados eles nos levam a um percentual de 63,7% de famílias em pequenas propriedades.

DISTRIBUIÇÃO FUNDIÁRIA		
2015/16		
HECTARES	FAMÍLIAS	%
0	40.537	28,1
De 1 a 10	51.396	35,6
De 11 a 20	33.710	23,4
De 21 a 30	12.742	8,8
De 31 a 50	4.693	3,3
Mais de 50	1.242	0,9
TOTAL	144.320	100

Fonte: Afubra (2016a)

Vemos que o grande contingente de produtores de tabaco é formado por proprietários de pequenas extensões de terra, o que também favorece a reprodução desses

sujeitos nessa contraditória condição de camponeses e produtores de fumo. A questão da propriedade da terra é central nesse sentido, pois há uma importante relação existente entre o fato de a área possuída ser pequena e do fumo ser um dos cultivos viáveis nessas condições. O produtor consegue ter garantia de renda mesmo nas pequenas propriedades. É preciso atentar, contudo, para o fato de que, embora o tabaco permita maior rendimento econômico por área cultivada se comparado a outros cultivos, é errôneo o entendimento de que quanto maior for a renda financeira, melhor será a qualidade de vida dos trabalhadores (DESER, 2013a). Isso fica claro ao nos depararmos com uma realidade de exploração e subordinação, como vimos nos relatos dos camponeses.

É na trama de todo esse conjunto de objetividades que o trabalho na fumicultura ocorre, sob as determinações do capitalismo que ganham forma no modo como as relações entre a indústria e o campo vão sendo estabelecidas. Essa realidade objetiva constitui as bases sobre as quais estão assentes os sentidos que os camponeses conferem ao trabalho. Do contexto mesmo em que se encontram, os sentidos retiram a seiva que lhes constitui.

4.3. Os sentidos desvelados

Vimos no primeiro capítulo que o sentido da palavra é sempre uma formação dinâmica, variável e complexa que procede do contexto em que está. Daí que compreender o sentido atribuído ao trabalho para os camponeses implique tomar conhecimento do contexto em que ele ocorre, tendo em conta a totalidade do processo produtivo no qual ele se realiza. Como lembra Giannotti (2013, p.63), “Não podemos, pois, perder de vista que o ato de trabalho se integra na totalidade do processo produtivo segundo a trama de outras determinações primárias: distribuição, troca e consumo. A trama categorial define a totalidade do processo”.

Temos compreendido que os sentidos têm na linguagem uma de suas importantes vias de acesso. Cabe lembrar que Vygotski (1934/2014) conceitua o sentido no texto em que trata do pensamento e da palavra, referindo-se ao sentido da palavra na linguagem interna. A questão da linguagem aparece, portanto, como ponto fundamental na compreensão do processo de atribuição de sentidos pelo sujeito. Não sem razão Vygotski tem uma obra inteira dedicada à discussão sobre o pensamento e a linguagem. Nela o autor afirma que “el pensamiento y el lenguaje son la clave para comprender la naturaleza

de la conciencia humana” (ibid., p.346). Nesse sentido, a linguagem exerce papel fundamental na própria formação do psiquismo, já que provoca mudanças qualitativas no desenvolvimento das demais funções psíquicas e na relação delas umas com as outras. O desenvolvimento da linguagem pelo homem lhe permitiu apropriar-se de novas formas de conceber, pensar, sentir e agir no mundo.

Pensamento e linguagem, como trata de explicar Vygotski (1934/2014), não coincidem de forma direta e imediata. A estrutura da linguagem não é um reflexo especular da estrutura do pensamento. São processos que ligam-se entre si através de transformações e transições complexas, mas não se confundem um com o outro. No processo de desenvolvimento ambos encontram sua unidade – e não sua identidade. A linguagem, portanto, não expressa o pensamento puro, mas o pensamento se reestrutura ao transformar-se em linguagem. Por isso afirma Vygotski que o pensamento não se expressa na palavra, mas se realiza nela. Chamando atenção para a importância da palavra no próprio desenvolvimento da consciência, o autor afirma:

[...] es evidente que la palabra tiene un papel destacado no solo en el desarrollo del pensamiento, sino también en el de la conciencia en su conjunto. [...] la palabra desempeña ese papel central en el conjunto de la conciencia y no solo en sus funciones aisladas. La palabra representa en la conciencia, en términos de Feuerbach, lo que es absolutamente imposible para una persona y posible para dos. Es la expresión más directa de la naturaleza histórica de la conciencia humana (ibid., p.346).

O processo de desenvolvimento do pensamento e da linguagem estão imbricados, portanto, no desenvolvimento do psiquismo e, sendo assim, no processo de atribuição de sentidos. Quando dotamos algo de sentido, estamos nos apropriando de maneira ativa dos significados já construídos socialmente que se apresentam a nós. Dado que o sentido é algo subjetivo, está aí implícito que há um processo de transformação do objetivo em subjetivo. Também nesse processo estão implicados a linguagem e o pensamento, que nos permitem operar com a representação do real na consciência, ou seja, sem que haja necessariamente uma relação concreta com o real no momento mesmo em que se pensa sobre ele. Não se trata, contudo, de uma realidade que mecanicamente é refletida na consciência. Ao contrário, o sujeito opera ativamente sobre ela através da vivência, mecanismo psíquico que está na base de todo esse processo. Ao apropriar-se da realidade objetiva e seus significados, o sujeito a vivencia, atua sobre ela e pode criar novas combinações, arranjos e concepções. Ao internalizar e apropriar-se da realidade através de sua vivência, o sujeito a recria dotando-a de novos sentidos.

Durante todo o desenvolvimento da pesquisa fomos nos deparando com histórias de vida que em toda a sua diversidade resguardavam também pontos comuns. Na singularidade que constituía cada camponês e cada camponesa estavam também os traços compartilhados, as mesmas marcas de uma vida dedicada ao trabalho na fumicultura. Em nossas conversas com diferentes sujeitos, em diferentes momentos, algumas falas a respeito da fumicultura iam se repetindo, ganhavam eco em vozes diversas. Os discursos se aproximavam e iam nos revelando sentidos compartilhados. Ao perguntarmos, durante as entrevistas, o que o trabalho na fumicultura significava para eles, ou seja, qual era o seu sentido, as respostas giravam em torno de um núcleo comum: a obtenção de renda.

“Renda” (Penha).

“É o nosso pão de cada dia” (Valdir).

“O principal é renda. Hoje o fumo é renda” (Juliana).

“A gente faz mais por causa da renda, porque se pudesse sair, ir pra uma outra atividade que desse renda igual o fumo...” (Felipe).

Para os camponeses o sentido do trabalho no fumo era a obtenção de renda. Há aí um claro processo de ruptura entre o *significado* social do trabalho e o *sentido* que ele adquire para o trabalhador. A esse respeito, estamos de acordo com as colocações de Leontiev (1978a), quando o autor discute a relação entre os *motivos* e os *objetivos* da atividade nesse processo. Para Leontiev os *objetivos* são aqueles motivos que não se relacionam com o objeto da atividade, enquanto o verdadeiro *motivo* coincide com esse objeto. Compreendemos que essa questão acerca dos motivos merece atenção especial na discussão a respeito da atribuição de sentidos.

Vygotski (1933/1997) afirma que o sentido muda com o motivo e, por consequência, a explicação final estaria na motivação. Nesse mesmo sentido Beatón (2017) aponta que a motivação está na base da produção de vivências, significados e sentidos atribuídos às experiências. Assim sendo, compreendemos que para acessar os sentidos atribuídos é necessário conhecer também os motivos que estão aí implicados.

Tomando por base as considerações de Leontiev (1978a) acerca dos motivos e objetivos da atividade, podemos afirmar que o trabalho na fumicultura era realizado por um objetivo, que era a obtenção de renda, e não pelo objeto mesmo dessa atividade, seu verdadeiro motivo – a produção de valores de uso para a satisfação das necessidades humanas. O trabalho deixa de ser atividade de apropriação da natureza para a satisfação

das necessidades humanas e passa a ser expressão de uma relação social fundada no capital e no dinheiro.

Marx (1867/2013) apresenta o trabalho em suas distintas formas, dentre elas o *trabalho concreto* e o *trabalho abstrato*. O trabalho concreto é a atividade pela qual o homem satisfaz suas necessidades através dos produtos do trabalho, transformando a natureza e a si mesmo, enquanto o trabalho abstrato é a atividade em que o homem gera valor de troca nas mercadorias. O trabalho concreto tem por finalidade a satisfação das necessidades humanas, tem como resultado a produção de valores de uso como produto. O valor de uso de um casaco, por exemplo, está na utilidade mesma que ele possui para o homem, ou seja, a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Como coloca Marx, “todo trabalho é dispêndio de força humana de trabalho numa forma específica, determinada à realização de um fim, e, nessa qualidade de trabalho concreto e útil, ele produz valores de uso” (ibid., p.124).

Quando os produtos do trabalho se tornam uma mercadoria, eles carregam em si valor de uso e valor de troca. “O valor de troca aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo” (MARX, 1867/2013, p.114). O trabalho de alfaiataria que produz um casaco, por exemplo, é diferente do trabalho de tecelagem que produz o linho, são tipos distintos de trabalho concreto. Mas há uma expressão de equivalência destes diferentes tipos de mercadorias que permitem trocar dada quantidade de linho por um casaco. Por esse desvio, a tecelagem passa a não possuir nenhuma característica que a diferencie da alfaiataria, ou seja, passa a ser trabalho humano abstrato. No caso da produção de mercadorias, o produto não tem por finalidade apenas a satisfação das necessidades humanas e sim a troca. É sob o trabalho abstrato que se funda o capital, elemento fundamental de autorreprodução do sistema capitalista, como lembra Santos Neto (2013). O trabalho abstrato aparece como sinônimo de trabalho alienado e reificado.

Como colocam Oliveira e Bernardes (2017), no trabalho concreto o significado social e o sentido do trabalho para o trabalhador coincidem. Quando, no entanto, o trabalho abstrato produz mercadorias, tendo por motivação a troca e não a produção de um bem útil, o processo de trabalho torna-se uma atividade alienada, o sentido não coincide mais com o significado social da atividade. É o que vemos acontecer no caso dos trabalhadores que produzem fumo, cuja atividade de trabalho tem na base de seus motivos a produção de uma mercadoria para obtenção de renda. O trabalho, atividade vital do ser social, torna-se, então, mero meio de sobrevivência, os camponeses o

vivenciam de maneira negativa e seu sentido fica restrito à renda que ele gera no final do processo com a venda da mercadoria produzida. O sentido do trabalho se torna alienado e alienante. O trabalhador se vê alienado de sua própria atividade e, como já colocara Marx (1844/2010), alienando-se da atividade que o humaniza, ele aliena-se de si mesmo.

Em outros trechos das entrevistas os camponeses reafirmam os sentidos da fumicultura ligados à renda:

“O fumo dá renda, por isso que tem tanta gente nisso e não sai, por causa de renda. O fumo ainda compensa você produzir com pouca área” (Felipe).

“É trabalhoso, mas ele dá uma renda” (Juliana).

“Eu acho que no nosso caso nós só pensava em fumo porque era a única coisa que dava renda” (Valdir).

“Antes eu pensava que só o fumo que dava dinheiro, que você não conseguia sobreviver” (Penha).

Todo esse processo alienante em que se funda o trabalho tem implicações diretas sobre o próprio desenvolvimento humano. Em última instância vão sendo restringidas as possibilidades de desenvolvimento de determinadas funções e processos psíquicos. Sabemos que a fonte do desenvolvimento psíquico humano é social e cultural. Vygotski (1931/2012a), acerca das funções psíquicas superiores, afirma que tudo aquilo que é interno e intrapsíquico foi antes externo e interpsíquico.

Toda función psíquica superior pasa ineludiblemente por una etapa externa de desarrollo porque la función, al principio, es social. [...] Toda función psíquica superior fue externa por haber sido social antes que interna; la función psíquica propiamente dicha era antes una **relación social** de dos personas (p.150, grifos nossos).

Cabe destacar, como o faz Vygotski, que “todo lo cultural es social”, justamente porque “la cultura es un producto de la vida social y de la **actividad** social del ser humano” (ibid., p.151, grifos nossos). Para o autor, por trás de todas as funções psíquicas superiores estão as relações sociais. Vygotski o exemplifica referindo-se ao desenvolvimento da linguagem na criança: em primeiro lugar, deve existir um nexos entre a palavra e o objeto, aquilo que ela significa; esse nexos objetivo deve ser utilizado funcionalmente pelo adulto como meio de comunicação com a criança e apenas depois a palavra passará a ter sentido para a criança.

Por lo tanto, el significado de la palabra existe antes objetivamente para otros y tan sólo después comienza a existir para el propio niño. Todas las formas fundamentales de **comunicación verbal** del adulto con el niño se convierten más tarde en funciones psíquicas (p.150, grifos nossos).

Em síntese, afirma o autor: “Modificando la conocida tesis de Marx, podríamos decir que la naturaleza psíquica del hombre viene a ser un conjunto de relaciones sociales trasladadas al interior y convertidas en funciones de la personalidad y en formas de su estructura” (p.151).

Buscamos destacar nos trechos anteriores os conceitos de relações sociais, atividade e comunicação, por compreendermos, como Beatón (2017), que elas são a fonte do desenvolvimento psíquico, são as bases objetivas das vivências que estão na base de seu processo de formação. Quando essa base material, o contexto objetivo apresenta-se limitado, o desenvolvimento dos sujeitos que nele se encontram fica comprometido. É o que ocorre na sociedade capitalista, em que o trabalho e as relações sociais encontram-se alienados, limitando as possibilidades de apropriação da cultura historicamente produzida e de desenvolvimento das capacidades especificamente humanas nos sujeitos. Como afirma Beatón,

Uma atividade alienada, um conjunto de ações ou operações que não se realizam pelo objeto da atividade, mas só e essencialmente por objetivos impostos, como o salário, obter boas classificações, chegar a ser uma pessoa importante e ganhar muito dinheiro, obter a fama esportiva ou fazer um livro para lucrar de múltiplas formas, constituídas por relações sociais também alienantes e incompletas, produzem vivências e sentidos alienantes e o desenvolvimento de conteúdos da consciência e a personalidade alienante [...] (2017, p.159).

Na medida em que os sentidos provêm do contexto em que se encontram, uma realidade objetiva que se constitui por atividades e relações alienadas gera também vivências e sentidos alienados. Assim, submetidos à objetividade alienante que constitui o modo de produção capitalista e suas relações de imposição com o campesinato, os sentidos do trabalho para os camponeses revelavam-se alienados. Cabe mais uma vez frisar que isso não ocorre de maneira mecânica e linear, mas constitui-se em um processo complexo e multideterminado, no qual uma série de funções e processos psíquicos estão envolvidos, sempre atravessados pela vivência do sujeito, discussão que buscaremos aprofundar no próximo item. Antes de passarmos a ele, cabe atentarmos ainda, para a dimensão afetiva do processo de atribuição de sentidos.

Como vimos, a vivência íntegra de maneira dialética o cognitivo e afetivo, elas englobam a dimensão afetiva da relação do sujeito com os acontecimentos e conferem a tonicidade afetivo-cognitiva à experiência vivenciada que é atribuída de sentidos. Assim é que os sentidos nos revelam a base afetiva desta relação, os desejos, interesses e emoções dos sujeitos. Tal aspecto nos leva à discussão acerca da afetividade na obra vygotskiana. Toassa (2009), que buscou se debruçar sobre o conceito de emoção em Vygotski, aponta para uma multiplicidade de empregos dos termos emoção, sentimento e afeto. Para ela, os três termos podem ser utilizados como sinônimos, desde que contextualizados. Cabe destacar que a obra de Vygotski, *Teoria das emoções*, escrita entre 1931 e 1933, período anterior ao seu falecimento, foi deixada inacabada.

As emoções são concebidas por Vygotski como funções psicológicas superiores e, portanto, passíveis de desenvolvimento, transformação ou novas aparições (TOASSA, 2009). O autor critica enfaticamente as abordagens dualistas que cindem cognição e emoção. No texto em que trata sobre o problema e o método de investigação em sua obra *Pensamento e Linguagem*, Vygotski (1934/2014) afirma que a separação em nossa consciência entre o aspecto intelectual de um lado e o afetivo e volitivo de outro, é um dos defeitos mais graves da psicologia. Para ele, afeto e cognição formam uma unidade, aspecto que trata de reafirmar ao apoiar-se no monismo de Espinosa no trato das emoções.

Cabe enfatizar que, enquanto funções psicológicas superiores, as emoções são produções culturais e, portanto, mesmo seus aspectos fisiológicos são determinados socialmente. Vygotski (1930/1997) evidencia esse aspecto ao apontar para as conexões existentes entre os afetos e o sistema de conceitos. Cada indivíduo encontra já ao nascer um sistema de conceitos constituído e em constante movimento. Através desse sistema, historicamente determinado e produzido nas relações sociais materiais, internalizamos o mundo. Cada conceito contém o conjunto das relações que o determina, cada conceito é uma generalização, implica um ato autêntico e complexo do pensamento e é representado psicologicamente pelos significados das palavras (VYGOTSKI, 1934/2014).

Para Vygotski (1930/1997), nossa forma de pensar, junto com o sistema de conceitos, inclui também nossos sentimentos. Quando sentimos algo, não simplesmente sentimos, mas nomeamos esse sentimento e isso faz com que eles variem, já que guardam relação com os pensamentos. Nunca experimentamos um sentimento de maneira pura, ao contrário, somos conscientes de suas conexões conceituais. Esse conhecimento de nosso afeto o altera e o transforma de um estado passivo a um estado ativo.

Dicho simplemente, nuestros afectos actúan en un complicado sistema con nuestros conceptos y quien no sepa que los celos de una persona relacionada con los conceptos mahometanos de la fidelidad de la mujer son diferentes de los de otra relacionada con un sistema de conceptos opuestos sobre lo mismo, no comprende que ese sentimiento es histórico, que de hecho se altera en medios ideológicos y psicológicos distintos, a pesar de que en él queda indudablemente cierto radical biológico, en virtud del cual surge esta emoción (p.87).

Assim como as demais funções psíquicas superiores, as emoções são determinadas historicamente e resultam da combinação de relações que surgem como consequência da vida histórica (VYGOTSKI, 1930/1997). Nesse sentido, ao buscarmos apontar alguns dos traços dessa dimensão afetiva que pudemos localizar nos relatos dos camponeses, é preciso ter em vista que as emoções e os sentimentos que passam a fazer parte desta trama da atribuição de sentidos são determinados culturalmente.

Nas inúmeras conversas que tínhamos sobre o trabalho na fumicultura os camponeses expressavam, não só na palavra dita, mas também nos gestos e no tom que as acompanhavam, a profunda condição de desprazer que vivenciavam ali:

*“Eu **nunca gostei** de plantar fumo, eu planto por obrigação. Porque não tem outra coisa. (...) Eu planto fumo por obrigação, **não gosto**. Eu vou **aborrecido, bravo**. Muitas vezes a gente distrai, brinca, mas quando a gente vê que o troço é sério e lembra que tem aquela conta pra pagar, tem que fazer aquilo, tem que produzir, às vez dá um **estresse** na gente. E daí você vai fazer uma coisa que **não tá gostando**, daí só piora” (Valdir).*

*“Não sei porque que nós plantamo fumo. Ia com uma **raiva** pra roça” (Edinéia).*

*“Quem trabalha no fumo, chegou o tempo de colheita, a cabeça se fecha naquilo. Não tem tempo pra mais nada, você se fecha naquilo. É um **estresse** sem tamanho. (...) Se for ver, vontade de plantar **não tem, o gosto de plantar**” (Henrique).*

Buscamos destacar nas falas o conjunto de palavras que expressam essa dimensão afetiva da vivência do trabalho na fumicultura e dos sentidos a ela atribuídos. O “não gostar” da atividade aparece repetidas vezes na fala de Valdir e também na de Henrique, evidenciando que a atividade de trabalho era realizada com desprazer. Nesse contexto, aparecem também o “aborrecimento”, o “estresse” e o estar “bravo”, que apontam para uma condição afetiva de irritação em relação ao trabalho. Edinéia também faz referência ao sentimento de “raiva”, indicando aversão à essa atividade. É preciso destacar que em todas as conversas que tivemos com os camponeses que participaram da pesquisa, tanto

nas entrevistas quanto no período de observação, não ouvimos relatos que indicassem prazer ou satisfação em relação ao trabalho na fumicultura. Em seus relatos os camponeses nos denunciam a penosidade com que a atividade de trabalho era por eles vivenciada. Os afetos que atravessavam o trabalho lhes conferiam as marcas da insatisfação e da revolta. O trabalho, atividade que deve servir à humanização do trabalhador, transforma-se em fonte de sofrimento, o fardo que lhes pesa às costas e, nas palavras dos próprios camponeses, como que lhes “desgraça” o viver.

Ao termos em conta a relação das emoções e sentimentos com o sistema de conceitos, compreendemos que a dimensão afetiva dos sentidos depende diretamente da apropriação desse sistema pelo sujeito e do desenvolvimento do pensamento e da linguagem em seu psiquismo. Como apontamos, na tarefa de nomear nossos afetos/emoções, tomamos consciência deles, o que os altera qualitativamente. Além disso, nomeá-los implica pensar sobre eles e, como aponta Vygotski (1930/1997), pensar os afetos, situá-los em outras relações com o intelecto, altera a própria vida psíquica. Com isso queremos ressaltar que todo esse processo de atribuição de sentidos envolve uma série de funções psicológicas que funcionam, como sempre enfatizara Vygotski em sua obra, em um sistema complexo através do qual se interconstituem. Todo esse sistema, que vai sendo internalizado e subjetivado no sujeito em um processo constante através das vivências, tem suas fontes na objetividade, tem no real suas determinações concretas.

Os trabalhadores do campo, cujas vidas se assentam sob as premissas do capitalismo, vão tecendo seus modos de existir objetiva e subjetivamente atravessados pelas imposições da indústria do fumo, que lhes transforma em meros instrumentos da obtenção de seu lucro. É como se no trabalho que dá vida às sementes do fumo, morresse sempre um pouco do humano do trabalhador. O tom afetivo conferido à vivência do trabalho e aos seus sentidos, denuncia que o trabalhador não mais se realiza nele: o trabalho já não humaniza mais, mas lhes serve apenas como mero meio de sobrevivência e aí mesmo reside seu sentido.

O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, *trabalho obrigatório*. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um *meio* para satisfazer necessidade fora dele. [...] O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de autossacrifício, é um trabalho de mortificação. [...] Chega-se, por conseguinte, ao resultado de que o homem só se sente como ser livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar, quando muito

ainda habitação, adornos, etc... e em suas funções humanas só se sente como animal. O animal se torna humano e o humano animal (MARX, 1844/2010, p.83).

Através do trabalho alienado, reifica-se o humano e humanizam-se as coisas. A consciência da alienação e dessa inversão que opera o capital ao colocar no centro as mercadorias que produz, ao mesmo tempo em que arremessa à margem o humano, é percebida e vivenciada pelos camponeses:

Henrique: Hoje o povo no interior é um povo alienado, porque vem tudo na casa, o trator, o insumo. A prosa de um vendedor de trator: “Faz pra dez ano. O trator é cem mil e faz em dez vez. Com pouquinhos quilos de fumo você paga”. E assim vai. O cara fica amarrado em plantar fumo esses dez ano por causa de um financiamento de um trator. Se torna uma bola de neve. O cara plantava vinte mil pé, trabalhava com os cavalo. Isso a gente sabe porque a gente já passou por isso. De vinte, nós tivemos que jogar pra sessenta, setenta, oitenta mil pé de fumo pra você ter o mesmo retorno. Você tem o trator, mas é uma coisa que... E ninguém abre o olho.

Valdir: Eu tava conversando com um plantador de soja esses dia e ele falou: “Não tem o que lide mais. Você planta soja um tempo e financia máquina. Você pensa que dali um tempo você vai tá tranquilo. Aí você tem que trocar aquela máquina porque ela tá quebrando e precisa pegar outra. Resumindo: a vida inteira trabalhando pra pagar um monte de ferro. Você morre e fica aqueles ferro lá enferrujado”.

A história desses camponeses é a mesma de muitos trabalhadores e trabalhadoras, do campo e da cidade, que veem suas vidas serem absorvidas pelo capital e transferidas às mercadorias que eles mesmos devem comprar, num constante ciclo de submissão e exploração que os arranca de si mesmos e da humanidade que lhes constitui. O trabalho que estrutura o capital desestrutura o ser social e gera, nas palavras de Antunes (2011), uma subjetividade inautêntica no próprio ato de trabalho. O resgate verdadeiro do sentido estruturante do trabalho vivo implica no exercício do trabalho autônomo. No tempo da urgência e nos cenários do possível, é preciso fazer avançar as rupturas com o elo da submissão.

Capítulo 5

Os sentidos do trabalho na agroecologia

5.1. Diversificação agroecológica: trabalho e vida em processo de transformação

No meio da paisagem aparecia o pequeno Guilherme, miúdo, dobrado sobre os joelhos que se acomodavam no chão fofo da horta. Os braços curtos esticavam as mãos que remexiam a terra e abriam o leito onde ele abrigava as sementes de batata doce. Dali se levantava, pegava a pequena enxada e avisava para quem estivesse perto, no tropeço das palavras de quem aprendia a falar, que iria carpir. A mãe, a quem imitava, de enxada na mão e chapéu de palha na cabeça a sombrear os olhos, capinava o mato trançado e remexia a terra. Perto dali Henrique conduzia o cavalo que arrastava a carpideira no relevo ameno do terreno, preparando a terra que em breve seria semeada. Entre tarefas diversas o dia corria tranquilo. Preparar as mudas de tomate, colher os amendoins, alimentar os porcos que Guilherme dizia serem verdes, recolher o esterco dos animais, plantar as mudas de café nos pequenos jacás, comer melancia ao pé da árvore do quintal e compartilhar as boas conversas numa roda de chimarrão. Quando os dias não eram do fumo, a vida parecia ser mais calma, mais leve, remansa.

O cotidiano das famílias na lida do tabaco tratava de nos revelar o pesar que o trabalho ali ia adquirindo para os camponeses, denunciava a precarização da vida em um contexto de marcada subordinação. Era, no entanto, desse mesmo contexto que irrompiam as aspirações por uma vida melhor e mais humana. A mesma terra que a fumicultura matava aos poucos, era o chão fecundo para a busca de uma nova vida. Da própria realidade de exploração despontavam as possibilidades de sua negação e superação.

Desfrutar de melhores condições de saúde era um dentre os motivos que levavam as famílias a participarem do Projeto de Diversificação, buscando incluir outras atividades produtivas na propriedade, como era o caso do cultivo de alimentos agroecológicos. Silmara e os camponeses apontavam para esse aspecto durante as entrevistas:

Marcela: O que você acha que está motivando a diversificação?

Silmara: Saúde. Porque muitos passam mal. Os casais mais jovens, eles passam mal, veem as pessoas da família doentes, o colega, o vizinho, muitos às vezes já diagnosticados com intoxicação. É reflexo de anos trabalhando com agrotóxico no fumo.

“Se você conseguisse eliminar [o cultivo do fumo], parar pra ver, que nem a Penha, ela fez a coisa certa. É a coisa mais certa que tem porque a Penha ia classificar fumo, a gente chegava lá e, sabe o que é escorrer lágrima de dor de cabeça? Você sentiu o cheiro do fumo. Quanto veneno tem nesses fumo, você inalar aquele negócio. Então a prioridade é saúde. O que que adianta a gente ter dinheiro, tantos bem material sem saúde?” (Valdir).

Os camponeses sentiam no próprio corpo os prejuízos que o trabalho na fumicultura lhes causava. Dessa vivência surgiam as aspirações por um trabalho que lhes possibilitasse condições mais adequadas de saúde, que lhes permitisse desfrutar de uma melhor qualidade de vida.

*Marcela: O que leva a sair do fumo?
Penha: Pra mim foi a qualidade de vida.*

Esses aspectos passavam a ser centrais para as famílias, que, em sua concepção do que seria ter qualidade de vida, demarcavam claramente uma ruptura com os ideais capitalistas do acúmulo de bens materiais e do enriquecimento financeiro.

Valdir: A satisfação da gente é chegar uma pessoa na casa da gente e a gente acolher bem. Então se a gente tiver o tempo, viver bem é isso, não precisa dinheiro. Tudo o que tem dinheiro, pode notar, quem é empresário vive estressado, vive correndo e tudo. Anda pra lá e pra cá, pra lá e pra cá, não vai aproveitar um terço da vida dele.

(...)

Henrique: Você ter uma casinha ali pra você viver, não precisa mais do que isso.

Valdir: E se ajudando. Se precisa você tanto troca ideia como troca serviço.

Henrique: Que fique sem dinheiro é difícil, não vive. Mas não precisa de tanto.

(...)

Valdir: Não precisa muito pra viver. A gente precisa de tão pouco pra viver e tem gente se matando por causa de pouca coisa, por causa de um pedacinho de terra, por causa de uma cerca. (...) Eu, pra mim, eu tando trabaiano animado e tendo pra comer, tendo um dinheirinho, o que der pra mim tá bom. Então a gente pensa em viver bem, sem muito agrotóxico, essas coisas. (...) Se a gente se esforçar e mostrar que dentro de uma propriedade pequena, consegue se virar... a pessoa não precisa ganhar mundo e fundo. Deu pra manter um carrinho, as coisinha ali pra trabalhar, pra você se manter, viver. Não precisa andar tudo chique. Tendo saúde, cuidando da saúde tá bão.

No caso de Penha, Omar e Henrique, os problemas de saúde e a improdutividade das terras, causados pelo próprio cultivo do tabaco, foram os principais fatores que motivaram a decisão da família por parar com o cultivo na safra de 2016/2017.

Marcela: E como foi pra vocês a decisão de não plantar fumo?

Penha: Foi já por causa das terra que se nós fosse plantar fumo esse ano nós ia ter que alugar terra porque a nossa não tava produzindo mais. Daí nós falemo que se fosse pra alugar... pra plantar fumo você tem que comprar tudo, começa a fazer conta do começo. E daí você imagine você ter que alugar terreno ainda.

Henrique: E por causa de saúde, né. A mãe tinha problema no braço, lidar com veneno já não podia. O pai também, daí fez cirurgia no braço. Os dois último ano foi de se arreentar mesmo. Um ano eu quebrei o braço, depois o pai fez cirurgia e daí virou tudo em despesa porque você tinha que pagar pra outro trabalhar no teu lugar. Daí a gente foi vendo que a serra foi morrendo, o que produzia mal dava. Um dos motivo foi esse.

A agricultura predatória realizada na fumicultura acaba por tornar a terra infértil após tantos anos de cultivo. Os problemas ambientais gestados pelo modelo de agricultura convencional vão surgindo e se acumulando, como no caso da família de Penha, Omar e Henrique, interferindo na quantidade e na qualidade do tabaco produzido. Era a terra respondendo a anos seguidos de uso predatório. As reflexões de Marx (1867/2013) já atentavam para a questão ambiental:

E todo progresso da agricultura capitalista é um progresso na arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo, pois cada progresso alcançado no aumento da fertilidade do solo por certo período é ao mesmo tempo um progresso no esgotamento das fontes duradouras dessa fertilidade. [...] Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador (p.574).

Junto à depauperação da terra, os problemas de saúde causados pelo trabalho na produção do tabaco traziam uma série de dificuldades. Tal como a terra, o corpo respondia. Era preciso ouvi-los. Isso tudo fazia da saúde, da qualidade de vida e do cuidado com a terra as novas prioridades para os camponeses. A decisão da família de Penha por parar com o cultivo do fumo foi criticada pelos demais camponeses da comunidade, algo frequente naquele contexto em que, como vimos, o tabaco era já há muitos anos a fonte de renda da ampla maioria das famílias na região.

Henrique: Se for ver, o caso nosso muita gente chama de louco. Tinha duas estufa, tinha trator, era só tocar.

Penha: Já chegaram a falar pra nós memo: tinham tudo na mão pra continuar.

Henrique: É. Muita gente falou: agora que vocês iam fazer dinheiro. As estufa tava paga, o trator tava pago.

As conversas com os camponeses foram revelando que essas mudanças de prioridades na vida das famílias foram florescendo e ganhando espaço a partir da sua participação no Projeto de Diversificação. Referindo-se ao projeto Valdir afirma:

“Foi através desse apoio que mudou o nosso pensamento. Não é que mudou, incentivou. Porque a gente tinha vontade, mas não tinha opção” (Valdir).

Dentre outros aspectos, o projeto de diversificação oferecia aos camponeses o conhecimento técnico que muitas vezes lhes faltava para poderem diversificar sua produção. As oficinas e saídas de campo instrumentalizavam os camponeses para colocar em prática novas modalidades de cultivo.

“Muita gente não trabalha com agroecologia porque não tem conhecimento. O que que nós sabia antes de calda¹¹ pra orgânico? Nada. Depois que entrou os projeto que começou a vim, a gente entender um pouco mais. Porque você é criado plantando fumo, era só o fumo” (Henrique).

“Tem muita coisa que a gente não tem muita noção, aí você acaba deixando de lado e depois descobre que tá fazendo errado. Um pouco é a própria falta de formação mesmo nessa questão. (...) Só que tem bastante curso, a gente evoluiu bastante nessa questão. É por causa que você sai de uma cultura extremamente diferente pra outro ramo. Você vem do convencional e vai pro orgânico. Que nem aqueles supermagro¹², a gente não tem noção, não sabia nem como fazia. A gente tá aprendendo muito ainda. (...) Os bichinho atacando, a gente tem que fazer os repelente, isso aí gente não sabia nada. (...) É que nem eu te falei, é fundamental assistência técnica” (Felipe).

Esse conhecimento técnico que a agroecologia demanda tem suas raízes na própria agricultura camponesa. A diversificação agroecológica ia colocando em curso o resgate do saber camponês e da autonomia desses trabalhadores, que há gerações vinham se perdendo no cultivo do fumo. Ao acompanharmos as atividades de trabalho das famílias

¹¹ Defensivos feitos a partir de insumos naturais e empregados no cultivo de alimentos orgânicos

¹² Biofertilizante foliar utilizado no adubo das plantas.

na agroecologia, chamava atenção o domínio técnico que os camponeses precisavam ter: o conhecimento das sementes, as maneiras mais eficazes de adubar a terra, o ciclo produtivo de cada uma das hortaliças que cultivavam, o período certo de plantio e de colheita de cada uma, os efeitos do clima sobre elas, os ciclos lunares e a maneira como influenciavam no cultivo, as pragas e doenças que podiam ocorrer, as técnicas de prevenção e de cura contra elas e uma série de outros aspectos que necessitavam dominar. Tudo isso demandava um alto grau de criatividade para utilizar os recursos existentes na própria propriedade de modo eficaz, sustentável e integrado. Para isso os camponeses precisavam empregar o conhecimento que tinham sobre sua própria propriedade.

Quando saíamos caminhar pela propriedade na companhia dos camponeses, eles iam chamando atenção para aspectos que facilmente passariam despercebidos aos olhos destreinados de quem não tem muita proximidade com o contexto do campo. Em uma dessas caminhadas, acompanhadas por Valdir e Edinéia, o casal ia apontando para as diferenças da terra em um e outro perímetro, a direção do escoamento da chuva na propriedade e as espécies de pássaros que se aproximavam de acordo com as árvores que ali estavam. Enquanto caminhávamos em uma pequena estrada ao lado da mata nativa, Valdir apontava para os pés de erva-mate que haviam plantado e, em seguida, para um pequeno pé de amora que começava a crescer no meio da mata: *“Isso é trabalho de passarinho, não foi a gente que plantou. Bonito, né? Os bichinho vão trabalhando também”*. Em meio a centenas de árvores, Valdir identificava e diferenciava aquela. Conhecia sua terra, sabia o que ela cultivava e de onde vinha o que ali nascia.

O cultivo agroecológico ia resgatando o saber camponês e abrindo espaço ao necessário conhecimento dos camponeses sobre a terra que lhes pertencia. Era preciso voltar a olhar de maneira integrada para toda a natureza ali existente e se reaproximar dela. Isso tudo começava a fortalecer a autonomia das famílias em sua própria atividade de trabalho, colocando-as novamente no centro, não só da execução, mas de toda a organização dessa atividade. A divisão entre as atividades de planejamento e execução vivenciada na fumicultura perde aí sua força e vai sendo rompida, permitindo aos camponeses a realização de seu trabalho de maneira mais integral. Esse domínio de todo o processo de produção, que inclui seu próprio fazer e também os meios de produção necessários a ele, fortalece a autonomia camponesa e afrouxa os elos de submissão ao capital. É o que ocorre com o uso de insumos feitos a partir dos recursos existentes na própria propriedade e do uso das sementes crioulas, por exemplo, que ao serem cultivadas

e armazenadas de um ano para o outro, liberam os camponeses da submissão ao circuito do mercado agroindustrial.

Esses camponeses, cada vez menos, dependem de recursos externos do circuito do capital; os processos de trabalho e de produção apontam para além do imediatismo do lucro e da produtividade. Constroem condições de autopreservação dos processos de trabalho na agricultura em sua relação com a natureza e ajudam, então, na desconstrução do caráter destrutivo da produção nos marcos do capital. [...] esse domínio do processo produtivo, que é a forma de controle nas linhas de produção do capital, torna-se elemento de autonomia para o camponês, na medida em que, supera a alienação gerada pela divisão do trabalho (MAZALLA NETO, 2015, p.255).

Nesse resgate do conhecimento camponês, a troca de saberes ia novamente ganhando espaço na comunidade. Os camponeses passavam a reconstruir os espaços de diálogo e da troca de conhecimentos entre eles, o que contribuía para fortalecer os vínculos comunitários, como acontecia com as famílias que faziam parte da OCS Viver Bem.

Era possível notar que a importância das relações comunitárias, característica presente em muitas comunidades camponesas, fazia com que a diversificação também tivesse uma dimensão coletiva para os camponeses que participavam do projeto. Felipe destaca em seu relato o fato de estarem servindo como exemplo para a comunidade, o que lhes fazia carregar certa responsabilidade em serem bem-sucedidos na diversificação agroecológica.

“O pessoal também tá usando a gente como exemplo. Se tiver alguma coisa que deu errado, você vai ser o exemplo. Eles tão usando as pessoa desse grupo do Viver Bem como exemplo” (Felipe).

Também Valdir explicita essa dimensão quando aponta seu desejo de implementar a diversificação e servir de exemplo para a comunidade, compartilhando suas experiências e incentivando mais famílias a diversificarem:

“Eu acho que nós tem que correr atrás até a última gota. A gente tem que dar a cara pra bater. Se unir, fazer reunião. Se nas reunião a gente conversar, contar o que nós tamo fazendo agora, passar esse conhecimento pros outros. (...) Porque a gente tem que ensinar as coisa boa, passar pros jovem, fazer eles gostar e querer viver no mato cada coisa boa, cada momento tem que ser bom pra gente. (...) É que nem eu falei, a gente tem que fazer pra ser bom pra gente e servir de exemplo pros outros, pra que os outros tenham mais condição” (Valdir).

Vemos aí uma concepção mais integrada e totalizante do próprio papel do sujeito na comunidade. Os motivos da diversificação ultrapassam os limites e interesses individuais e se ampliam no sentido da comunidade e também das gerações futuras, como vemos na fala de Edinéia: *“Eu acho que as coisa que nós vamo deixar se continuar assim, essa destruição, os mais novo não vão desfrutar de nada que seja bom”*.

Nesse longo caminho de mudanças que os camponeses começavam a percorrer, os espaços de formação e a assistência técnica, baseada em modelos sustentáveis de agricultura, constituíam-se como um importante trabalho formativo no âmbito do Projeto de Diversificação, contribuindo para que os camponeses comessem a construir uma concepção mais crítica, não só de agricultura, mas de mundo, rompendo com importantes traços da individualização gerada no seio do modo capitalista de produção. Esses espaços de formação permitiam a eles compreenderem de maneira mais crítica toda a organização da cadeia de produção e comercialização do tabaco, tomando consciência da exploração a que estavam sendo submetidos pelas empresas e dos prejuízos socioambientais que esse cultivo vinha causando.

“Se não fosse o projeto nós não tinha mudado, tava plantando fumo até hoje. Nós fomo participando das coisa. Dizem que não adianta participar e não fazer, só que se você for escutando, aquilo vai entrando na tua cabeça e você vai mudando. Nós paremo com o fumo. Eu acho que se não fosse esse projeto, não ia parar. (...) Eu acho que não só esse grupo que nós tamo [OCS Viver Bem], mas outros grupo que tinha as reunião, você vai escutando, você vai aprendendo as coisa, um jeito de você viver diferente. Eu penso que eu podia ter mudado bem antes. Me falaram: o que que adianta você participar de reunião e não praticar? Você pode não colocar em prática ali, mas você se abre, é de um jeito diferente. Que nem agora, nós não produzimo nada, só que o jeito de nós viver em casa já mudou bastante. Então eu acho que as reunião ajuda você a refletir um pouco nas coisa. (...) antes eu pensava totalmente diferente. E o que que adiantou eu participar de reunião? Pra mim adiantou muito, pra enxergar coisa lá pra frente” (Penha).

Em um dos trechos citados anteriormente, Valdir fala de uma “mudança no pensamento”. Em seu relato, Penha aponta para algo que vai “entrando na cabeça” e gerando mudanças em suas formas de conceber e compreender o mundo. Localizamos aí um importante processo de tomada de consciência, que se funda sempre em uma relação ativa de compreensão do sujeito acerca do meio social. Mesmo com as dificuldades enfrentadas até aquele momento para colocar em prática o cultivo agroecológico, Penha coloca em evidência a importância das transformações no processo de consciência que os

espaços formativos no âmbito do projeto possibilitaram. Essas transformações aparecem como um aspecto basilar e indispensável à práxis dos camponeses que transforma sua própria realidade.

Embora as famílias estivessem ainda dando início às atividades de diversificação, além dessas transformações subjetivas pelas quais passavam, era possível notar mudanças objetivas em seu cotidiano:

Marcela: Vocês percebem mudança na vida de vocês por conta da entrada no projeto?

Juliana: Totalmente. Pra mim é um negócio... você manter um minhocário. Você corta uma grama e já leva direto lá. Antes eu ia com o isqueiro e acendia, já acabava com o problema. Então a minha rotina mudou. Tem ali o lixinho só de orgânico. Já deu uma diferença.

Felipe: E a própria alimentação.

Juliana: A própria alimentação da gente já mudou muito. Eu acho que a coisa melhor que tem é você todo dia comer uma salada diferente, ter uma variedade.

Felipe: Porque não é só pra venda, você vai comer também.

Juliana: A saúde da gente fica melhor.

Felipe: Muda bastante, muda bastante. A gente não chegou a entregar ainda, mas já chegou a produzir pra gente bastante.

Juliana: Eu acho muito importante porque a vida da gente fica melhor, você tendo uma boa alimentação, vai se organizando. Porque no começo você tem que ajeitar tudo, você vai pegando uma rotina de trabalho. O lixinho dos orgânico com os resto de comida, já vai pro destino certo. Coisa que antes se perdia.

Aspectos cotidianos da vida dos camponeses já vinham passando por significativas mudanças, como a rotina de trabalho e a alimentação. Toda a lógica de organização da propriedade passava a ser feita no sentido de aproveitar os recursos ali existentes. Nas palavras de Juliana, esse conjunto de mudanças tornava a “vida melhor”. Também Silmara percebia essas mudanças em seu trabalho com as famílias.

“Hoje eles veem totalmente diferente, eles olham pra um pé de batata doce, um pé de mandioca, um pé de chuchu, eles conseguem ter mais amplitude daquilo, que daquilo eles podem se alimentar e podem vender. Antes não, cortava e jogava fora porque tava virando praga. Agora eles dão mais valor pro produto deles mesmos” (Silmara).

É possível notar aí que a própria relação dos camponeses com os alimentos e com a propriedade vinha sendo ressignificada, como vemos na fala de Valdir sobre os planos para a organização da propriedade:

“Nós vamo plantar umas árvore pra fazer sombra pros bicho. Eu tô pensando de plantar umas árvore com flor pras abelha e ponhar umas caixa de abelha. Porque daí nem que não tenha pra vender, eu penso em sustentabilidade. Se eu conseguir um pouquinho de mel, o que você plantar você colher, os peixe, carne, tudo daqui, o que menos você comprar e ir buscar no mercado você já tá lucrando. É uma coisa que eu sonho faz tempo é com o biogás, porque através do biogás, depois que a gente se organizar, pode usar até pra uma condução, no carro. A gente pode produzir o gás na propriedade, usar resto de verdura se não tiver criação. O que tiver que desmanche ali, se você jogou lá dentro, tá produzindo gás e tá produzindo adubo. Eu vou usar o adubo, vou colher melhor, vou gastar menos. Talvez um gerador, você tem o ponto de luz, mas deixa lá, usa o gerador, usa o gás” (Valdir).

Os planos que, segundo os relatos de Valdir, envolviam antes a compra de mais terras para o plantio de fumo, davam lugar ao planejamento de uma organização da propriedade em que a noção de sustentabilidade era basilar. Uma área próxima à casa de Valdir e Edinéia, que antes era utilizada para o cultivo do fumo, já havia ganhado uma nova destinação: o cultivo de alimentos agroecológicos e o aviário.

Valdir: Tudo ano que nós fazia, o melhor fumo era aqui na frente. Daí todo mundo diz assim que tamo perdendo tempo porque podia ter plantado fumo, sempre dava fumo bão aqui. Mas as água nossa é tudo aqui em baixo, se planta fumo e chove, vem tudo aqui.

Edinéia: Cheiro de veneno de noite. Antes aqui era rodeado de fumo. Saia pra fora, era aquele cheiro de veneno.

Valdir: A parreirinha nunca carregava, branqueava tudo porque passava o gamit na terra, que é o veneno pra não vir mato e branqueia tudo. Agora saiu um gamit que é mais forte do que já era e daí passam longe com as bomba, branqueia tudo as folha de árvore grande, árvore forte. Eu gosto de plantar arvoredado e essas coisa assim. Plantar comida agora que nós comecemos a pensar, pelo projeto de diversificação que tá apoiando.

O casal já notava as transformações decorrentes da mudança na pequena área. A parreira começava a dar frutos e os impactos do uso de agrotóxicos eram menores, já que não havia mais fumo sendo plantado próximo à casa. A área estava há dois anos sendo corrigida e agora dava espaço à estufa de verduras e ao aviário. Outra parte do terreno já havia sido aberta e também dava espaço ao cultivo de alimentos agroecológicos para comercialização. Edinéia e Valdir também planejavam plantar mais árvores frutíferas na propriedade e criar abelhas para a produção de mel.

Embora essas mudanças e a melhora na qualidade de vida das famílias já fossem notórias, a produção de alimentos agroecológicos não era suficiente para que os camponeses pudessem se manter financeiramente. Além disso, a atividade de criação das

aves também não havia sido iniciada. O tabaco continuava sendo a principal fonte de renda das famílias, mesmo no caso da família de Penha que, embora durante a safra de 2016/2017 não tivesse cultivado o tabaco, teve sua principal renda no trabalho de Penha e Omar como camaradas na colheita do fumo.

“Hoje na verdura, pra você pagar uma prestação de trator, um documento, você não consegue” (Henrique).

“Nós sabemos que vai demorar pra nós sair do fumo por causa que nós dependemo da receita do fumo. Não tem como competir com o fumo, as verdura no momento não tem como, elas vêm pra diversificar, pra você ter uma renda a mais. Acaba tendo uma alimentação melhor também” (Felipe).

A comercialização dos produtos resultantes das atividades de diversificação era um dos pontos que geravam mais dificuldades e também mais resistência por parte das famílias que cultivavam o tabaco para diversificarem sua produção. Como vimos, o escoamento da produção do tabaco era garantido através do contrato firmado com a empresa integradora, facilidade que os camponeses não encontravam fora do sistema de integração. Daí a importância dos programas governamentais, como o PAA e o PNAE.

O PAA foi instituído no ano de 2003 com duas finalidades principais: a promoção do acesso à alimentação e o incentivo à “agricultura familiar”. O programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar com dispensa de licitação para destiná-los às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição (BRASIL, 2012). Buscando promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, assim como incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional, a aquisição de alimentos agroecológicos ou orgânicos no PAA pode ter um acréscimo de até 30% em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais.

Já o PNAE, foi criado em 1979, embora suas primeiras iniciativas datem da década de 1950, com a criação da Campanha Nacional da Merenda Escolar. O PNAE consiste na transferência de recursos financeiros para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar, visando garantir aos estudantes da rede pública uma alimentação saudável e de qualidade. Como estabelece a Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009, uma das diretrizes do programa é o apoio ao desenvolvimento sustentável, incentivando a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e

preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e quilombolas. Os recursos financeiros são repassados aos municípios e estados pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), sendo que 30% do total deve ser destinado à aquisição de produtos da agricultura familiar. Além disso, tal como ocorre no PAA, os preços dos alimentos orgânicos ou agroecológicos podem ser acrescidos em até 30% em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais (BRASIL, 2013).

Uma das ações no âmbito do Projeto de Diversificação era a de garantir a comercialização dos produtos das famílias nesses programas, como ocorria com as famílias da OCS Viver Bem. A venda garantida da produção agroecológica é um fator importante no processo de diversificação, já que a comercialização é uma das maiores dificuldades encontradas pelas famílias.

“Na verdade esses projeto [PAA e PNAE] é uma coisa muito boa porque daí você programa, programou pra vender aquilo, você sabe que aquilo é garantido. Você planta, colhe e vende. Nem que seja pouco” (Valdir).

Além disso, como aponta Silmara, os programas ampliam a possibilidade de venda dos alimentos agroecológicos a um valor agregado, já que o certificado concedido através do OCS não permite aos agricultores comercializar para supermercados ou outros estabelecimentos.

“Os programas são fundamentais pelo fato de que pela certificação OCS as famílias só podem fornecer pro consumidor final, não podem vender pra um mercado, ou seja, é só em feira, PAA, PNAE, sacola direta pro consumidor final. Isso é uma regra, então precisa ter o programa senão não fortalece” (Silmara).

Tanto o PAA quanto o PNAE têm exercido ampla contribuição no fortalecimento da agricultura camponesa, ampliando o mercado e assegurando às famílias agricultoras a comercialização de seus produtos. Além disso, contribuem para elevar a qualidade da alimentação das pessoas que têm acesso a ela, colaborando com a segurança alimentar e nutricional da população. Para Silva, Bezerra e Furtado (2013), dentre os ganhos proporcionados pelos programas, está o fato de que a venda para o mercado institucional permite aos camponeses perceberem-se como sujeitos capazes de alterar o curso histórico de exclusão e de invisibilidade a que estão submetidos a partir do momento em que se

enxergaram como fornecedores de alimentos que carregam consigo saberes e culturas. Nesse mesmo sentido, Coutinho e Hartmann (2012) afirmam que o PAA transformou-se em uma importante ferramenta de fortalecimento do processo de transição agroecológica das famílias envolvidas, contribuindo para o redesenho da unidade produtiva, a diversidade do cultivo e a organização e dinamização da comercialização de produtos.

No relato das famílias, a renda obtida com a comercialização dos alimentos agroecológicos também aparece como uma das motivações para a diversificação, embora a principal delas seja a busca por uma melhor qualidade de vida. Esse aspecto também é ressaltado por Silmara:

“O PNAE tá cada vez mais abrindo porta pros produtores rurais. Primeiro eles têm que licitar o que o produtor rural tem pra depois buscar no mercado o convencional. Tá sendo assim, virou lei, tá legal. Tá incentivando bastante. O pessoal da prefeitura, os procuradores, os advogados entenderam e tão apoiando. Isso ajuda muito, é um apoio muito bom do município. Porque você tá trabalhando e não ter comércio é difícil. Tem que entrar dinheiro. Se não entrar dinheiro, não entrar renda, ele não vê uma vantagem em diversificar. Diversificar só por achar bonito não consegue, a família não se sustenta. Tem que analisar isso também. É autoconsumo, melhora a saúde, mas como renda também. Até porque pra substituir a renda do fumo não é qualquer outra atividade, ainda mais pra pequenas áreas. Tem que ter renda. A gente também tem que se colocar no lugar deles. Eu se eu não trabalhar, não tenho renda. Aí eu vou cultivar só uma horta no quintal? As famílias hoje querem ter um carrinho melhor, uma casinha melhor, elas querem ter uma vida melhor. (...) As famílias que estão na agroecologia, elas têm essa visão de saúde e coisa e tal, mas tem que ter um resultado de renda. Se elas produzirem só por produzir e não ver retorno, desmotiva. Precisa acontecer” (Silmara).

Quando as famílias conseguem comercializar os alimentos produzidos, o cultivo agroecológico aparece também como atividade que gera renda, além daquela obtida com o fumo. Esse aspecto é fundamental, pois se constitui como um afrouxamento no elo de dependência das famílias em relação ao fumo. O Projeto de Diversificação vinha conseguindo ampliar a inserção dos camponeses nos programas do município e avançar na garantia da comercialização, como relata Lúcio.

“A questão dos programas governamentais, a Secretaria [de Agricultura] trabalhou durante uns dez anos e no começo desses dez anos tinha 150 famílias trabalhando. No final eles foram selecionando e ficaram com 40. Nos últimos três anos ficaram quarenta famílias entregando alimentação nas escolas. O Projeto de Diversificação, com um ano conseguiu colocar 70 famílias a mais” (Lúcio).

Embora a inserção nesses programas viesse ganhando espaço, as famílias relatavam uma série de dificuldades na entrega dos produtos. Quando realizamos a segunda etapa da pesquisa, as três famílias já estavam entregando alimentos agroecológicos no programa da Merenda Escolar (PNAE) do município, mas havia dificuldades na negociação com a nutricionista da escola que era a encarregada por receber os produtos.

Juliana: A nutricionista tá sendo muito severa pra nós, com qualidade, tamanho. E nós tamo começando. O orgânico depois que você consegue ajeitar a terra... você tem que carregar ela de coisa boa pra depois você conseguir tirar uma produção boa. No começo a terra tá pobre de nutriente, você vai ajeitando ela. Depois que você conseguir ajeitar, você tem um produto melhor. Mas assim no começo, que é terra nova, destocada, você tem que colocar calcário, repor tudo. A hora que você conseguir corrigir o solo, é outra coisa, daí vai bem, produz melhor, você tem um produto melhor.

Felipe: E esse ano tá muito difícil, o clima não tá colaborando.

Juliana: Frio. Plantava e a geada matava. Sabe aquela geada negra que é chuva gelada?

Felipe: Congela e mata.

Juliana: Nosso problema tá sendo assim, uma falta de diálogo com a prefeitura. A nutricionista perguntou pra nós o que que nós ia ter pro mês de julho. Nós falamos que ia ter couve-flor e brócolis, do começo do mês de julho até às férias. O que que aconteceu? Ela não pediu isso. Ela pediu uma semana depois das férias e aí o brócolis e a couve-flor não tem como manter. Só conseguiria se tivesse uma câmara fria pra estocar, mas assim não tem como. Daí o nosso brócolis vendemo no PAA, o resto consumimo e metade perdemo. Depois ela pediu 28 quilo de brócolis e eu não tinha nada. Daí se você planta bastante, perde, meio que desanima a gente.

Felipe: Quando a gente fala pra ela: “vai ter isso pra essa semana”. Ela diz “Ah, não. Não tá no cardápio das crianças”.

Juliana: Ela devia fazer o cardápio do mês inteiro. Ela pedia 30 quilo de repolho pra um pessoa e a pessoa não tinha, só tinha 28, daí ela pedia 2 quilo pra outro.

Como vemos nesse trecho da entrevista, os camponeses estavam enfrentando uma série de dificuldades relacionadas, tanto ao próprio cultivo, produção e conservação dos alimentos, quanto ao diálogo com os profissionais da prefeitura. Valdir e Edinéia também relataram esse tipo de dificuldades. O contrato do casal com a prefeitura no programa da merenda escolar incluía a entrega de produtos diversos, como mandioca, alface, batata doce, cebola, cenoura, beterraba, brócolis, couve-flor, salsinha e cebolinha, num total de R\$2.020,00. Eles haviam realizado uma primeira entrega, na qual as cenouras produzidas

foram rejeitadas por serem menores do que o padrão de tamanho encontrado nas cenouras convencionais. Henrique e Valdir relatavam o desânimo com essas dificuldades: “*Esse negócio da merenda escolar, já desanima, dá uma misérinha e a turma lutando pra entregar*” (Henrique). Para Juliana e Felipe, as incertezas da obtenção de renda com a produção dos alimentos impactavam nas suas expectativas em relação à saída definitiva do cultivo do tabaco:

Felipe: Ah, não dá. Tá muito incerto ainda, tá muito incerto! Pra parar com o fumo é só se tiver certeza. A gente tem financiamento [da estufa de fumo], não tem como.

Juliana: A renda do orgânico é tipo uma rendinha extra que tem.

Felipe: Quem sabe se produzir forte mesmo, aí dá. Mas no momento sem chance.

Outra dificuldade apontada pelas famílias diz respeito ao curto período de duração do Projeto de Diversificação. Muitos dos camponeses não se sentiam preparados para seguir desenvolvendo as atividades de diversificação autonomamente.

“Como eu falei, se parar esses negócio de apoio dos técnico da diversificação, o troço não anda porque, na verdade, enquanto tem gente colocando na cabeça das pessoas que dá pra mudar, incentivando, eu acho que ainda tem chance de mudar. Agora, se não tiver apoio, vai desanimando” (Valdir).

Juliana: A turma ficam inseguro porque pode ver, a gente fala que o projeto vai até novembro e dá aquele medinho. E agora? É a mesma coisa que ficasse órfão, sabe? A sensação é essa. E quem que vai ser a nossa mãezona, que agora é a Silmara. E agora como é que nós vamo fazer? A gente fica com aquela sensação de insegurança porque eu acho que falta um pouco de apoio também.

Felipe: São cinquenta ano que eu saiba mais ou menos que tem produção de tabaco e aí três anos pra diversificar?

Juliana: Tem aquela insegurança, né? Será que nós vamo conseguir?

A esse respeito, cabe atentar para as limitações encontradas no âmbito das políticas públicas, em especial aqui, as políticas de ATER e os programas governamentais como o PNAE e o PAA, tanto em relação à sua elaboração quanto à implementação e execução. Essas políticas vêm sendo implementadas dentro de um modelo político que favorece a coexistência de dois modelos distintos de desenvolvimento rural em disputa no cenário brasileiro, um que corresponde à agricultura convencional (baseada nos padrões da Revolução Verde) e outro correspondente à agricultura camponesa, que dá base aos estilos sustentáveis de desenvolvimento rural. A disputa entre esses modelos

ocorre em uma desigual correlação de forças. Como destacam Caporal e Petersen (2012), os grupos do agronegócio mantêm sua iniciativa e influência sobre as orientações do Estado, reafirmando sua hegemonia nos planos político, econômico e ideológico. Há assim um desequilíbrio do poder político, favorável aos interesses do capital financeiro, das grandes corporações transnacionais e da propriedade fundiária.

Uma das consequências desse contexto de contradições e disputas em relação à agroecologia é a característica fragmentária que sua inserção nas políticas públicas assume. Isso porque, como lembram Caporal e Petersen (2012), até o momento o Brasil não foi palco de uma ação efetiva e ampla de políticas públicas indutoras de uma nova perspectiva paradigmática para o desenvolvimento rural. Para os autores, as iniciativas de políticas públicas que favorecem uma transição agroecológica têm caráter pontual e não vêm respondendo ao que pode ser compreendido como uma política pública, mas sim como fragmentos isolados de iniciativas incluídas em projetos e programas, como é o caso do PNAE e do PAA.

É necessário apontar que, embora esses programas possibilitem uma série de avanços à agricultura camponesa agroecológica, as transformações geradas a partir disso não geram mudanças estruturais em relação ao modelo de desenvolvimento rural brasileiro, já que o modelo convencional de produção agrícola ainda predomina. O potencial de transformação dessas políticas permanece aquém do esperado, justamente porque a inserção de modelos rurais de base sustentável ocorre nelas de forma fragmentada e pontual. As limitações que vão daí decorrendo reverberam diretamente na vida das famílias que têm nessas políticas a assistência técnica indispensável à diversificação e uma importante via de acesso à comercialização de sua produção.

Nos constantes movimentos no campo das políticas públicas, em que entram em jogo as limitações e os avanços possíveis, a realidade concreta dos sujeitos que delas fazem uso vai sendo transformada. As políticas de assistência técnica, através do Projeto de Diversificação, e as políticas de comercialização, através do PNAE e do PAA, vinham se constituindo como determinantes objetivos nas possibilidades de diversificação das famílias que participaram da pesquisa. Nas possibilidades que começavam a ganhar os contornos do real, os camponeses se lançavam ao desconhecido que o longo caminho da mudança lhes provocava.

Juliana: A gente lidando com verdura, a gente tá saindo da nossa zona de conforto. Você tá se arriscando num mundo novo, muita coisa a gente não conhece, tem que assumir. Nós tamo aprendendo. O fumo a gente já sabe de cor como que a gente vai agir. Então nós tamo saindo dessa zona de conforto do que tá fácil ali pra tentar uma coisa diferente e quem sabe um dia sair.

Felipe: As pessoas não gostam de sair da margem de segurança. Os cara não vão se arriscar, não vão trocar o certo pelo duvidoso.

Juliana: Pras pessoa no geral é como se a gente tivesse fazendo loucura.

Felipe: A gente tem que ver que há cinquenta ano, uns cinquenta, sessenta e poucos ano atrás, os cara que começaram a trabalhar com fumo aqui também eram considerado louco. Meu Deus! E era bem mais difícil ainda. Eram considerado louco. Então a gente pode ser os pioneiro nisso, talvez diversificar e acabar com essa cultura aqui.

Juliana: Quem sabe, né Felipe, vamo falar pros nosso neto que fomo os primeiro.

Deixar o cultivo do fumo aparecia como um grande desejo das famílias. Em tom aceso e voz firme Felipe dizia: “*Se um dia a gente vier a largar do fumo vai ser um sonho realizado*”. O sonho começava a ganhar ares de tornar-se tangível com a participação no Projeto de Diversificação. Aos poucos as famílias começavam a se organizar e caminhar rumo aos novos horizontes que buscavam e que a agroecologia trazia como possibilidade. As mudanças já vinham ocorrendo, transformações objetivas e subjetivas iam ressignificando as relações ali estabelecidas e toda a organização da vida desses trabalhadores e trabalhadoras do campo, que, na disponibilidade para o novo, resistiam em sua existência camponesa.

5.2. Mudanças possíveis, novos sentidos

No processo de diversificação agroecológica nos deparamos com importantes mudanças na vida das famílias. O início das atividades de diversificação já evidenciava as transformações no cotidiano de trabalho e na organização da propriedade, levando os camponeses a novas vivências. A realidade objetiva, que é a fonte das vivências humanas, estava ali em processo de mudança: a terra antes ocupada pelo fumo era agora o chão de onde brotavam os alimentos; a parreira começava a dar frutos; as formigas voltavam a se entrincheirar pela terra, agora sem agrotóxicos; o esterco dos animais passava a ter como destino a adubagem; novas atividades de trabalho eram realizadas; os próprios camponeses começavam a organizar o processo de produção; o alimento posto à mesa

vinha da própria propriedade; o peixe era pescado no tanque ao lado da casa, dentre tantas outras mudanças que as famílias já vivenciavam. No bojo das novas vivências, novos sentidos iam ganhando espaço.

Com a diversificação agroecológica as famílias buscavam ter melhores condições de saúde e qualidade de vida, o que incluía o cuidado da natureza e a obtenção de uma outra fonte de renda. A renda, nesse caso, era um fator importante, mas não se constituía como o principal motivo da atividade de trabalho, diferentemente do que ocorria na fumicultura. Há aí uma reconfiguração que reordena motivos existentes e faz surgir outros novos. Os camponeses explicitam essa reordenação do lugar que a renda enquanto motivo passa a ocupar na atividade de trabalho, deixando de ser central e dando espaço ao surgimento de novos motivos.

Marcela: A principal motivação pra vocês tentarem uma outra coisa, qual é?

Felipe: Qualidade de vida, com certeza. Imagine trabalhar só com verdura!

Valdir: A gente pensa em viver bem, sem muito agrotóxico, essas coisas.

(...)

Marcela: E por que agroecologia? Qual é o motivo?

Valdir: Porque a gente mesmo vai vendo, por exemplo, a falta de água. Nós vimos ali...

Edinéia: Por que destruir se a gente pode plantar sem destruir a natureza?

Valdir: É uma visão igual a Silmara passou pra nós, da renda. Ela falou assim: “Olha, nessas cabeceira você planta uma erva mate. Você vai colaborar com a agroecologia, com o meio ambiente, e vai ter renda”. Então existe meios de mudança, só que não é do dia pra noite.

Edinéia: Se você vai plantar um pé e tomate, você vai vender o tomate a R\$5,20. Isso conta como renda também. O convencional tá um e pouco o quilo, dois no máximo. Eu acho que conta a renda e a qualidade de vida. Mais é a qualidade de vida.

Os próprios camponeses explicitam em que consiste essa melhor qualidade de vida:

Marcela: E o que é qualidade de vida pra vocês?

Valdir: Pra mim é você ter um cantinho ali, que você cuide...

Edinéia: Você ter tudo o que você quiser ali, pra você sobreviver.

Valdir: Eu preciso de uma batata doce, eu vou lá e tiro. Que o meu mercado seja ali, o que eu planto eu sei como eu fiz.

Edinéia: Você tá com uma dor, vai na horta tira um remédio e faz.

Valdir: Qualidade de vida não é você ter dinheiro e um carrão na garagem, uma casa bonita. Qualidade de vida é você viver bem, com saúde. Se chegou uma visita pra você, você vai com aquela felicidade

de fazer um almoço, uma comida ali que é saudável, tomar uma água da bica, geladinha. Você ir num pé de fruta e compartilhar. Isso é qualidade de vida.

Henrique: Chegar uma visita, você ficar tranquilo, sem fazer nada obrigado.

Edinéia: Qualidade é ter saúde e viver bem.

Henrique: Você fazer o que você gosta.

Valdir: Eu acho que se nós conseguir manter, organizar, produzir orgânico, viver bem, consumir o que você mesmo produz, ter uma vida bem saudável, você ter uma rendinha disso que você produz pra você se manter, pagar combustível, luz, você ter o remédio dentro da tua propriedade. O alimento saudável é o remédio. Se pelo menos o que nós comer, não tenha veneno, nós vamos cada vez melhorando. Esses que pensam assim que vão plantar fumo, se aposentar e viver dessa aposentadoria, às vezes não chega nem a se aposentar por causa das doenças do fumo. Se a gente tenta mudar, vai acabar que, pra frente, quem tenta lidar com agroecologia, cuidar do seu terreno, vai ter uma água boa, um jeito de viver bem saudável.

Marcela: O que é qualidade de vida pra vocês?

Felipe: É um trabalho mais tranquilo, não mexer tanto com agrotóxico, não se expor a fator de risco, não ter que trabalhar na chuva. Ter essas possibilidades de você ficar mais tranquilo na casa, essas coisas. No fumo, às vezes nem consegue dormir de noite quando chega a época de safra tem que trabalhar o dia inteiro e ficar acordado à noite ainda.

No caso de Valdir, Edinéia, Penha e Henrique, notamos que a própria compreensão do que significava desfrutar de uma melhor qualidade de vida vinha atrelada à questão do cuidado com a natureza.

“Agroecologia não é pra ganhar dinheiro, é pra viver bem. É bom cuidar da natureza e viver nela. (...) Já que Deus deixou a natureza pra gente, tem que aproveitar e cuidar (...) É que nem eu sempre falo, se eu levantar cedo e ir lá roçar ou plantar uma arvorezinha ou duas, o meu dia é diferente. Eu me sinto bem” (Valdir).

“O vô fala que antes aqui era um rio, tinha um rio que passava e já não tem água mais, é uma valeta, antes era rio forte. E daí tem gente que não acredita na história de acabar a água. Que vai adiantar ter alqueires e mais alqueires de terra e não ter uma árvore em cima porque não tem água?” (Henrique).

Vemos começar a surgir um modo de viver em que os próprios sujeitos aparecem mais integrados à natureza. Seu cuidado e sua preservação passam a constituir uma dimensão fundamental do trabalho e da vida e vão delineando o enfrentamento que as famílias fazem às formas destrutivas de produção e apropriação da natureza através da retomada da agricultura camponesa. Notamos aí o mesmo processo apontado por Mazalla Neto (2015) em seu estudo sobre o trabalho na agroecologia: os camponeses estabelecem

uma nova relação com a natureza. A terra, que antes era utilizada para a reprodução da exploração do humano e da degradação ambiental, agora dá espaço à recuperação da natureza e da reorganização de relações de trabalho que se constituem de forma menos alienada e alienante. A ruptura entre o homem e a natureza, fortemente demarcada no modo de produção capitalista, vai perdendo sua força em um processo que novamente aproxima e integra a ambos. Como coloca Marx,

A natureza é o corpo *inorgânico* do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. O homem *vive* da natureza, significa: a natureza é o seu *corpo*, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza (1844/2010, p.84, grifos do autor).

Um aspecto importante destacado pelos próprios camponeses é que o trabalho no cultivo agroecológico possibilita a produção de riquezas sociais, nesse caso, de alimentos que serão consumidos pela população. O produto do trabalho tem aí um importante valor social, como podemos localizar nas falas de Felipe e Juliana sobre a produção de verduras e na de Edinéia sobre a criação dos frangos:

Felipe: No fumo é aquela questão que você produz algo que a tendência é fazer mal pra pessoa que fumar. Então você já sabe que você tá fazendo um negócio que não vai trazer o bem. Agora uma verdura, uma coisa assim, você já sabe que a pessoa vai comer e vai se sentir bem. Não vai ter câncer de comer verdura orgânica.

Juliana: O fumo você sabe que vai fazer mal pra pessoa. E já do orgânico é o oposto, é um produto que vai fazer bem.

Edinéia: Mesmo que nós não chegue a comer esses frango, eu acho que nós temo que pensar que nós temo que cuidar como se fosse pra gente, porque quem vai comer vai ter uma qualidade de vida boa, vai gostar. E o bichinho também, enquanto a gente tá criando a gente quer que ele coma uma coisa boa, que fique bem ali, não maltratar. Nessas outra granja que os bichinho fica tudo fechadinho ali...

Valdir: Aí favorece só os empresário, os grande. Porque nessas outra granja que é o convencional, como que não existe lei pro bem-estar do animal? Eles ficam se pisando um no outro, vinte mil ave dentro de cem metros. Sofrendo. Tá tudo errado isso aí.

O trabalho na agroecologia passa por uma significativa transformação em relação à fumicultura. Enquanto trabalho útil e necessário, ele é valorizado pelos próprios camponeses. O trabalho passa a ter um caráter autenticamente produtivo na medida em

que tem como mote a produção de valores de uso acima da produção de valores de troca. Esse é um aspecto fundamental no processo de atribuição de sentidos. Diferentemente do que se dava no cultivo do fumo, na agroecologia o significado social da atividade de trabalho passa a coincidir com o sentido que ela adquire para o trabalhador.

Como vimos, na fumicultura, o trabalho era realizado por um objetivo (obtenção de renda) e não por um motivo, na medida em que não coincidia com o objeto dessa atividade – em sua atividade o trabalhador efetivamente produz fumo (objeto) e não renda. O sentido da atividade para o trabalhador não coincidia com seu significado social, revelando uma atividade de trabalho alienada e alienante. No trabalho com a agroecologia, outros motivos passam a ser centrais: melhorar a qualidade de vida, desfrutando de melhores condições de saúde e mantendo uma relação de cuidado e equilíbrio com a natureza. A obtenção de renda também surge como motivo, mas aparece subjugada aos demais. Os motivos passam a coincidir com o objeto da atividade. Ao produzirem alimentos agroecológicos, que são o objeto de sua atividade de trabalho, os camponeses estão efetivamente mantendo uma relação de cuidado com a natureza e produzindo melhores condições de saúde e de qualidade de vida. Aí residem os sentidos da atividade de trabalho para os camponeses na agroecologia. Vislumbram nele a possibilidade de efetivar as mudanças que buscam.

Marcela: O que o trabalho na agroecologia significa pra vocês?

Valdir: É qualidade de vida. Cuidar da natureza e da saúde e ter a renda.

Marcela: O que o trabalho na diversificação significa pra vocês?

Juliana: É tentar uma mudança de vida, é um pequeno passo pra ir mudando aos pouquinhos.

Na agroecologia os sentidos atribuídos ao trabalho pelos camponeses passam a coincidir com seu significado social, nos revelando um trabalho menos alienado. O sentido do trabalho recupera a relação do homem com a integralidade da atividade de trabalho (planejamento e execução) e, portanto, com o próprio trabalho, com o produto do trabalho, com a natureza e com o gênero humano. Como coloca Mazalla Neto (2015, p.261), “o trabalho se mostra mais perto de ganhar sentido dentro da reprodução da vida enquanto criatividade, escolha, satisfação das necessidades e desejos humanos. [...]O camponês parece, então, mais próximo do humano como ser mediador da natureza e seu autodesenvolvimento”.

É preciso ressaltar que esse trabalho, no entanto, não está livre da alienação, já que ela é intrínseca ao modo capitalista de produção. Basta lembrarmos, dentre outros aspectos, que os produtos do trabalho na agroecologia também congregam valor de troca quando se transformam em mercadorias que serão comercializadas no mercado regido pelas leis capitalistas. Atualmente, vemos crescer os discursos e práticas favoráveis a uma alimentação mais saudável. Na busca de parte da população por uma melhor qualidade de vida, cresce a demanda e a oferta de alimentos orgânicos. Como apontamos anteriormente, os alimentos orgânicos, dentre outros aspectos, diferenciam-se dos alimentos agroecológicos na medida em que sua produção tem como foco um nicho específico de mercado, que são aqueles consumidores com maior poder de compra. Nesse sentido, a produção orgânica é fruto do trabalho abstrato, que visa a produção de valores de troca. A própria qualidade de vida é transformada em mercadoria pelo capitalismo, torna-se produto a ser vendido nas prateleiras dos mercados e consumidos por aqueles que dispõe de maior poder econômico para arcar com seus altos custos.

Tendo isso em vista, é preciso chamar atenção para o fato de que os camponeses que participaram da pesquisa referiam-se, com frequência, à sua produção como orgânica, e não como agroecológica. A esse respeito, um aspecto nos parece ser essencial, qual seja, o fato de que seus produtos, mesmo sendo resultantes da agricultura agroecológica, são absorvidos pelo mercado como produtos “orgânicos”, nomenclatura que tem visibilidade no contexto do capital e passa a ser aderida e utilizada pelos próprios camponeses. Aí outro ponto contraditório se revela: embora o alimento agroecológico tenha um custo de produção mais baixo por utilizar insumos existentes na própria propriedade, ao entrar no mercado como produto orgânico, ele é vendido a um valor agregado, maior do que aquele pago aos alimentos convencionais. A lógica de sua comercialização está, portanto, submetida às leis capitalistas de mercado. Os produtos agroecológicos, resultantes de uma prática que tem como princípio a ampliação do acesso da população a alimentos saudáveis, na busca e construção pela soberania alimentar, em alguma medida aparecem aí cooptados pela lógica capitalista de mercado.

Como lembra Mazalla Neto (2015) as determinações do trabalho não são só internas, mas existe todo um conjunto de definições externas do estágio avançado do desenvolvimento capitalista, como os preços, a venda concorrencial e as condições dos grupos compradores das grandes cadeias agroindustriais, que incidem sobre ele. Nesse sentido, compreendemos que a efetivação de um trabalho não alienado só será possível com a emancipação plena dos trabalhadores e trabalhadoras, o que só poderá ocorrer com

a superação do modo capitalista de produção. Essa emancipação se dá no processo histórico, no conjunto da sociedade como um todo.

Em que pesem as limitações inerentes ao modo de produção capitalista, a vivência dos camponeses no trabalho com a agroecologia nos aponta para elementos possíveis das rupturas com a opressão e a alienação do trabalho. Os sentidos a ele conferidos se alargam e ultrapassam a produção de mercadorias para a obtenção de renda. A relação com a natureza e com o próprio gênero humano se amplia. Nesse cenário, outros afetos passam a compor a vivência e os sentidos do trabalho.

*“É que nem eu sempre falo, se eu levantar cedo e ir lá roçar ou plantar uma arvorezinha ou duas, o meu dia é diferente. Eu me **sinto bem**. (...) É o **gosto de plantar**. A gente levanta assim num dia e diz: “Eu vou plantar um pé de banana naquele lugar, vou plantar um pé de ameixa” (Valdir).*

*“Eu não sei se é porque eu **sempre gostei** de mexer com quintal, mas eu fico **muito feliz** de ver uma plantinha que você coloca lá, é uma sementinha de nada e você vê se transformar num produto que é bonito. Eu sempre **gostei** e sempre insisti” (Juliana).*

*“Eu, pra mim, eu tando **trabaiando animado** e tendo pra comer, tendo um dinheirinho, o que der pra mim **tá bom**” (Valdir).*

“A sensação de vender um negócio que é sem veneno, o dinheiro não paga” (Henrique).

A experiência do trabalho passa a ser vivida pelos camponeses de maneira mais prazerosa na agroecologia. As novas vivências arrancam do trabalho aqueles traços de penosidade, amiúdam os pesares e redesenham-no em outros contornos. A efetivação do trabalho é agora a própria efetivação do trabalhador. O trabalho é ressignificado, ganha novos sentidos e se constitui em novos afetos.

Por outro lado, como vimos em trechos já citados das entrevistas, os camponeses relataram desânimo ao se depararem com várias dificuldades na entrega e comercialização dos alimentos agroecológicos na Merenda Escolar. Os afetos são também determinados pelas condições objetivas da realidade que, em suas contradições, nos avanços e limitações que engendram, vão gestando emoções, sentimentos e afetos diversos em relação a uma determinada vivência. É preciso ter em vista que o trabalho na agroecologia não é em si mesmo mais satisfatório ou prazeroso. Que ele se constitua como fonte de autorrealização dos trabalhadores dependerá das condições objetivas em que se realiza e da maneira como os sujeitos o vivenciam. A agroecologia, ao realizar-se no

interior da sociedade capitalista, permanece sob a ameaça constante da cooptação de seus princípios por esse modo de produção através da apropriação de seus aspectos técnicos em favor de interesses mercadológicos.

Todos os aspectos envolvidos no processo de troca e atribuição de sentidos ao trabalho são determinados pelas vivências. Esse é um dos pontos centrais à compreensão do processo de constituição dos sentidos. A maneira como os camponeses vivenciam todo o conjunto de mudanças objetivas e subjetivas que ocorrem no processo de diversificação da produção do tabaco para a agroecologia é que está na base do processo de atribuição de sentidos. Nos relatos dos camponeses temos os indícios e pistas para a compreensão desse aspecto.

As vivências, como vimos, consistem na unidade indivisível entre o meio e a personalidade. Congregam o conteúdo objetivo da realidade e o subjetivo já formado e desenvolvido no psiquismo do sujeito até aquele momento, através de suas vivências anteriores. A vivência, portanto, está diretamente ligada à história singular de cada sujeito. Sua história de vida nos revela por que o sujeito vivencia de determinada maneira um dado acontecimento e o atribui de sentidos.

Em nossas conversas com os camponeses, eles iam nos revelando acontecimentos singulares da trajetória de vida de cada um, que apareciam como determinantes em suas vivências da experiência de trabalho. Valdir trazia marcadamente em seus relatos sua preocupação em cuidar da natureza, aspecto que, como vimos, constituía os motivos da atividade de trabalho na agroecologia e passava a compor os sentidos a ele atribuídos. A fumicultura, fundada em práticas predatórias de agricultura, não permitia aos camponeses vivenciar essa dimensão do cuidado e do respeito à natureza, o que contribuía para uma vivência negativa da experiência de trabalho nesse cultivo. A compreensão de Valdir a respeito do cuidado da natureza aparece, então, como algo determinante na atribuição de sentidos à atividade de trabalho. Em seu relato, ele nos revela que essa compreensão decorria de vivências anteriores de sua trajetória escolar e, mais recentemente, do projeto de diversificação.

Marcela: Você sempre pensou assim?

Valdir: Na verdade, desde pequeno. Na escola sempre uma coisinha ou outra, dão uma explicaçãozinha. Tinha aqueles gibi falando pra não jogar veneno, as árvore e as plantinha falando que “veneno não”. Desde pequeno isso influi. A gente se interessava por aquilo, começava a ler. Eu era assim. Então é desde pequeninho. Nem trabalhar não trabalhava e ficava tentando explicar pros da casa. (...) Eu ia ajudar,

o pai jogava salitre, passava veneno, cortava lenha pra secar fumo, eu ficava olhando: tá tudo errado. Eu já tinha noção das coisa, do que era certo e do que era errado.

Edinéia: Conversava com as planta, a mãe dele conta..

Valdir: Isso já tinha um mínimo dentro de mim. Só que não tinha outro jeito pra nós ganhar a vida, então ia tocando. Às vez nós até comentava com a mãe, só que eles não tinham essa visão que nem hoje nós temo, de agroecologia. (...)No pensamento de criança você pensa direito e daí você quer fazer as coisa certa. Queira ou não, desde pequenininho, é um tio, um avô, uma professora, ela tenta passar o melhor das ideia pra você seguir a tua vida, o que é certo. Só que você vai crescendo e a realidade é outra. (...)Eu antes pensava em comprar a parte da terra dos irmão da Edinéia, crescer e plantar fumo. (...)Agroecologia e orgânico só começou... a gente tinha um pensamento, mas não tinha esperança. Hoje o que muda, o que os técnico trouxeram, é a esperança de que dá certo. Depois desses projeto de diversificação o meu pensamento mudou, voltou naquilo que um tempo lá trás eu sonhava e pensava e achei que não dava certo. E agora eu vejo que dá certo se a gente seguir.

Para Valdir a educação escolar teve um papel fundamental em sua compreensão a respeito da necessidade de cuidar e preservar a natureza. Ainda criança, ele tentava repassar os ensinamentos aprendidos na escola aos pais, que já cultivavam fumo. Ocorre que, como vimos, as condições concretas de toda a organização da fumicultura na região através do sistema de integração, vão fazendo com que as famílias permaneçam no cultivo do tabaco, a fim de garantir sua sobrevivência. Todas essas condições foram minando os aprendizados escolares de Valdir, que passava, então, a ver no fumo sua única possibilidade de sobrevivência e também de acúmulo financeiro:

“O meu pensamento, mesmo com aquele pouquinho de pensamento direito que eu tinha, eu já tava pendendo pro lado de conseguir mais e mais terreno pra plantar fumo porque dava bastante dinheiro” (Valdir).

Nesse processo, um fator importante, apontado pelo próprio Valdir, é todo o trabalho ideológico que as empresas realizam. Sua fala denota esse trabalho como uma das razões que o teria levado a desviar-se daquela perspectiva de cuidado com a natureza que aprendera em sua infância:

“No meu pensamento, se tivesse mais gente da agroecologia, o pessoal dos orgânico e os produtor que pensam um pouquinho direito se unir, e vocês e os técnico ir batendo em cima pra não desviar aquele pequeno foco que a gente tem do tempo de escola, de criança, as informaçãozinha pequena que vem... Pra alinhar. Porque, o que que

acontece? Essas empresa fumageira, eles formam pessoas pra dar informação do contrário, que isso não funciona” (Valdir).

O relato de Valdir nos revela uma trajetória de vida em que determinadas vivências de sua infância foram fundamentais aos desdobramentos posteriores de sua atividade de trabalho na vida adulta. Os aprendizados da infância reverberavam nos incômodos e desprazeres na vivência do trabalho no fumo. Ao trazer como possibilidade a saída do fumo e a realização de uma agricultura não predatória, a chegada do projeto de diversificação retomava e ressignificava suas vivências da infância, criando um novo espaço para que as compreensões daí advindas voltassem a ganhar força.

A participação no projeto também aparece como determinante na história de Edinéia:

Marcela: E você Edinéia, já pensava assim antes? Em ter mais qualidade de vida, em cuidar da natureza?

Edinéia: Vem mais de agora porque nós ia pra escola, mas quando a gente chegava na casa e queria contar o que aprendeu pro pai, ele já: “Ah, nem venha”. Ninguém dava a mínima pra gente. Não é que nem agora que o que a gente puder ensinar pra criança já vai passando. Antigamente não era assim. Eu comecei a pensar assim, pra falar bem a verdade, depois que começou o projeto, quando a Vera¹³ veio a primeira vez aqui em casa, que ela falou com tanto gosto da agroecologia e eu nunca tinha ouvido falar o que que era a tal da agroecologia. Talvez já tinha ouvido falar, mas não sabia o que que era. Daí depois, do projeto pra cá, que eu comecei. Agora eu tento falar isso pros outros. Eu, pra falar bem a verdade, não faz muito tempo que eu comecei a pensar assim. (...) Pra falar bem a verdade, eu fui entender de agroecologia aquela vez lá da Jornada de Agroecologia. Nunca tinha ouvido falar. Já era a 14^a. Lá que eu fui ver aquelas apresentação. No começo fiquei pensando: “Mas viemo ver umas conversa dessa aí?!” A gente fica assim sem saber o que tá passando. Daí nós fomo naquelas oficina. Daí eu vim no ônibus conversando com uma mulher que era do assentamento, daí a gente fez amizade. Ela perguntou o que que eu fazia, contei que nós plantava fumo. Daí ela perguntou se lidava com veneno. Eu falei que é só veneno, que fumo tem que usar veneno. Daí que ela falou assim pra mim: “Menina, cuide da terra que a terra é mãe! Se você vai passar veneno na terra, era a mesma coisa que alguém pegasse a tua mãe e maltratar”. Eu fiquei pensando que se alguém fizesse a mãe da gente sofrer, a gente ia sofrer também. Daí que falei pro Valdir: “Que tal se a gente pudesse se livrar de uma vez do fumo?” e comecei a pensar. Mas até essa vez que eu fui lá, eu não pensava assim que a terra é mãe da gente, que a água vai acabar um dia.

¹³ Técnica do Projeto de Diversificação

Em seu relato Edinéia marca a importância de sua participação no projeto de diversificação, que parece constituir-se como divisor de águas para ela. Rememora em seu relato diálogos e vivências que foram marcando as transformações pelas quais passou e que são determinantes na maneira pela qual vivencia o trabalho na fumicultura e a busca por uma mudança de vida através da agroecologia. Se para Valdir a participação no projeto o permite resgatar e aprofundar concepções que ele começara a internalizar em sua infância, para Edinéia essa participação lhe apresenta algo totalmente novo, uma nova perspectiva, um novo modo de olhar e compreender o mundo.

Já nos relatos de Felipe e Juliana, identificamos na vivência da própria cultura camponesa da produção de alimentos para o autoconsumo, um determinante de suas vivências posteriores no trabalho com a agroecologia. As famílias de ambos sempre cultivaram alimentos para o autoconsumo sem o uso de agrotóxicos, o que tornava essa prática algo comum para eles. Daí mesmo surgia a vontade do casal de produzir alimentos agroecológicos.

Felipe: A gente mesmo que quis, por gostar de mexer. Foi por vontade nossa mesmo. Pela própria vivência no campo a gente sabe o que dá pra fazer. A gente não tem muita noção de produtividade, quantia assim, mas por produzir vem da vivência mesmo.

Juliana: Experiência que a gente tem.

Felipe: É o costume que a gente tem de ter sempre plantado alguma coisa pra gente.

Juliana: Pro gasto, né?

Marcela: E sempre sem veneno?

Felipe: Ah sim!

Juliana: Pra gente foi sempre verdura orgânico, mas a gente nunca se deu conta. (...)O orgânico na vida da turma que trabalha no interior não é novidade. É um negócio natural.

Felipe: Você produz o teu ali dentro, você já vai produzir diferente. O hábito já de não usar veneno é normal.

Juliana: A maioria do pessoal não usa. É mais pra orgânico. A única coisa de diferente é o adubo químico mesmo. Mas pôr veneno é muito difícil.

Na singularidade da trajetória de vida de cada camponês e cada camponesa, os acontecimentos iam trazendo experiências diversas que eram vivenciadas de modo único, constituindo suas subjetividades e personalidades que, em unidade com o meio, davam vida a vivências posteriores, em um movimento constante e dialético. Na objetividade da vida cotidiana das famílias iam ocorrendo as transformações concretas que davam espaço a novas vivências e novos conteúdos subjetivos. Sua participação no projeto de diversificação aparecia como uma mudança objetiva fundamental. A vivência dessa

experiência lhes trouxe novas formas de compreender o mundo em um processo de tomada de consciência que os transformava subjetivamente, incidindo sobre suas vivências do trabalho no fumo.

Todo esse conjunto de mudanças objetivas e subjetivas levava-os a reafirmarem a busca pela transformação de sua condição de submissão e opressão através da diversificação agroecológica.

[...] esses sujeitos, na busca histórica por libertar-se das reações de dominação e opressão a que foram submetidos, forjam uma postura ativa na história frente às mazelas do desenvolvimento capitalista. Nessa trajetória os camponeses constituem uma forma de produzir e fazer agricultura baseada na autonomia, no controle do processo de trabalho, no domínio técnico e na utilização de recursos locais e biodiversidade (MAZALLA NETO, 2015, p.256).

Ao colocarem em curso esses novos modos de fazer agricultura, de se relacionar com a terra e com a natureza, começavam a mudar objetivamente seu contexto, transformavam ativamente sua realidade de vida e de trabalho. É nesse processo complexo e dialético que os camponeses iam conferindo sentidos ao seu trabalho. Quando o contexto muda, o sentido também muda, a depender da singularidade de quem o interpreta (SOUZA; ANDRADA, 2013). Das vivências, portanto, derivam os sentidos. “A vivência, dessa forma, de um modo único e irrepetível, para essa pessoa e nesse momento concreto de sua formação e desenvolvimento, contribuirá para atribuir, dar o sentido correspondente à experiência desse sujeito” (BEATÓN, 2017, p.155). A vivência é o mecanismo psíquico que está na base da produção da subjetividade humana e todos aqueles processos que estão aí implicados. Ela é, portanto, a chave que nos permite compreender o processo de atribuição de sentidos.

No bojo das novas vivências que a vida cotidiana engendrava, os camponeses e camponesas iam tecendo novos sentidos e ressignificando suas experiências. O sentido do trabalho, antes restrito à mera sobrevivência, ia se alargando e expressando os contornos daquilo que é autenticamente humano. No arrefecimento da alienação, novos caminhos apontavam para as possibilidades da legitimação do trabalho como atividade que permite efetivamente o desenvolvimento do ser social. Das raízes das novas vivências, irrompiam novos sentidos. Em um horizonte alargado, o trabalho camponês despontava ressignificado, mais autêntico, mais humano.

Considerações Finais

Em nossa investigação tivemos como foco os sentidos atribuídos ao trabalho por camponeses e camponesas que, buscando romper com a opressão a qual estavam submetidos no contexto da produção do tabaco, engajaram-se em atividades de diversificação agroecológica. Imergimos, então, no cotidiano de famílias camponesas que, ao compartilharem sua realidade de trabalho e de vida, iam denunciando a dura condição de exploração e submissão que lhes era imposta pela indústria do fumo. Nos marcos do capitalismo e das relações que se estabelecem entre a indústria e o campo, o trabalho na produção do fumo ia se constituindo como atividade alienada e alienante, revelando as facetas da submissão do trabalho camponês ao capital. Nesse contexto, o sentido do trabalho para os camponeses ficava restrito à condição de sobrevivência que a obtenção da renda dele resultante lhes garantia. O trabalho passava a ser fonte de sofrimento, carregava as marcas da exploração que arrancam o humano do domínio de si mesmo, de sua atividade e de sua vida.

As possibilidades da ruptura com a submissão começavam a surgir com a participação dos camponeses no projeto de diversificação. Ali as famílias começavam a delinear as mudanças que desejavam e a vislumbrar os caminhos a serem trilhados nessa trajetória. No bojo das novas vivências que a participação no projeto lhes trazia, iam surgindo novas prioridades, novas compreensões e novas motivações. A mera sobrevivência já não era suficiente, desejavam mais. Queriam também a satisfação e a realização que o trabalho pode trazer. Queriam não ter de maltratar o próprio corpo, que sofria anos a fio com os prejuízos que o cultivo do fumo lhe imprimia. Queriam não mais açoiar a natureza e arrasar a terra com a agricultura predatória que o tabaco exigia. Queriam não mais ser assolados pelos capitalistas da indústria do fumo. Queriam, enfim, ter os mandos de seu próprio fazer e encontrar nele a liberdade possível aí abrigada. Na agroecologia puderam ver ressoar seus novos desejos e motivações. Nela as mudanças que buscavam encontravam eco.

Na materialidade da vida cotidiana, o fumo ia cedendo espaço para que a terra fosse cultivada com outras sementes. Os camponeses começavam a planejar as mudanças que a produção agroecológica demandava na propriedade e a coloca-las em prática. Por sobre os relevos da paisagem verde, antes tomada pelo fumo, irrompiam novas imagens: a cobertura de lonas transparentes da estufa de verduras, a construção de madeira pálida

que serviria à criação das aves e a horta que dava o colorido diverso da produção agroecológica. Os novos rumos que começavam a ser percorridos vinham também acompanhados pelas mudanças subjetivas que os camponeses vivenciavam.

Em um cenário de amplas modificações, o trabalho também começava a ser ressignificado, ganhando novos contornos, que lhe alargavam os sentidos. Superando a mera sobrevivência, os sentidos atribuídos ao trabalho pelos camponeses nos indicavam a constituição de uma atividade de trabalho em que homem e natureza apareciam mais integrados, em uma relação de reciprocidade positiva. Encontravam nele a possibilidade de melhorar sua qualidade de vida, desfrutar de melhores condições de saúde, preservar a natureza e obter renda. Os sentidos atribuídos passavam a coincidir com o significado social do trabalho, revelando relações menos alienadas.

Todo esse processo de troca e atribuição de sentidos ia se constituindo no desenrolar das múltiplas vivências dos sujeitos. Como vimos, estavam aí implicados uma série de funções, processos e mecanismos psíquicos diversos que, atuando em um complexo sistema de interconexões, iam constituindo e sendo constituídos no movimento que transforma o objetivo em subjetivo e que funda o próprio psiquismo humano através das vivências, permitindo ao sujeito dota-las de sentido.

Nas vivências do trabalho camponês na agroecologia, relações mais integralizadoras e autônomas começavam a ganhar espaço. A agroecologia ia aparecendo como resistência da agricultura camponesa. Nela, a autonomia possível e necessária ao trabalho revelava o arrefecimento dos processos de alienação e a possibilidade do efetivo desenvolvimento humano através da atividade de trabalho. Frisamos aí o termo “possibilidade”. O trabalho na agroecologia, ao realizar-se no interior do capitalismo, permanece sob a ameaça da cooptação de seus princípios por esse modo de produção. A alienação resultante da contradição entre trabalho e capital aparece como uma constante que, se por um lado pode se arrefecer no próprio interior do sistema, por outro, pode também aprofundar-se, a depender das determinações objetivas e subjetivas que compõe o contexto em questão.

Nesse sentido, é necessário atentar para os riscos da consolidação de uma agroecologia comercial, uma apropriação dessa proposta por parte do capital, que visa seu uso técnico em favor de interesses mercadológicos. Esse perigo iminente vem se ampliando na mesma medida em que a agricultura agroecológica avança e ganha visibilidade no cenário mundial. Compreendemos que o enfrentamento a esse risco, implica uma ampla organização e mobilização social, elemento imprescindível na

consolidação de uma perspectiva agroecológica transformadora, de resistência e de luta popular.

No âmbito das políticas públicas de enfoque agroecológico, como é o caso do projeto de diversificação, esse exercício demanda que a assistência técnica oferecida ultrapasse os limites da atividade familiar e se amplie no sentido de fortalecer as iniciativas coletivas no âmbito da comunidade. O trabalho de formação numa perspectiva crítica é imprescindível nesse sentido, pois possibilita os avanços no processo de tomada de consciência, permitindo aos sujeitos a superação do individualismo e fortalecendo o trabalho coletivo e a comunidade. Sem esse trabalho crescem os riscos da agroecologia permanecer atrelada a interesses individuais e mercadológicos. Assim como a produção do fumo não é alienante em si mesmo, mas sua alienação está determinada pelo modo de produção no qual ocorre, a agroecologia não se constitui como elemento de libertação em si mesma. Isso dependerá de que seja possível romper com os interesses mercadológicos do capital e que ela seja empregada pelos camponeses como possibilidade efetiva de enfrentamento à agricultura capitalista.

O agravamento da contradição entre capital e trabalho vai gerando situações cada vez mais profundas de miséria, opressão, exploração e degradação ambiental, anunciando a necessidade de sua própria negação para que seja possível retomar o trabalho enquanto atividade essencial, de autorrealização do humano (MAZALLA NETO, 2015). Nesse sentido, compreendemos que a agricultura agroecológica, além da possibilidade de apresentar-se como um importante marco de resistência no interior do próprio sistema capitalista, na medida em que pode afrouxar os elos da submissão do trabalho camponês ao capital e contribuir para negar as relações capitalista de produção na agricultura, pode constituir-se como elemento fundamental no processo de supressão do próprio modo de produção capitalista.

[...] a agroecologia é vital para o avanço da luta dos povos para a construção de uma sociedade onde não haja a propriedade privada dos meios de produção e dos bens naturais, sem nenhum tipo de opressão nem de exploração, cujo fim não seja a acumulação. [...] Acreditamos na agroecologia como uma ferramenta na construção de outra maneira de produzir e reproduzir a vida. É parte de um projeto socialista, uma aliança entre os trabalhadores e as organizações populares do campo e da cidade (VIA CAMPESINA, 2013, p.46-47).

Para isso, a agroecologia deverá ser compreendida em suas dimensões éticas e políticas, como modo de vida que se funda no enfrentamento das relações históricas de

exploração e subordinação do camponês ao capital, da destruição da natureza, do agronegócio e do próprio capitalismo. Como lembra Santos Neto, “enquanto existir o capital, o trabalho está condenado a existir na forma de trabalho alienado. (...)A constituição da emancipação humana presume uma alteração radical na estruturação da produção da existência material dos seres humanos” (2013, p.89).

Cabe apontarmos que o processo de diversificação agroecológica estava começando a ser colocado em curso pelas famílias que participaram da pesquisa, o que nos coloca diante de um recorte bastante específico no tempo e espaço das vivências do trabalho desses camponeses e camponesas. Dado o caráter inicial de todas as mudanças que vinham sendo colocadas em curso, podemos falar aqui de transformações e sentidos possíveis. Além disso, o campo dos sentidos, tal qual a realidade da qual eles provêm, está sempre em constante movimento, aberto às determinações diversas que podem modifica-los. Assim, acreditamos que a realização de novas pesquisas que possam contar com a participação de camponeses que tenham efetivamente deixado o cultivo do tabaco e consolidado a transição agroecológica, podem contribuir para a compreensão do trabalho camponês nesse processo e das limitações, possibilidades e transformações que ele engendra.

A realização de nossa pesquisa deixa ainda em aberto outras questões a serem aprofundadas e investigadas. Uma delas refere-se à discussão acerca das políticas públicas, visto que todo o processo de mudanças vivenciado pelos camponeses acontecia no bojo do projeto de diversificação. Como vimos em seus relatos, as famílias atribuíam grande importância para o projeto, localizando nele um determinante das mudanças que começavam a viver. Falamos aí de uma política pública que começava a tornar possível a transformação da realidade concreta das famílias e que, ao transformar suas experiências e suas vivências, possibilitava a transformação dos próprios sujeitos. Aí se evidencia a dimensão psicossocial das políticas públicas, que, em sua realização objetiva, produz também subjetividades e, por isso mesmo, deve ser alvo de investigações psicológicas.

No exercício de compreender como ocorre o processo de atribuição de sentidos, localizamos nas vivências um mecanismo fundamental. Tendo isso em vista, compreendemos que novos estudos que se debrucem sobre a história de vida dos sujeitos tornam-se indispensáveis. Os relatos dos participantes da pesquisa nos dão pistas de que vivências singulares de acontecimentos anteriores em suas trajetórias de vida constituem-se como determinantes na maneira como cada um vivencia e atribui de sentidos o trabalho no fumo e na diversificação agroecológica. Nesse sentido, pesquisas que se aprofundem

nas histórias de vida dos sujeitos surgem como uma possibilidade de avançar na compreensão dos processos de atribuição de sentidos.

Compreendemos que os sentidos expressam a postura ativa dos sujeitos no movimento de apropriação do real. Eles revelam o que dada situação significa para o sujeito, demarca os novos arranjos que a realidade objetiva pode ganhar no processo de subjetivação. Assim, apontamos para a necessidade de que se ampliem os estudos sobre os sentidos e seus processos de atribuição. Para que seja possível avançar nessa compreensão nos parece imprescindível investigar de maneira mais profunda e sistemática as diversas funções psíquicas implicadas nesse processo, de que maneira elas aí atuam e, em contrapartida, como são modificadas pelo próprio processo de atribuição de sentidos. Tais investigações nos permitiriam avançar na compreensão dos processos de subjetivação e formação do psiquismo.

Por fim, apontamos para a necessária ampliação de estudos psicológicos acerca da população camponesa, visto que até o momento a Psicologia tem se voltado majoritariamente para as questões urbanas. Compreendemos que a Psicologia, alicerçada em um compromisso ético e político com os setores populares, deve engajar-se na imprescindível tarefa de contribuir para a transformação da realidade de opressão e exploração a que estão submetidos. Para tanto, é preciso avançar na compreensão das necessidades reais que apresentam os trabalhadores e trabalhadoras camponesas.

Alicerçados nesse compromisso, esperamos que o estudo aqui apresentado possa contribuir para os avanços necessários nos caminhos da transformação. Nesse caminhar é preciso que a própria Psicologia passe a percorrer também as estradas de terra que nos levam ao encontro com o campo e os camponeses. Foi no trilhar desses caminhos que nos deparamos com as histórias daqueles sujeitos que firmam seu trabalho na lida da terra, os camponeses e camponesas que, ao buscarem transformar sua realidade nas dimensões do possível, resistiam em seu existir camponês.

Referências

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL – Afubra. **Fumicultura no Brasil**. 2016a. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/fumicultura-brasil.html>>. Acesso em 13 jun. 2017.

ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL – Afubra. **Reajuste do tabaco firmado em 8,35% com a Souza Cruz**. 2016b. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/noticias/10496/reajuste-do-tabaco-firmado-em-835-com-a-souza-cruz.html>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

BEATÓN, G.A. Vivência, atribuição de sentido e subjetivação da atividade, a comunicação e relações sociais. In: BERNARDES, M.E.M.; BEATÓN, G.A. (Orgs.) **Trabalho, educação e lazer: contribuições do enfoque Histórico-Cultural para o desenvolvimento humano**. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades, 2017, p.143-214.

BLANK, G. Prefácio: para ler a Psicologia Pedagógica de Vigotski. In.: VIGOTSKI, L.S. **Psicologia Pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

BOEIRA, S.L. Indústria de tabaco e cidadania: confronto entre redes organizacionais. **RAE**, v.46, n.32, p.28-41, 2006.

BONATO, A. A. **A fumicultura no Brasil e a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco**, 2007. Disponível em: <http://www.deser.org.br/pub_read.asp?id=109>. Acesso em: 10 ago. 2013.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social**. 3.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em: 25 set. 2016.

_____. **Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília, DF. Disponível em: <<https://www.fnede.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

_____. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO. **Instrução Normativa Nº10 de 13 de abril de 2007.** Disponível em: <<http://www.cidasc.sc.gov.br/classificacao/files/2012/08/INM00000010.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

_____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário para a Diversificação da Produção e Renda em Áreas Cultivadas com Tabaco no Brasil.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

_____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar:** renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa. Brasília: MDA/MDS, 2012.

CAPORAL, F.R. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. In: FAKEIRO, F.G.; FARIAS NETO, A.L. (Orgs.). **Savanas:** desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Brasília: Embrapa Cerrados, 2008.

_____. Lei de Ater: Exclusão da Agroecologia e outras armadilhas. **Cadernos de Agroecologia**, v.6, n.12, p.1-7, 2011.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. Agroecologia: conceitos e princípios para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis. In: NOVAES, H.; MAZIN, A.D.; SANTOS, L. (Orgs.). **Questão agrária, cooperação e agroecologia.** São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CAPORAL, F.R.; PETERSEN, P. Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil. **Agroecología**. V.6, p.63-73, 2012.

CASTRO, L. S. P.; MONTEIRO, J. K. Fumicultores advertem: a causa do seu sofrimento é a exploração no trabalho. **Psicologia & Sociedade**, v.27, n.1, p.87-97, 2015.

COUTINHO, A.D.L.; HARTMANN, L.C. A contribuição do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para Agroecologia e Comercialização nos Assentamentos Rurais. **Cad Agroecol.** v.7, n.1, 2012.

CRAVO, V.Z. **A lavoura de fumo em Irati:** a produção familiar & capitalismo. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Enográfico Paranaense, 1982.

CUNHA, M.G.C. Campesinato brasileiro: origens e ressignificações de um modo de vida tradicional. **Anais do II Colóquio Cidade e Região:** urbanidades e ruralidades contemporâneas, Montes Claros, MG, Brasil, 2012.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS – DESER. **A fumicultura no Brasil e a Convenção Quadro para Controle do Tabaco.** 2007. Disponível em: <http://www.deser.org.br/pub_read.asp?id=109>. Acesso em 23 ago. 2015.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS – DESER. **A produção de tabaco, pobreza e desenvolvimento.** 2012. Disponível em: <<http://www.deser.org.br/documentos/imagem/APDTAPEOD.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS – DESER. **Cadeia produtiva do fumo.** 2009. Disponível em: <http://www.deser.org.br/pub_read.asp?id=145>. Acesso em 23 ago. 2015.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS – DESER. **De olho no mundo do tabaco: boletim de fevereiro.** 2015. Disponível em: <<http://www.deser.org.br/documentos/imagem/Boletim-Fevereiro-Otimizado.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS – DESER. **De olho no mundo do tabaco: consumo em queda, produção em alta!** 2013c. Disponível em: <<http://www.deser.org.br/documentos/imagem/Tabaco%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS – DESER. **De olho no mundo do tabaco: informações atualizadas do mundo do tabaco.** 2013a. Disponível em: <<http://www.deser.org.br/documentos/imagem/revista-visualizar.pdf>>. Acesso de: 23 ago. 2015.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS – DESER. **De olho no mundo do tabaco: pela valorização do trabalho, da saúde e da vida. Fumo e mercado mundial: manipulação por parte das fumageiras.** 2013b. Disponível em: <<http://www.deser.org.br/documentos/imagem/FEEMMPPDF.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2015.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS – DESER. **O dia a dia da “lida com o fumo” safra 2013/2014.** 2014. Disponível em: <http://www.deser.org.br/documentos/imagem/lida-fumo_otimizado.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2016.

DUARTE, N. A teoria da atividade como uma abordagem para a pesquisa em educação. **Perspectiva**, Florianópolis, v.20, n.02, p.279-301, 2002.

_____. Formação do indivíduo, consciência e alienação: o ser humano na psicologia de A. N. Leontiev. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 24, n. 62, abr. 2004.

ENGELS, F. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem.** 1876/1999. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/macaco.pdf>>. Acesso em: 8 abr. 2014.

ETGES, V.E. **Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo.** Santa Cruz do Sul: FISC, 1991.

GIANNOTTI, J.A. Considerações sobre o método. In: MARX, K. **O Capital: crítica da economia política.** Livro I. São Paulo: Boitempo, 1867/2013, p.59-73.

GÓES, M.C.R.; CRUZ, M.N. **Pro-Posições**, v.17, n.2, p.31-45, 2006.

GONÇALVES FILHO, J.M. Problemas de método em Psicologia Social: algumas notas sobre a humilhação política e o pesquisador participante. In A.M.B. BOCK (Org.). **Psicologia e compromisso social**. São Paulo: Cortez, 2003.

GUZMÁN, E.S. La participación en la construcción histórica latino-americana de la Agroecología y sus niveles de territorialidade. **Política y Sociedad**, v.52, n.2, p.351-370, 2015.

GUZMÁN, E.S.; MONTIEL, M.S. Del desarrollo rural a la agroecología. Hacia un cambio de paradigma. **Documentación Social**. n.155, p.25-41, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades - Rio Azul-PR**. 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/pr/rio-azul/panorama>>. Acesso em: 4 jul. 2017.

INSTITUTO EQUIPE DE EDUCADORES POPULARES - IEEP. **Cartilha de Agroecologia**: articulação dos agroecologistas região Centro-Oeste e Centro-Sul. Irati: Criart Digital, 2010.

INSTITUTO PARANAES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Caderno Estatístico Município de Rio Azul**. Curitiba: IPARDES, 2017.

IENO, G. (2013). Prefácio. In: LEITE, J.F.; Dimenstein, M.. (Orgs.) **Psicologia em contextos rurais**. Natal: EDUFRRN, 2013, p.13-18.

KOPNIM, P. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEÓN, G.F.; CALEJON, L.M.C. Vivência, situação social do desenvolvimento e práxis. In: BERNARDES, M.E.M.; BEATÓN, G.A. (Orgs.) **Trabalho, educação e lazer**: contribuições do enfoque Histórico-Cultural para o desenvolvimento humano. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades, 2017, p.123-142.

LEONTIEV, A.N. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978a.

LEONTIEV, A. N. **Actividad, conciencia y personalidad**. Buenos Aires: Ediciones Ciencias del Hombre, 1978b.

LEONTIEV, A. N. Uma contribuição à teoria do desenvolvimento da psique infantil. In: VIGOTSKII, L.; LURIA, A.; LEONTIEV, A. **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 1998, p. 59-83.

LESSA, S. **Capital e Estado de Bem-Estar**: o caráter de classe das políticas públicas. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

_____. **Ontologia do ser social**. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1979.

MACHADO, L.V.; FACCI, M.G.D.; BARROCO, S.M.S. Teoria das emoções em Vigotski. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 16, n. 4, p.647-657, 2011.

MARTINS, J.S. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1991

_____. **O cativo da terra**. 7.ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, L.M. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar**: contribuições à luz da psicologia histórico cultural e da pedagogia histórico-crítica. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, 2011.

_____. Prefácio. In: BERNARDES, M.E.M.; BEATÓN, G.A. (Orgs.) **Trabalho, educação e lazer**: contribuições do enfoque Histórico-Cultural para o desenvolvimento humano. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades, 2017, p.11-18.

MARTINS, L.M.; EIDT, N.M. Trabalho e atividade: categorias de análise na Psicologia Histórico-Cultural do desenvolvimento. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.15, n.4, p.675-683, 2010.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 1844/2010.

_____. **O Capital**. Livro III. v. 4, 5 e 6. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1894/1974.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 1867/2013.

_____. Salário, preço e lucro. In: ANTUNES, R. (Org.) **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 1865/2013, p.59-102.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 1846/2011

MUTUANDO, INSTITUTO GIRAMUNDO. **A cartilha agroecológica**. Botucatu: Editora Criação, 2005.

NETTO, J.P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011

NUNES, S.P. O desenvolvimento da agricultura brasileira e mundial e a idéia de desenvolvimento rural. **Boletim Eletrônico nº157**: conjuntura agrícola. Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais. 2007. Disponível em:

<<http://www.deser.org.br/documentos/doc/DesenvolvimentoRural.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

OLIVEIRA, A.U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996.

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, v.15, p.43, p.185-206, 2001.

_____. Agricultura e indústria no Brasil. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v.5, n.10, p.5-64, 2010.

_____. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A.U.; MARQUES, M.I.M. (Orgs.) **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004.

_____. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Atica, 1987.

PETROVSKI, A. **Psicologia geral**: manual didático para los institutos de pedagogia. Moscou: Progresso, 1985, p.139-169.

SANTOS, S.F. A questão agrária no Brasil: da modernização conservadora ao agronegócio. In NOVAES, H.; MAZIN, Â.D.; SANTOS, L. (Orgs.) **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. São Paulo: Outras Expressões, 2016, p.41-64.

SANTOS NETO, A.B. **Trabalho e tempo de trabalho na perspectiva marxiana**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

SILVA, O.H.; BEZERRA, I.; FURTADO, A.C. “Tapetes fartos de folhas, flores e frutos”: a Agroecologia nos Faxinais. **Cad Agroecol.** v.8, n.2, 2013.

SILVEIRA, R.L.L.; DORNELLES, M.; FERRARI, S. Expansão da cultura do tabaco no sul do Brasil: características, mudanças e persistências na produção de tabaco e nos usos do território. **Biblio 3w**. Barcelona, v.17, n.1, p.1-24, 2011.

TOASSA, G. **Emoções e vivências em Vigotski**: investigação para uma perspectiva Histórico-Cultural. 2009. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

TOASSA, G.; SOUZA, M.P.R. As vivências: questões de tradução, sentidos e fontes epistemológicas no legado de Vigotski. **Psicologia USP**, São Paulo, n.21, v.4, p.757-779, 2010.

TOOMELA, A. Activity theory is a dead end for cultural-historical psychology. **Culture and Psychology**, London, v. 6, n. 3, p.353-364, 2000.

TOVAR, J. **El Cultivo del Tabaco en América Latina**. Colômbia: CEDE, 2013.

TULESKI, S.C.; CHAVES, M.; LEITE, H.A. (Orgs.). **Materialismo Histórico Dialético como fundamento da Psicologia Histórico-Cultural: método e metodologia de pesquisa**. Maringá: Eduem, 2015.

VIA CAMPESINA. **Agroecología campesina por la soberanía alimentaria y la Madre Tierra: experiencias de La Vía Campesina**. Zimbabwe: La Vía Campesina, 2015. Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/wp-content/uploads/sites/3/2015/11/CUADERNO%207%20LVC%20ESPANOL.compress.ed.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2017:

_____. Declaração Final do II Encontro Continental de Formadoras y Formadores Agroecológicos. In: VIA CAMPESINA. COMISSÃO INTERNACIONAL SOBRE A AGRICULTURA CAMPONESA SUSTENTÁVEL. **De Maputo a Jacarta: 5 anos de agroecologia em La Vía Campesina**. 2013. Disponível em: <http://www.landaction.org/IMG/pdf/De_Maputo_a_Yakarta_PT-web.pdf>. Acesso em 9 nov. 2017.

VIGOTSKI, L.S. Quarta aula: a questão do meio na pedologia. Tradução: VINHA, M. P. **Psicologia USP**, São Paulo, n.21, v.4, p.681-701, 1935/2010.

VYGOTSKI, L.S. El problema de la conciencia. In: **Obras Escogidas – Tomo I**. Madrid: Editorial Aprendizaje/Visor, 1933/1997.

_____. Génesis de las funciones psíquicas superiores. In: **Obras Escogidas – III**. Madrid: Antonio Machado Libros, 1931/2012a.

_____. La crisis de los siete años. In: **Obras Escogidas – Tomo IV**. Madrid: Editorial Aprendizaje/Visor, 1933/1996.

_____. Pensamiento y lenguaje. In: **Obras Escogidas – II**. Madrid: Antonio Machado Libros, 1934/2014.

_____. Problemas del desarrollo de la psique. In: **Obras Escogidas – III**. Madrid: Antonio Machado Libros, 1931/2012.

_____. Sobre los sistemas psicológicos. In: **Obras Escogidas – Tomo I**. Madrid: Editorial Aprendizaje/Visor, 1930/1997.

WANDERLEY, M.N.B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **RESR**. Piracicaba, v.52, n.1, p.25-44, 2015.

ZINCKENKO, V.P. La psicología sociocultural y la teoría de la actividad: revisión y proyección hacia el futuro. In.: WERTSCH, J. V.; DEL RIO, P.; ÁLVAREZ, A. **La mente sociocultural**. Aproximaciones teóricas y aplicadas. Madrid: Fundación Infancia y aprendizaje, 2006, p. 35-47.